

Universidade Federal de Alfenas
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA IBÉRICA

MILTON DA APARECIDA E SILVA

**D. HENRIQUE, O NAVEGADOR (1394-1460): ENTRE A MEMÓRIA E A
HISTÓRIA.**

ALFENAS/MG

2016

MILTON DA APARECIDA E SILVA

D. HENRIQUE, O NAVEGADOR (1394-1460): ENTRE A MEMÓRIA E A HISTÓRIA.

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Ibérica da Universidade Federal de Alfenas. Área de Concentração: História Ibérica.

Orientadora: Professora Doutora Renata Cristina de Sousa Nascimento

ALFENAS/MG

2016

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Biblioteca Central da Universidade Federal de Alfenas

Silva, Milton da Aparecida e

D. Henrique, o navegador (1394-1460): entre a memória e a história /
Milton da Aparecida e Silva. -- Alfenas/MG, 2016.

159 f.

Orientadora: Renata Cristina de Sousa Nascimento
Dissertação (Mestrado em História Ibérica) - Universidade
Federal de Alfenas, 2016.

Bibliografia.

1. Historia antiga. 2. Portugal - História. I. Nascimento, Renata Cristina
de Sousa. II. Título.

CDD-946.9

MILTON DA APARECIDA E SILVA

“D. HENRIQUE, O NAVEGADOR (1394-1460): ENTRE A MEMÓRIA E A HISTÓRIA”.

A Banca Examinadora, abaixo assinada, aprova a Dissertação apresentada como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em História Ibérica pela Universidade Federal de Alfenas. Área de concentração: Ensino e Pesquisa de História Ibérica

Aprovado em: 23/05/2016

Profa. Dra. Renata Cristina de Sousa Nascimento
Instituição: Universidade Federal de Alfenas
UNIFAL-MG

Assinatura: Renata Cristina de S. Nascimento

Prof. Dr. Fabiano Fernandes
Instituição: Universidade Federal de São Paulo
UNIFESP

Assinatura: Fabiano Fernandes

Prof. Dr. Adailson José Rui
Instituição: Universidade Federal de Alfenas
UNIFAL-MG

Assinatura: Adailson José Rui

RESUMO

A pesquisa procura analisar a figura do Infante D. Henrique, denominado o “Navegador”, e a idealização das conquistas do ultramar. Sobre o Mito de Sagres, o sucesso dos descobrimentos henriquinos foi construído ao longo do tempo, sendo reforçada pela historiografia oficial, que enfatizava a existência de um centro dinamizador de conhecimento sobre navegação. Maria Isabel João e João Paulo de Oliveira e Costa defendem que um centro de convívio e de trocas de experiências de “homens do mar”, poderia ter existido em Lagos, centro nevrálgico das navegações Henriquinas no período.

PALAVRAS CHAVE: História Ibérica. D. Henrique. Navegações, Expansão Portuguesa.

ABSTRACT

The research analyzes the figure of Prince Henry , called the " Navigator" , and the idealization of the overseas conquests. About the Myth of Sagres , the success of Prince Henry discoveries was built over time , being reinforced by official historiography , which emphasized the existence of a focal point of knowledge about navigation. Maria Isabel João and João Paulo de Oliveira Costa and defend a social center and exchanges of experiences of "seamen " , it could have existed in Lagos, neuralgic center of Henry navigations in the period.

KEYWORDS: Iberian History. Prince Henry. Navigations, Portuguese Expansion.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANTT	Arquivo Nacional da Torre do Tombo
CEDAE	Centro de Apoio Educacional LTDA
CNCDP	Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses
DHP	Dicionário de História de Portugal
FCSH/ UNL	Faculdade de Ciências Sociais e Humanas / Universidade Nova de Lisboa
INC/CM	Imprensa Nacional /Casa da Moeda
HCRP	História da Casa Real Portuguesa
HDP	História dos Descobrimentos Portugueses [de Damião Peres]
MH	Monumenta Henricina
PRÉ-ALFA	Pré-Vestibular Alfa
PUC-MG	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFMT	Universidade federal do Mato Grosso
UNESP	Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
UNIFESP	Universidade Federal de São Paulo
UNL	Universidade Nova de Lisboa
UNIFAL-MG	Universidade Federal de Alfenas de Minas Gerais

"Quando se sonha sozinho, é apenas um sonho. Quando se sonha juntos é o começo de uma realidade."

Miguel de Cervantes (1605)

À minha amada Família, Núbia, Daniel e Laura, pelo apoio, carinho e orações.

Aos professores do Departamento de Pós-Graduação, Mestrado Profissional em História Ibérica da UNIFAL-MG.

À Professora Doutora Maria Isabel João pela generosidade e atenção e a Professora Doutora Renata Cristina de Sousa Nascimento, sem a qual este trabalho não se concretizaria.

AGRADECIMENTOS

Começo por agradecer com muito carinho a Professora Doutora Renata Cristina de Souza Nascimento, primeiro pela generosidade na orientação e depois pela disponibilidade em dirigir-me neste trabalho, acreditando sempre no sucesso do mesmo, a ela deixo as minhas palavras de gratidão e amizade.

Agradeço a Minha Esposa e eterna companheira Núbia Magalhães, amor primeiro, meu porto seguro e mãe dos meus filhos, primeiro pelo carinho, motivação e amizade, bem como pelo apoio incondicional e também a meus filhos Laura e Daniel, a todos eles pertence um bocadinho deste trabalho. Aos meus pais (In memoriam) e minha querida irmã Márcia pelo apoio, incentivo e orações.

Gostaria também expressar as minhas palavras de agradecimento aos demais Professores do Departamento de Pós-Graduação de Mestrado Profissional em História Ibérica da UNIFAL-MG, pelos bons momentos de trabalhos e nas aulas, na qual se inclui a viagem para Congresso Internacional de História Ibérica em Pirenópolis (Goiás). A todos os meus colegas de Mestrado, em especial Mikhaela, Fernanda, Carolina, Ederson, André, Elaine,, Crosley, Júlio César, Maria Aparecida Avelino, Ronison, Luís, Alisson , Hamilton e Gentil. Este trabalho também é deles, pela amizade que ao longo do tempo se tornou num importante pilar para a conclusão de mais esta etapa.

Não podia deixar de agradecer a todos os meus amigos Professor Dr. Robson Nascimento (PUC-MG), Alessandro, Eutides, José Márcio, Jussara Leite, Ramon Mascarenhas, Katy, Cláudio Raposo, Creuza, Célio Vicente, Wagner Vareta, Adelaide, Waguinho, colegas do Colégio Franciscano Regina Pacis, CEDAE, PRÉ-ALFA e da Escola Estadual Maria de Lourdes de Oliveira, por toda amizade e palavras de apoio, não tenho dúvidas, que sem eles nada disto teria sido possível, ainda que alguns não saibam ao certo o que é a Escola de Sagres ou Mito Henriquino.

Deixo aqui umas palavras de agradecimentos aos Professores Doutores Fabiano Fernandes (UNIFESP), Adailson José Rui, Pedro Paulo Funari, André Mariano e Marcos Roberto de Faria, por todo o apoio e profissionalismo, bem como ao Prof. Dr. Tadeu Siepierski, a Professora Doutora Kátia Brasilino Michelan, a Professora Marlene Rocha e ao Artista

Gráfico João Batista do Amaral, meu primo e excepcional pessoa, pela ajuda preciosa e inestimável num momento importante desta dissertação.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
2 CAPÍTULO 1: A CONSTRUÇÃO DO MITO HENRIQUINO	20
2.1. NARRATIVAS CRONÍSTICAS	24
3 CAPÍTULO 2: PORTUGAL NO SÉCULO XV	43
3.1. A ASCENSÃO DE AVIS.....	43
3. 2. A EXPANSÃO TERRITORIAL E A CONQUISTA DE CEUTA EM 1415.....	50
4 CAPÍTULO 3: O INFANTE D. HENRIQUE.....	56
4.1. D. HENRIQUE CAVALEIRO E NAVEGADOR.....	61
4.2. O DESASTRE MILITAR EM TÂNGER	76
4.3. O CABO DE SAGRES	888
4.4. A TECNOLOGIA NÁUTICA PORTUGUESA	100
5 CAPÍTULO 4 : DESENVOLVIMENTO DO OBJETO PEDAGÓGICO	117
5.1. O PRODUTO EDUCACIONAL	119
6 CONCLUSÃO.....	138
BIBLIOGRAFIA.....	142
ANEXOS.....	146
1 ROTEIRO AULA 1 (EXPANSIONISMO COMERCIAL E MARÍTIMO DOS SÉCULOS XV E XVI)	148
2 ROTEIRO AULA 2 (EXPANSIONISMO COMERCIAL E MARÍTIMO DOS SÉCULOS XV E XVI).	153
3 ROTEIRO AULA 3 (O PIONEIRISMO PORTUGUÊS NAS NAVEGAÇÕES).....	157

1 INTRODUÇÃO

A vida e a história do Infante D. Henrique foram analisadas parcial ou integralmente por um sem número de autores e pesquisadores, dado à extensa bibliografia disponível. Os estudos sobre o Infante datam do século XV aos dias atuais. Um personagem retratado por uns de uma forma exaltada e laudatória, por outros com um “olhar” tão rigoroso e crítico que menosprezam seu papel no processo das conquistas ultramarinas portuguesas.

O presente estudo tem a preocupação de discutir a memória construída sobre os "feitos" do Infante e dos navegantes portugueses, que, independentes da legitimidade da existência da *Escola* em Sagres, garantiram os feitos práticos das conquistas náuticas do império marítimo português, gerando mudanças significativas na fase inicial da modernidade. Em grande parte a documentação do *Infante* analisada até hoje, não se evidencia, qualquer tipo de referência a uma escola náutica (numa perspectiva institucionalizada) em Sagres, nem sequer é uma ideia presente em nenhum escrito que seja seu contemporâneo. Gomes Eanes de Zurara apenas faz referência à vila em construção. Duarte Pacheco Pereira tal como João de Barros, apenas menciona uma vila fundada pelo Infante na Angra de Sagres.

Só em 1567 na *Crônica do Príncipe D. João*¹, Damião de Góis começou a dar consistência à lenda da erudição do Infante, quando escreve que o príncipe era um homem muito dado ao estudo das letras, principalmente da Astrologia e Cosmografia. Para cultivar esses estudos e mandar navios para a costa africana, D. Henrique teria fundado uma vila no sítio de Sagres. A existência da “Escola de Sagres” no viés histórico tradicional foi rotulada como um centro de sistematização da arte náutica criada pelo Infante D. Henrique no extremo do Algarves.

Para elaborar esta dissertação, além de utilizarmos obras gerais como as *Historias de Portugal* coordenadas pelo professor José Mattoso, Joel Serrão, Jaime Cortesão, Vitorino Magalhães Godinho e A.H de Oliveira Marques, nos servimos também de fragmentos obras dos cronistas quatrocentistas como Gomes Eanes de Zurara, Rui de Pina, Fernão Lopes, João de Barros, Duarte Pacheco, Alvise Cadamosto, e Damião de Góis, a *Crônica dos Reis de Portugal* de

¹ RODRIGUES, Graça Almeida. Edição Crítica e comentada de. GOÍS, Damião. “Crônica do Príncipe D. João”. Lisboa. Universidade Nova Lisboa, 1977.

Duarte Nunes Leão, as obras biográficas de Cândido Lusitano² e Oliveira Martins, em *Os filhos de D. João I*. E principalmente as biografias mais recentes do Infante D. Henrique “O Navegador”³ de Maria Isabel João, Peter Russell e João Paulo de Oliveira e Costa.

Segundo a pesquisadora Maria Isabel João⁴ aquilo que designamos de memória não é mais do que o conjunto de registros que se foram acumulando ao longo do tempo e permitem traçar um quadro da forma como esta figura histórica foi sendo vista por diferentes autores. Sobre mito e memória o historiador Moses Finley afirma:

“a memória coletiva não é outra coisa do que a transmissão a um grande número de indivíduos das lembranças de um homem ou de alguns homens, muitas vezes repetidas; e o ato de transmissão, de comunicação e logo de conservação dessas lembranças não é nem espontâneo nem inconsciente, mas deliberado, destinado a atingir um fim conhecido que opera a transmissão”.⁵

A expansão marítima proporcionada pelo reino português pelos diferentes oceanos e continentes ao longo dos séculos XV e XVI, se origina de um conjunto de fatores naturais, políticos e estratégicos pelo qual um pequeno reino de cerca de um milhão a um milhão e meio de habitantes, soube construir um discurso em que os portugueses foram vistos como “Mensageiros do Mundo”. Portugal dos séculos XV e XVI, através da expansão marítima realiza-se como os olhos e ouvidos do mundo na Europa e da Europa no resto do mundo. Segundo o historiador Luis Felipe Barreto⁶: “Portugal é, em termos geográficos e civilizacionais, um espaço de múltiplos encontros”. Encontro entre a Europa e a África. Encontros entre europeus do sul e do norte, por que os mares e os litorais de Portugal são o espaço de cruzamento das redes e das rotas marítimas que ligam o atlântico e o Mediterrâneo:

² FREIRE, Francisco José. “*Vida do Infante D. Henrique*”, Lisboa, Na Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1758. Disponível on line no Google Livros: <http://books.google.pt/books?id=AKAOAAAQAAJ>. Nota do Mestrando: Candido Lusitano é o pseudônimo de Francisco José Freire

³ Afirmando as palavras que Peter Russell proferiu na introdução que fez à biografia do Infante D. Henrique (RUSSELL, Peter. *Henrique, O navegador*, Lisboa, Livros Horizonte, 2004, pagina 17), em que o epíteto de navegador pelo qual o Infante ficou conhecido, e de certa forma mitificado, não passa disso mesmo, um epíteto. Poucas vezes foi às vezes que o próprio D. Henrique navegou indo somente duas vezes a Ceuta, norte da África, de Barco.

⁴ JOÃO, Maria Isabel. “*Mito e Memória do Infante D. Henrique*”. Câmara Municipal de Lagos, Comissão Municipal dos Descobrimentos, Lagos, 2004.

⁵ MOSES I, Finley. “*Mito, Memória e Historia*”, Paris, Flamarion, 1981, p.32 (Tradução da autora Maria Isabel João).

⁶ BARRETO, Luís Filipe. “*Portugal Mensageiro do Mundo Renascentista*”, Quetzal, Lisboa, 1989.

“... não existe em todo o atlântico Norte um lugar mais adequado para a navegação até às águas quentes que a linha costeira que vai desde Lisboa a Gibraltar ...”⁷.

Encontros ainda entre os universos comerciais, tecnológicos e políticos do Mediterrâneo e Atlântico e os valores, heranças e saberes das civilizações cristã, islâmica e judaica. A Conquista de Ceuta em 1415 deu início à primeira fase do expansionismo português (1415 a 1460). Esta fase encontra na figura do Infante D. Henrique (1394-1460) a idealização de uma individualidade empreendedora e aglutinadora, o espírito cruzadista e a articulação política por excelência, pelo qual foi denominado posteriormente como o “Navegador”.

Ao longo da História inúmeras personalidades e intelectuais enaltecem a figura de D. Henrique como “Pai dos descobrimentos” portugueses, entre eles o poeta Fernando Pessoa, que em sua obra “Mensagem”, expressava:

“Em seu trono o filho das esferas/, com seu manto de noite solidão/, Tem aos pés o mar novo e as mortas eras-, O único imperador que tem, deveras/, O globo mundo em sua mão”.⁸

Sua ação marítimo-mercantil (D. Henrique) procurou coordenar e conciliar os meios e interesses particulares, da nobreza e da monarquia, assim como, regular as atividades, ora conciliáveis, ora contraditórios de nobres e mercadores em busca de recursos agrários, riquezas e de conquistas. As múltiplas motivações na origem dos Descobrimentos portugueses estão claramente expressas nos textos das bulas papais promulgadas ainda em vida do Infante D. Henrique e no tempo dos seus sucessores imediatos. Conforme o C. R. Boxer (2014): “Provou-se que a redação desses documentos segue de perto a dos pedidos preliminares de promulgação, feitos pela Coroa portuguesa. Refletem assim, a atitude e aspirações do rei ou daqueles que peticionaram ao papado em seu nome”⁹

⁷ CHAUNU, Pierre . “Seville et l’atlantique (1504-1650)”, vol. VIII, (1), Les Structures Geographiques, Sevpem. Paris, 1959, p.52. In: BARRETO, Luís Filipe. “*O Sentido da expansão Portuguesa no Mundo (séculos XV-XVII)*”. Dicionário Enciclopédico de Administração, nº36, 1977.p.337-338.

⁸ PESSOA, Fernando. “Mensagem”, Lisboa, Edições Ática, 1997, p. 72.

⁹ BOXER, C.R, “O Império marítimo português (1415-1825)”, Edições 70, LDA, Lisboa, 2014, pg.38.

Datam do período três bulas: *Dum Diversas*¹⁰ e *Romanus Pontifex*¹¹ de Nicolau V e a outra *Inter Caetera*¹² de Calisto III, que são contemporâneas do Infante D. Henrique. Na primeira, o pontífice autoriza o rei de Portugal atacar, conquistar e submeter sarracenos, pagãos e outros descrentes inimigos de Cristo, a capturar os seus bens e territórios; a reduzi-los à escravatura perpétua e a transferir as suas terras e territórios para o rei de Portugal e para os seus sucessores.

“Alguns autores modernos afirmam que com esta bula visava-se apenas as campanhas portuguesas no Marrocos, onde a luta tinha continuado desde a conquista de Ceuta, mas o texto da bula não afirma nem sugere tal limitação. Além disso, em 1452 os portugueses sabiam perfeitamente que a população do Marrocos era exclusivamente muçulmana. A referência aos pagãos e a outros inimigos de Cristo deve, seguramente, dizer respeito à população do litoral saariano e aos negros da Senegâmbia, com quem os portugueses haviam já tido contatos”¹³.

A segunda bula data de 8 de Janeiro de 1454 e dá permissão ao Infante de “tornar navegável o mar até aos Índios que se diz venerarem o nome de Cristo”¹⁴, a terceira bula, de 12 de Março de 1456, autoriza que o Infante fique com as terras descobertas e a descobrir por sua iniciativa “as ilhas, vilas, portos, terras e lugares desde os cabos Bojador e Não”¹⁵, por toda a Guiné e por aquela praia meridional até aos Índios”¹⁶.

¹⁰ *Dum diversas* é uma Bula papal emitida a 18 de Junho de 1452 pelo papa Nicolau V e dirigida ao rei Afonso V de Portugal acompanhada pelo breve apostólico *Divino amore communiti*. Por aquela bula os portugueses eram autorizados a conquistar territórios não cristianizados e consignar a escravatura perpétua os sarracenos e pagãos que capturassem razão pela qual é considerada frequentemente como o advento do comércio e tráfico europeu de escravos na África Ocidental.

¹¹ A Bula *Romanus Pontifex* foi uma bula pontifícia emitida pelo papa Nicolau V para o rei Afonso V de Portugal, datada de 8 de janeiro de 1455. Neste documento, e na sequência da anterior bula *Dum diversas* de 1452, o papa reconhecia ao reino de Portugal, seu rei e sucessores, o seguinte: A propriedade exclusiva de todas as ilhas, terras, portos e mares conquistados nas regiões que se estendem "desde o cabo Bojador e Cabo Não (atual cabo Chaunar), ao longo de toda a Guiné e mais além, a sul." O direito de continuar as conquistas contra muçulmanos e pagãos nesses territórios. O direito de comerciar com os habitantes dos territórios conquistados e por conquistar, exceto os produtos tradicionalmente proibidos aos "infieis": ferramentas de ferro, madeira para construção, cordas, navios e armaduras.

¹² A Bula *Inter Caetera quae nobis* foi outorgada pelo Papa Calixto III, datada de 13 de Março de 1456, pela qual outorgou e concedeu à ordem de Cristo o espiritual de todas as ilhas, desde os cabos do Bojador e Não, por toda a Guiné até à Índia. Esta bula foi solicitada provavelmente pelo rei D. Afonso V e pelo Infante D. Henrique “O Navegador”.

¹³ BOXER, C.R, “O Império marítimo português”, Edições 70, LDA, Lisboa, 201, p.38.

¹⁴ Damião Peres, “História dos Descobrimentos”, Porto, Vertente, 1992, p.40.

¹⁵ O Cabo Não ou Cabo do Não, atual Cabo Chaunar, também conhecido como Cabo Nun, Cabo Noun e Cabo Nant, é um cabo situado na costa atlântica do noroeste de África, no sul de Marrocos, entre Tarfaya e Sidi Ifni.

¹⁶ Idem, *ibidem*, p. 40.

Até 1460, ano da morte do Infante D. Henrique, a expansão portuguesa dá-se numa exploração da costa Ocidental Africana e a colonização das ilhas atlânticas. As descobertas e explorações que foram realizadas sob a alçada do Infante foram: chegada ao Rio do Ouro (1436), a Arguim¹⁷ (1443) e às ilhas de Cabo Verde (1455-1456). Ainda sobre o Golfo de Arguim, a notícia de sua existência e outras ilhas locais, despertou o interesse para a coroa portuguesa de atrair para lá o comércio realizado através de caravanas que atravessavam o Saara. D. Henrique ordena a construção de um castelo, somente concluído em 1461, já no reinado de D. Afonso V.

“O Senhor Infante D. Henrique fez nesta ilha de Arguim um contrato por dez anos, deste modo; que ninguém pudesse entrar no golfo para traficar com os Árabes, salvo aqueles que entrassem no contrato, o qual tem uma feitoria na dita ilha, e Feitores, que compram e vendem àqueles Árabes, que vêm à marinha; dando-lhes diversas mercadorias, como são panos tecidos, prata e alquiceis, que são uma espécie de túnicas, tapetes e, sobretudo trigo, do qual estão sempre famintos, e recebem em troca Negros, que os ditos alarves trazem da Negraria, e ouro Tiber. De modo que este Senhor Infante faz actualmente trabalhar em uma fortaleza na dita ilha, para conservar este comércio para sempre; e por esta razão todos os anos vão e vêm caravelas de Portugal à Ilha de Arguim.

Têm também estes Árabes muitos cavalos silvestres, com os quais traficam: e os conduzem às terras dos Negros, que lhes dão em troca escravos, e vendem os ditos cavalos por dez ou vinte cabeças de escravos cada um, segundo a sua qualidade. Igualmente compram sedas mouriscas, que se fabricam em Granada, e em Tunes de Barbaria; prata e muitas outras causas, e obtêm pelo seu resgate quantidade de Negros, e alguma soma de ouro. Estes escravos chegam à escala, e lugar do Hodem (Uadan), e daí se dividem; indo parte deles aos montes da Barca, donde chegam a Sicília, e alguns outros a Tunes, e depois se estendem por toda a costa da Barbaria; finalmente a outra porção é conduzida a este lugar de Arguim, e vendida aos Portugueses do contrato; de modo que cada ano se trazem para Portugal de setecentos a oitocentos escravos. Antes que se estabelecesse este contrato, costumavam as caravelas de Portugal vir ao golfo de Arguim armadas, umas vezes quatro, outras mais; e de noute desembarcavam, saíam sobre algumas aldeias de pescadores, e faziam correria pela terra; de modo que prendiam estes Árabes tanto machos como fêmeas, e os traziam a vender em Portugal”¹⁸.

Sagres, com a sua paisagem agreste de imponentes falésias constantemente batidas por ventos e marés, reúne um conjunto de características físicas muito especiais, que se parecem prestar ao sonho e ao devaneio, e também ao desenvolvimento das mais fantasiosas teses historiográficas. Assim, o mítico lugar onde a terra acaba e o mar começa tem andado estreitamente associado, no imaginário português, à figura do Infante D. Henrique (1394-

¹⁷Arguim é uma ilha na Baía de Arguim, atual Mauritânia, costa ocidental da África. O navegador português Nuno Tristão assinalou a existência de ilhas na região. Existem relatos de viagens naquela região capitaneadas por Gonçalo de Sintra (1442), Dinis Dias (1442) e Nuno Tristão em 1443.

¹⁸CADAMOSTO, “Navegação Primeira” in GODINHO, Vitor Magalhães S. *Documentos sobre a Expansão Portuguesa*, Lisboa, 1956, vol.III, p.125-126.

1460) e às primeiras viagens de descobrimento por ele organizadas, nas primeiras décadas do século XV. No promontório de Sagres, de acordo com uma tradição muito persistente, o Infante, reunindo à sua volta um conjunto de ilustres sábios, teria estabelecido uma escola náutica, onde os marinheiros lusitanos preparavam arduamente novas jornadas de exploração à então desconhecida costa ocidental de África.

A lenda da *Escola de Sagres*, contudo, apesar de continuar a encontrar eco numa historiografia mais tradicional, de modo algum é comprovada pela documentação cronística quatrocentista. As fontes contemporâneas revelam-nos uma realidade bem diferente daquela que foi exaustivamente divulgada pela “hagiografia” Henriquina. O Infante, por um lado, era homem mais dado às atividades militares e ao tráfico marítimo do que propriamente ao estudo de volumosos tratados cosmográficos. E os navegadores lusitanos, por outro lado, cruzavam sob as ordens de D. Henrique, áreas do *Mar Oceano* anteriormente desconhecidas, aportando a regiões sobre as quais a Cristandade possuía escassa ou nenhuma informações.

Alem disso, o agitado ambiente de improvisação e de inovação nos domínios da navegação e do conhecimento geográfico, que se vivia no *Barlavento Algarvio* durante primeira metade do século XV, era pouco compatível com as pesadas estruturas formais de uma academia institucionalizada de navegação. Sagres, além do mais, era um local inóspito, nada propício à armação de expedições descobridoras, onde só a partir de 1451 se detectam indícios seguros de construção de uma povoação.

No entanto a mítica figura do Infante de Sagres ganhou raízes fundas, não só na imaginação popular, como em determinados círculos acadêmicos mais sensíveis ao peso da tradição do que à realidade da documentação arquivística, principalmente no século XIX com o nacionalismo representado por Oliveira Martins¹⁹ e meados do século XX, durante o Estado Novo²⁰.

¹⁹ João Pedro de Oliveira Martins nascido em Lisboa (1845- 1894), político e cientista social português. Foi um dos fundadores da Geração de 70 ou Geração de Coimbra, um movimento acadêmico de Coimbra do século XIX que veio revolucionar várias dimensões da cultura portuguesa, da política à literatura, onde a renovação se manifestou com a introdução do realismo.

²⁰ Estado Novo era o nome do regime político autoritário, autocrata e corporativista de Estado que vigorou em Portugal durante 41 anos sem interrupção, desde a aprovação da Constituição de 1933 até a sua derrubada pela Revolução de 25 de Abril de 1974. Como regime político, o Estado Novo foi também chamado Salazarismo, em referência a António de Oliveira Salazar. Nota do Mestrando.

O Infante D. Henrique, conhecido também pelo cognome de *Navegador*, apesar da sua relativa reduzida experiência marítima, deu um impulso vigoroso às navegações portuguesas da primeira metade de Quatrocentos. Por volta do ano de 1460, já os navios portugueses zingravam rotineiramente a costa ocidental africana, que havia sido reconhecida até às proximidades da Serra Leoa, levando a cabo um comércio intenso e muito lucrativo, sobretudo ganhos para a casa do Infante.

Mas em face de todas as indicações que a documentação nos evidencia, não temos razão para duvidar da possibilidade de que Lagos foi o principal porto de armamento dos navios que protagonizaram a fase *Algarvia* dos descobrimentos portugueses. Citando o trabalho do historiador português A. Fontoura da Costa (1939):

"Ora em Lagos, ora na Raposeira, onde D. Henrique tinha habitações, e mais tarde na sua Terçanabal, após 1451 a Vila do Infante em 1460 — residia ele, durante o tempo que passava no Algarve. Os seus técnicos deviam naturalmente habitar em Lagos porto de armamento e ali ensinarem, aos pilotos e mais gente dos navios, as noções rudimentares da marinharia coeva, que um aturado e rude serviço no mar cimentava. Como admitir que esse tão elementar ensino fosse ministrado em Terçanabal, onde não havia povoação, ou mesmo, mais tarde, na Vila do Infante, longe da base lagoense? Ensinou-se sim, mas em Lagos. Nem o Infante, nem os que com ele privaram Zurara, Diogo Gomes, Cadamosto — nos deixaram, aquele no seu longo testamento e estes nos seus escritos, a mais leve referência à poeticamente chamada Escola de Sagres".²¹

Sagres, apesar de ter funcionado como local de retiro do Infante, sobretudo nos seus últimos anos de vida, não desempenhou qualquer papel de relevo no lançamento das viagens de descobrimento quatrocentistas. Aliás, as próprias características físicas da região do Promontório — a falta de água potável, agricultura incipiente, ausência de madeiras, baixa densidade populacional — desaconselhariam a sua utilização na empresa marítima henriquina, que exigia a mobilização de importantes recursos humanos e materiais.

Segundo Samuel Purchas²² os feitos dos descobrimentos lusitanos deve-se a genialidade do infante em decorrência de sua genealogia materna²³. Filho de Felipa de Lancaster, herdeiro

²¹ COSTA, A. Fontoura da . "A Marinharia dos Descobrimentos", Lisboa, 1939, pp.11 e 12.

²² Samuel Purchas (c. 1575 - 1626) foi um religioso, historiador e escritor inglês, autor de uma vasta coleção de histórias de viagens.

²³ Discurso proferido por Francisco Contente Domingues (Departamento de Letras da Universidade de Lisboa) no simpósio internacional "Novos Mundos – Neue Welten. Portugal e a Época dos Descobrimentos" no Deutsches Historisches Museum, em Berlim, 23 a 25 de Novembro de 2006.

de sangue britânico, “carne de nossa carne” comenta o referido autor. Assim sendo a construção do mito henriquino toma corpo, a princípio, na historiografia do próprio século XV.

O processo de construção de sua imagem como um sábio, arquiteto das navegações e exímio navegador foi avolumada pela historiografia tradicional. Na verdade D. Henrique participou de alguns deslocamentos para o norte da África, em especial nas campanhas militares de Ceuta e Tanger. A rigor sua participação efetiva nas navegações foi destacada na organização, articulação política e planejamento da empresa marítima. E no rastro do mito dos feitos marítimos, foi atribuída também a ele a qualidade de ensinar diretamente os pilotos portugueses.

2 CAPÍTULO 1 : A CONSTRUÇÃO DO MITO HENRIQUINO

A premissa da pesquisa consiste na análise da biografia do Infante, denominado o “Navegador”, e seu papel nas conquistas ultramarinas portuguesas. Além do estudo da iconografia e fontes como parte do *Monumenta Henricina*, manuais de construção naval, cartas náuticas e de chancelaria.

A história e a cultura portuguesas são marcadas pelas estruturas míticas fundamentais do Destino Manifesto²⁴ que inclui o mito cruzadístico e o mito do Quinto Império, pelo mito Ultramarino ou Henriquino, pelo Mito Sebástico²⁵ (ou do Grande Monarca, ou do Encoberto), pelo mito da sublimação da mulher (com o culto mariano a associar-se ao mito do Destino Manifesto e à supervivência do amor – Lenda de Pedro e Inês). Estas matrizes encontram-se eternizadas nos rituais e nos símbolos nacionais; estando presentes na literatura, pintura e na arquitetura, heranças que não podem ser ignoradas ou desvalorizadas para a compreensão do “ser português”, da sua missão providencial.

Os historiadores tiveram um papel importante na legitimação da noção de imaginário nas ciências humanas (Duby, 1978; Le Goff, 1985; Cazenave, 1986). Em o *Imaginário Medieval*, Le Goff questionava: “Por que [...] um novo domínio da história, aquele do imaginário?”. Perseguiu, assim, um questionamento do fim dos anos 70 (Patlagean, 1978)²⁶. As respostas do autor podem ser repensadas, agora, para assentar a necessidade de uma sociologia do imaginário, já que a vida dos homens e das sociedades é, constantemente, submetida aos impulsos imaginários, às imagens encarnadas nas artes (picturais, cinematográficas, etc.) e nas construções mentais coletivas e individuais. O imaginário, assim, diz respeito a uma civilização: circula através da história, das culturas e dos grupos sociais. Supomos a acreditar

²⁴ O Destino Manifesto português é uma concepção de riqueza espiritual e cultural que radica as suas influências no Livro Bíblico de Daniel. Consequentemente e pela análise da vivência do ser português e do seu dever histórico, é possível agrupar as “dormentes matrizes” (BESSA, A. M. 1988) no mito do Destino Manifesto Português e as matrizes superestruturais em mitos dominantes.

²⁵ O sebastianismo foi uma crença ou movimento profético que surgiu em Portugal em fins do século XVI como consequência da morte do rei D. Sebastião na Batalha de Alcácer-Quibir, em 1578. Nota do Mestrando.

²⁶ PATLAGEAN, Evelyne. “A história do Imaginário”. In: GOFF, Le. A Nova História. São Paulo 1994

que, segundo Le Goff (1985), que o imaginário alimenta e faz o homem agir. É um fenômeno coletivo, social, histórico²⁷.

Roger Chartier (1990) propõe uma nova forma de abordagem, buscando perceber as representações como construções que os grupos fazem sobre suas práticas. Para ele essas práticas não são possíveis de serem percebidas em sua integridade plena, elas somente existem enquanto representações²⁸. A proposta de Chartier desconstrói a noção de história como tradução da realidade, pois afirma que nenhum texto traduz a realidade, nenhum texto apreende a realidade em sua totalidade.

Em nosso estudo utilizaremos três importantes obras biográficas do Infante, a saber: “Henrique, o Infante” de João Paulo de Oliveira Costa²⁹, “Mito e a memória do Infante D. Henrique” de Maria Isabel C. João³⁰ e “Henrique, o Navegador” de Peter Russell.³¹ João Paulo de Oliveira Costa (2009) consolida na biografia do Infante, um personagem fascinante, fascínio segundo o autor pelo caráter complexo de sua personalidade. Retrata as relações conflituosas do Infante em seus interesses e jogos de poder. Em sua obra enfoca os conflitos de interesses e oposições políticas entre D. Henrique e D. Pedro, e ao mesmo tempo as relações de cumplicidade e apoios mútuos entre eles na conveniência dos mesmos jogos de poder. Para este autor:

“A explicação da gênese dos Descobrimentos passa pelo protagonismo de D. Henrique, mas só se compreende cabalmente com a intervenção de D. Pedro, que colocou sob a alçada da Coroa e deu dimensão internacional ao projeto pessoal desencadeado pelo irmão. No entanto, é escusado ir mais além, pois o próprio D. Pedro reconheceu o pioneirismo de D. Henrique nos descobrimentos.”³²

²⁷LEGROS, Patrick. et al. “*Sociologia do imaginário*”. Frédéric Monneyron, Jean-Bruno Renard, Patrick Legros e Patrick Tacussel; tradução de Eduardo Portanova Barros. – Porto Alegre: Sulina, 2014 – 2ª ed. (Coleção Imaginário Cotidiano). pp. 9-10.

²⁸CHARTIER, Roger. “Por uma sociologia das práticas culturais”. In: *A História Cultural: entre práticas e representações*. São Paulo: Difel, 1990. p.13-28.

²⁹COSTA, João Paulo Oliveira. “*Henrique, O Infante*”. Lisboa, Esfera dos Livros, 2009.

³⁰JOÃO, Maria Isabel. “Mito e Memória do Infante D. Henrique”. Câmara Municipal de Lagos, Comissão Municipal dos Descobrimentos, Lagos, 2004.

³¹RUSSELL, Peter, “Henrique, O Navegador”, Tradução: Ana Carvalho. Lisboa, Livros Horizonte, LDA. 2004

³²COSTA, João Paulo Oliveira. “Henrique, O Infante”. Lisboa, Esfera dos Livros, 2009, p.24.

Nestas biografias assim como nas crônicas de Luís Cadamosto³³, Gomes Eanes de Zurara, panegirista do Infante³⁴, João de Barros³⁵ autor de: “*Décadas da Ásia*”, Duarte Pacheco³⁶, Damião de Góis: “*Crônica do Príncipe D. João*” e Rui de Pina³⁷, objetivamos traçar um quadro de como a historiografia transformou o mito Henriquino de Sagres em algo fundamental no processo das conquistas do além-mar pelos portugueses.

Sobre a lenda do barlavento Algarvio, denominado de *Sacrum Promontorium* (Cabo Sagrado), o cronista Damião de Góis afirmava que no retorno de Ceuta o Infante escolhe a localidade para fixar residência. Realçando sua imagem renascentista atribuída a ele ares de homem da ciência. A herança dos cronistas referidos vai traduzir-se em diferentes “Olhares” sobre D. Henrique nos autores contemporâneos: um homem medieval, desejoso do bem servir a Deus e ao seu Rei, combatendo os infiéis, ou o homem moderno, movido pela curiosidade e busca do conhecimento, articulador que trazia para próximo de si indivíduos capazes de auxiliá-lo a realizar seu empreendimento.

Na obra de Gomes Eanes de Zurara “*Crônica de Guiné*”, se encontram os primeiros elementos para a associação entre o Infante e Sagres. Presente na obra, Zurara se refere a uma Vila³⁸ construída no cabo de São Vicente, a mando de D. Henrique, para o trato de mercadores e ponto de apoio à navegação que vinha do Mediterrâneo para o Atlântico. O propósito desta Vila era constituir em um entreposto como o de Cádiz, por onde os navios tivessem proteção dos ventos da região do Algarve e armazenagem de suprimentos para os *pilotos*. Esta passagem levou o Contra-almirante espanhol Júlio Guillen, a especular que se trataria de existir um grêmio similar ao Colégio de pilotos Vizcainos que, segundo a tradição,

³³ O mercador se coloca como o primeiro homem a sair de Veneza em busca das “terras dos negros da Baixa Etiópia”. (CADAMOSTO, 1988: 83). A obra de Cadamosto refere-se a duas viagens do mercador pelo continente africano, a primeira, em 1455 e a segunda, em 1456.

³⁴ ZURARA, Gomes Eanes de. “Crônica da Tomada de Ceuta” e “Crônica do Descobrimento e conquista da Guiné”.

³⁵ João de Barros, chamado o Grande ou o Tito Lívio Português. Em sua juventude narrou a história dos navegantes portugueses no oriente.

³⁶ MOTA, Avelino Teixeira da. “Duarte Pacheco Pereira, capitão e governador de S. Jorge da Mina. Mare Liberum, I(1990)”, pp.1-27. Pacheco autor de: “Esmeraldo Situ Orbis”.

³⁷ Cronista de D. João II. Sua obra transmite uma imagem menos lisonjeira a atuação do Infante em Tânger.

³⁸ J.I. Brito Rebello, “*Villa do Infante*” in *Occidente*, vol. XVII, Lisboa, 1894, p. 70. Escreve Brito Rebello: “a vila do Infante não é o que depois se chamou vila e hoje praça de Sagres; que seu assento era cabo de Traz Falmenar ponta Gorda ou no Beliche; que na angra limitada pelas duas pontas, ou cabos era o local conhecido no tempo do infante pela designação de Terça Nabal, séculos antes Carpha Nabal e provavelmente o porto Annibal dos antigos [...]”.

teria existido em Cádiz e de que resta como prova documental uma cédula real do ano de 1500³⁹.

Em outra análise, os estudos nos levam a aprofundar a pesquisa, para importância das tecnologias náuticas que os portugueses se destacaram em seu processo de conquistas. Para atingir seus objetivos, tendo o *Infante de Sagres* à cabeça, procuraram aperfeiçoar técnicas e instrumentos. O uso da bússola, do astrolábio, do quadrante e da *balestilha*⁴⁰, foram de fundamental importância à consecução destes planos, assim como o aperfeiçoamento tanto de mapas e das cartas de marear, quanto das construções navais, melhorias nas formas das embarcações. Os mapas eram instrumentos para o entendimento da percepção do mundo através dos tempos, pois neles encontramos representações, registros de aspectos naturais, informações históricas, etnográficas e mitológicas.

Ao analisar a trajetória do Infante D. Henrique é preciso considerar as motivações no sentido que “as viagens de descobrimento deviam aperfeiçoar as ciências náuticas, a fim de que fossem abertos os caminhos para novas fontes de matérias primas e novos mercados que pudessem dar lucros para a expansão lusitana”.⁴¹

³⁹ Júlio F. Guillen. “En torno a La Escuela de Sagres”. In: Anais do Clube Militar Naval, Número especial, Lisboa, 1960, pp. 35-37.

⁴⁰ A Balestilha é um instrumento de orientação que foi muito usado na época dos Descobrimientos portugueses para orientação no mar, ajudando a determinar a latitude a que um navio se encontra. Mede a altura de um astro ou a distância angular entre dois astros. Há referências do seu fabrico pelo menos até ao séc. XIX e a sua primeira referência aparece no “Livro da Marinharia” de João Lisboa, de 1514. Por isso, é que se intui que tenha sido muito usado nos Descobrimientos. Quanto à origem do seu nome, há quem diga que vem do castelhano “balhesta”, que significa besta, devido à sua semelhança e há quem considere que venha do árabe “balisti”, que significa “altura”. Pensa-se que foi inventado pelos portugueses e foi inspirado no kamal (instrumento de objetivo semelhante mais rudimentar, constituído por uma tábua e um fio), mostrado a Vasco da Gama, pelo piloto árabe Ahmad Ibn-Majid que o conduziu até à Índia. O kamal foi trazido pelos portugueses e foi utilizado nos nossos navios sob a designação de tavoleta da Índia ou balestilha do mouro, sendo utilizado pela primeira vez na viagem de Pedro Álvares Cabral e mais tarde foi aperfeiçoado e ajustado às nossas viagens, transformando-o na balestilha. Nota do Mestrando.

⁴¹ DREYER, EIMBCKE, Oswald. “O descobridor da terra”. História e Histórias da Aventura Cartográfica. São Paulo: Melhoramentos, EDUSP, 1972. p. 84.

2.1 NARRATIVAS CRONÍSTICAS

Na obra, “*Crônica da Guiné*” de Gomes Eanes de Zurara se encontram os primeiros elementos de associação entre o infante D. Henrique e Sagres. Zurara relata a existência de uma vila na região do Algarve, construída a mando do Infante e que serviria de entreposto de gêneros, abastecendo navios e tripulações. Sobre a residência do Infante e a suposta “Escola” em Sagres, o cronista nada diz e quanto a localização precisa da Vila, sua menção é muito vaga. Um aspecto importante em Zurara é o interesse do Infante pela Universidade de Lisboa, destinando recursos à implantação da cadeira de Teologia. Pouco é comentado sobre a intelectualidade do Infante, a também uma pequena associação do infante a *Atlas*⁴², o gigante, que sustentava o globo com seus ombros “pela grande sabedoria que em ele havia a cerca dos movimentos dos corpos celestiais”⁴³.

A *Crônica do Príncipe D. João*, datada de 1567, atribuída a Damião de Góis⁴⁴, começou a dar consistência à lenda da erudição do Infante, quando escreve que o príncipe era um homem muito dado ao estudo das letras, principalmente da Astrologia e Cosmografia. Para cultivar esses estudos e mandar navios para a costa africana, D. Henrique teria fundado uma vila no sítio de Sagres.

Sobre a conquista de Ceuta, Lopes (1989) afirma: “Ceuta tornou-se pouco mais do que uma grande e vazia cidade-fortaleza varrida pelo vento, com uma dispendiosa guarnição portuguesa que tinha que ser abastecida continuamente através do mar”⁴⁵.

A conquista de Ceuta em 1415 marca o início da expansão portuguesa em África e tem fortes motivações econômicas e de estratégia local. Ceuta era nos inícios do século XV a grande ameaça aos navios portugueses e à costa do Algarves. Ponto estratégico para o domínio da

⁴² Atlas (em grego, Ἄτλας) é um dos titãs gregos, condenado por Zeus a sustentar os céus para sempre. Era casado com Pleione, com a qual teve sete filhas conhecidas como Plêiades, bem como sete filhas que eram ninfas, as Hespérides.

⁴³ ZURARA. Gomes Eanes de, “*Crônica de Guiné*”. Introdução, novas anotações e glossário de José de Bragança, Barcelos, Livraria Civilização Editora, 1973, cap. IV, p.23.

⁴⁴ Cf. Damião de Góis, “*Crônica do príncipe D. João*”. Edição crítica e comentada de Graça de Almeida Rodrigues, Lisboa, UNL, 1977, cap. VII, pp. 20-22.

⁴⁵ LOPES, David . “A Expansão em Marrocos”. Editorial Teorema, Lisboa, 1989, p.75 (Publicação original BAIÃO, Antônio, CIDADE, Hernani e MURIAS, Manuel. “História da Expansão Portuguesa no Mundo, 3 vols. Editorial ática. Lisboa, 1937)

navegação no estreito de Gibraltar, com uma situação geográfica que a tornava facilmente defensável, base da guerra de rapina de corsários e de apoio ao Reino de Granada, Ceuta era principalmente um importante entreposto comercial, que escoava para a Europa as mercadorias que chegavam do Oriente através das caravanas e “o porto da navegação que se fazia entre os dois mares”⁴⁶.

Na Campanha de Ceuta, D. João I organiza uma armada de 270 navios e cerca de 30.000 homens. A expedição é cuidadosamente planejada e mantida em segredo, o ataque foi precedido pelo envio de espiões que estudaram detalhadamente as defesas da cidade e determinaram os pontos fracos. “No dizer do seu cronista, Zurara, seis anos antes já D. João I se ocupava dela; mas seguramente se sabe que se trabalhava para ela desde 1412”⁴⁷. Mas após a conquista a população abandonou a cidade, e o bloqueio imposto pelo sultão de Fez inviabilizava o cultivo dos terrenos circundantes e o desvio das rotas comerciais para outros portos provoca o seu declínio.

“A primeira conquista no além-mar obrigou á preparação de uma frota capaz de transportar numeroso exército equipado com armas e abastecimentos. Foi necessário mandar construir, comprar e alugar muitos navios. As notícias da época registram galés, galeões, naus, barcas, fustas, cocas, e barinéis, entre outros...”⁴⁸.

D. João I era o comandante da armada, foi acompanhado pelo príncipe herdeiro D. Duarte e mais dois filhos, os infantes D. Pedro e D. Henrique além do seu irmão bastardo, o Conde de Barcelos. Os principais militares do reino estavam presentes, como o *Condestável*, D. Nuno Álvares Pereira, o Mestre da Ordem de Cristo, D. Lopo Dias de Souza, o almirante Carlos Pessanha, o almirante Micer Lancerote, o capitão-mor Afonso Furtado, D. Pedro de Menezes, futuro governador de Ceuta, e muitos outros nobres, alguns dos quais iriam protagonizar os acontecimentos que marcaram a presença de Portugal em Marrocos, como Diogo Lopes de Souza, Vasco Coutinho ou Álvaro de Ataíde.

A expedição inicia-se no dia 25 de Julho de 1415 com a saída da armada da barra do Tejo. No dia 27, em Lagos, é finalmente anunciado o seu destino. A viagem entre Lagos e Ceuta é atribulada, já que uma forte tempestade obriga a armada a permanecer vários dias no mar alto. Ao dirigirem-se a Ceuta, os navios de carga são arrastados pelos ventos e correntes na direção

⁴⁶ Idem, p.10.

⁴⁷ Ibidem, p.5.

⁴⁸ FARINHA, António Dias. “Os Portugueses em Marrocos”. Instituto Camões, Lisboa, 1999. p.11.

de Málaga, ficando os restantes à sua espera entre Tarifa e Calpe, mas acabam por se posicionar diante da cidade.

“A cidade foi conquistada em 21 de Agosto de 1415. Reunindo o conselho pelo monarca optou-se pela solução de conservar em vez de a destruir. Depois de algumas divergências, entretanto sanadas, acordou-se a nomeação de D. Pedro de Meneses para o cargo de governador da praça com uma guarnição de dois mil quinhentos homens. Zurara diz-nos que os marroquinos se opuseram com tenacidade à presença dos portugueses, tendo atacado Ceuta sem êxito com dura violência por duas vezes: nos anos de 1418 e 1419”.⁴⁹

D. Henrique foi o grande vencedor com a conquista de Ceuta. Os bens que recebeu na altura deram-lhe uma enorme força militar e “*ampos rendimentos em moeda e em gênero*”.⁵⁰ Segundo André Bertoli (2007):

“Com a decisão de manter Ceuta como domínio luso, em 1416 D. Henrique recebeu os cargos de vedor e superintendente dos negócios de Ceuta e da defesa marítima da costa algarvia contra a pirataria berbere, e para provê-lo dos recursos necessários para tal feito, D. João I, com anuência do papado, nomeou o Infante D. Henrique governador e regedor da Ordem de Cristo no ano de 1418.”⁵¹

Sobre esta campanha militar, Oliveira Marques (1973) aborda o percurso do Infante a partir da conquista de Ceuta e o enorme império econômico que construiu.

“As viagens de descobrimento, se podem ter interessado o infante D. Henrique (...) foram não obstante encaradas, antes de mais nada, como uma maneira de aumentar patrimônio e receitas, constantemente em maré baixa devido aos seus empreendimentos políticos e militares e à sua casa opulenta. (...) Tem interesse notar que muitos desses esforços se relacionaram com a pesca e atividades marítimas, incluindo a pirataria e a guerra de corso.”⁵²

A política expansionista africana personificada pelo infante D. Henrique foi uma política belicista que promoveu os interesses da nobreza, visando a obtenção de riqueza através dos saques, anexações de territórios e do tráfico de escravos. As crônicas da época, escritas por Gomes Eanes Zurara, criaram uma imagem ideal do Infante, que foi transportada até aos nossos tempos, dando origem ao mito do “Navegador”.

⁴⁹ MORENO, Humberto Baquero. “O valor da Crónica de Zurara sobre a conquista de Ceuta”. In: “A Abertura do Mundo, in Homenagem ao Prof. Luís de Albuquerque”, Lisboa, 1987, pp.191-192.

⁵⁰ MARQUES, A. H. de Oliveira. “*História de Portugal*”. Edições Ágora, Lisboa, 1973,p.208.

⁵¹ BERTOLI, André Luiz. “Uma Leitura Possível da Crónica da Tomada de Ceuta, levando em conta a representação do Infante D. Henrique nessa obra de Zurara”. Sociedade em Estudos, Curitiba, 2007.

⁵² MARQUES, A. H. de Oliveira. “*História de Portugal*”. Edições Ágora, Lisboa, 1973, p.208.

O cronista Zurara, confessa sua profunda admiração pelo Infante e seus feitos, além da gratidão a D. Henrique. Na sua estadia na casa senhorial, teria o próprio Infante narrado suas histórias ao cronista. A autora Kátia Michelin (2013) reforça que o enaltecimento do Infante nas crônicas de Pisano, Zurara e Cadamosto teriam sido concluídos após a Guerra Civil, durante a Batalha de Alfarrobeira (1449), com a derrota e morte de D. Pedro, ex-regente do reino e amaldiçoado por ter se rebelado em relação ao seu sobrinho, senhor e Rei D. Afonso V. Desta forma tornado proscrito, assim as crônicas reforçaram a glorificação de D. Henrique, desviando o foco desta querela política e palaciana. Continua a autora, Zurara foi longe ao ponto de modificar a crônica da conquista da Guiné após a morte do Infante em 1460.⁵³

Ainda sobre o caráter apologético das crônicas quatrocentistas, em especial sobre a figura do Infante, produzidas por Zurara, comenta:

“A imagem decorrente das obras escritas à volta do círculo cortesão serviria também de inspiração para os nobres, principalmente àqueles que estavam ascendendo pelo serviço, que não tinham uma tradição linhagística na qual se basear. Na realidade estudada por nós, muitos desses eram servidores do infante D. Henrique, sendo enviados por esse, ou indo com sua permissão, nas viagens atlânticas pelas costas africanas. Daí podermos afirmar que a autoridade política de uma nobreza tradicional, da qual fazia parte a linhagem real, somou-se à autoridade cultural e simbólica que legitimava a “propaganda” da alta nobreza para doutrinar toda a sociedade nobiliárquica.”

Nessa crônica, primeira obra do cronista, D. Henrique surge como o protagonista, relegando para segundo plano de seu pai, o rei D. João I, os seus irmãos D. Duarte e D. Pedro.

“... O rei não foi um personagem de grande destaque na ação (...) foi narrado o ataque e conquista de Ceuta, onde o rei aparece como um personagem coadjuvante (...) o mérito da tomada de Ceuta na narrativa de Zurara recaiu, em sua maioria, sobre D. Henrique, reduzindo o papel de seus irmãos D. Duarte e D. Pedro, além do próprio monarca D. João.”⁵⁴

O cronista Zurara constrói um perfil ideal para D. Henrique, que surge em sua narrativa como um cavaleiro a serviço da fé e da pátria, movido por valores e ideais cruzadísticos. O domínio de Henrique sobre Zurara explica-se facilmente por dois fatos. Henrique era o último

⁵³ BARRETO, Luis Felipe. “Descobrimientos e Renascimento: formas de ser e pensar nos séculos XV e XVI”. Lisboa: Imprensa Nacional e casa da Moeda, 1983.

⁵⁴ BERTOLI, André Luiz. “Uma Leitura Possível da Crônica da Tomada de Ceuta, levando em conta a Representação do Infante D. Henrique nessa obra de Zurara”. Sociedade em Estudos, Curitiba, 2007, pp.97-98.

sobrevivente dos acontecimentos de Ceuta, não existindo ninguém para contestar a crônica, e Zurara fora contratado pelo próprio Henrique, que participara na elaboração do texto:

“Como se pode averiguar, Zurara foi feito cavaleiro e comendador da Ordem de Cristo pelo seu governador, o Infante D. Henrique. O que levou a conclusão de que esses dois personagens tinham relações em comum, na qual o cronista foi favorecido com um cargo importante dentro de uma ordem militar religiosa, enquanto D. Henrique ganhou papel de destaque em um dos escritos mais importantes do período, o que lhe aumentou seu prestígio como cavaleiro cristão português (...) no último parágrafo da página 43, (Zurara) afirmou que o Infante D. Henrique colaborou com ele ao relatar suas memórias.”⁵⁵

A conquista da Guiné foi detalhada nos relatos do navegador e cronista veneziano Alvise Cadamosto. Na obra “*Navigazioni*”, narrativa de viagem do século XV, descreve com riqueza de detalhe duas viagens por ele realizadas entre 1455 e 1456, sob a orientação do Infante D. Henrique, e outra realizada após sua morte do infante. A obra foi escrita após a volta para a Veneza, contendo descrições da geografia, fauna e flora da Guiné. Detalhava também a estrutura e organização do comércio da África negra e Subsaariana, a mando de D. Henrique.

Maria Isabel João analisa um manuscrito de Duarte Pacheco Pereira⁵⁶, mencionando que o Infante mandou vir da Ilha de Maiorca tal Mestre Jácome, especialista na arte de marear, para ensinar o seu ofício aos lusitanos. Atualmente é aceita a grande probabilidade, de que a cartografia portuguesa seguiu na esteira da tradição mediterrânea, em especial, catalano-maiorquina para a elaboração das primeiras cartas náuticas.⁵⁷

É provável que um mestre nesta arte tivesse chegado a Portugal a convite de D. Henrique. João de Barros⁵⁸ corrobora com esta teoria repetindo a mesma informação em sua crônica. Quanto à identificação do referido *Mestre Jácome* ou Jaime de Maiorca, especula-se ser filho de um judeu Abrão Cresques, geralmente considerado o autor do Atlas Catalão de 1375. Não

⁵⁵ BERTOLI, André Luiz. “Uma Leitura Possível da Crônica da Tomada de Ceuta, levando em conta a Representação do Infante D. Henrique nessa obra de Zurara”. Sociedade em Estudos, Curitiba, 2007. pp.96-97.

⁵⁶ Duarte Pacheco Pereira, “*Esmerado de Sito Orbis*”, reprodução anastática da edição crítica anotada por Augusto Epifânio da Silva Dias, Lisboa, 1975, Livro I, cap. 33, p.98.

⁵⁷ Alfredo Pinheiro Marques, “Maiorca, Jaime”, In Luís Albuquerque (dir.), *Dicionário de História dos Descobrimientos*, vol. II, Lisboa, Caminho, 1994, p.649.

⁵⁸ BARROS, João de. “*Ásia, Dos feitos que os Portugueses Fizeram no Descobrimento e Conquista dos Mares e Terras do Oriente, Primeira Década*”. 6ª Ed. Atualizada na ortografia e anotada por Hernâni Cidade, notas históricas finais por Manuel Múrias, Lisboa, agência Geral das Colônias, 1945, liv. I, cap. XVI, p. 65.

obstante, mais importante do que a verdadeira identidade do mestre, é o fato de se fundamentar a existência de uma “escola” em Sagres, notadamente se havia ensino e mestres, teria que existir um espaço apropriado para este feito.

Dois acontecimentos significativos caracterizaram a historiografia portuguesa na ênfase dos Descobrimentos, as comemorações no ano de 1880 com o tricentenário da morte de Luís de Camões e no ano de 1894 com o quinto centenário do nascimento do Infante. No que se refere historiografia henriquina do período, destaca-se os autores Oliveira Martins e Teófilo Braga⁵⁹. O primeiro numa perspectiva romântica e interpretativa, onde salienta as virtudes do infante, a sua ação expansionista e papel de herói das conquistas e descobertas lusitanas. Já o segundo, seguindo uma linha historiográfica republicana e positivista, procura evidenciar uma visão diferente em relação à figura do Infante, crítico mordaz do imaginário mítico construído ao seu redor⁶⁰.

“As obras de Oliveira Martins (1845-1894) repousaram o maior impacto e divulgação no campo historiográfico do período, em “A História de Portugal” (1879) e “*Os filhos de D. João I*” (1891), reforça intensamente a imagem do herói nacional, mentor do império marítimo lusitano, homem de fé inabalável único em capacidade, virtude e obstinação para se aventurar no “mar tenebroso”. Retrata também a “Ínclita Geração”, em “Os filhos de D. João”, o autor em suas obras expõe com paixão as virtudes do homem” em cujo cérebro ferviam os destinos de Portugal”⁶¹.

É com o autor que se consolida o “Mito em torno de Sagres”, local onde o Infante teria criado uma academia naval de vanguarda, nascedouro das expedições no ultramar.

“Em Sagres reunia o Infante todos os recursos de que então dispunha a cosmografia e a arte de navegar. (...) A Bússola, o Astrolábio e o Quadrante já guiavam as expedições marítimas enviadas anualmente de Sagres pelo Infante, a sondar o Oceano, ou a descer a costa para o sul”.⁶²

No contexto da expansão marítima portuguesa a partir do século XV, a historiografia lusitana da primeira metade do século XX, procurou relacionar o fenômeno dos *Descobrimentos* ao

⁵⁹ FIDALGO, Andreia Lopes. “Francisco Fernandes Lopes (1884-1969), historiador do Algarve. Contributo para a historiografia henriquina”. Dissertação de Mestrado. Universidade do Algarve. 2012.p.81-82.

⁶⁰ Idem.p.82.

⁶¹ MARTINS, Oliveira. “*História de Portugal*”. 12. a ed. Guimarães ED, Lisboa, 1997. p.164.

⁶² Idem, “*Historia de Portugal*”, 1977, pp.166-167.

crescimento comercial processado na Baixa Idade Média. Jaime Cortesão⁶³ atribui a *Crise Dinástica* de 1383-1385 o despertar de uma consciência de nacionalidade, concretizada pelo centralismo político nascente, elementos segundo o autor como facilitadores das conquistas do ultramar.

Segundo Vitorino Magalhães Godinho⁶⁴ (1981), os fatores econômicos foram determinantes para a gênese das conquistas portuguesas ao longo dos séculos XV e XVI. O autor reforça o caráter de modernidade associada à expansão, concomitantemente analisa a contradição desta mesma “modernidade”, apontando a influencia das tradições medievais em contraposição as orientações mercantis desta expansão.

Godinho identifica o papel social híbrido do denominado “Cavaleiro-mercador”⁶⁵, onde os interesses materiais e pecuniários das conquistas encabeçadas pelo Infante associavam-se diretamente às concepções medievais de cavalaria e espírito cruzadístico de combate ao infiel e difusão da cristandade a partir das regiões do Magrebe.⁶⁶

Na obra de “Ceuta a Timor” de Luís Felipe Thomaz⁶⁷ (1994), a expansão lusitana tinha particularidades próprias em relação aos interesses expansionistas dos demais estados europeus no mesmo período. A conquista Marroquina em Ceuta atendia os anseios da nobreza militar lusitana, objetivando prêmios, honrarias militares e régias associada à realidade medieval ainda de forte presença no período.

Sobre esta questão, o autor também enfoca duas vertentes ou tendências do reino português em torno das conquistas expansionistas. A primeira, a Ibérica, originalmente associada aos interesses do reino e da nobreza lusitana em Granada ocupada pelos mouros. A segunda, a Atlântica, enfoca as potencialidades territoriais, religiosas, militares e econômicas no norte da África. E a partir de tais conquistas o acesso às Ilhas Atlânticas. O diferencial em relação a

⁶³ CORTESÃO, Jaime. *Obras Completas 1 e 2 – “Os Descobrimentos portugueses I e II”*. s/e. Lisboa: Imprensa Nacional, casa da Moeda, 1990.

⁶⁴ GODINHO, Vitorino Magalhães. *“Os descobrimentos e a economia Mundial.”* 2ª edição. Lisboa: Editorial Presença, 1981-1985, vol.1, p.07.

⁶⁵ Thomaz (1994) comenta sobre o conceito-chave de cavaleiro-mercador ou fidalgo-mercador, idealizado por Godinho como “um tipo social característico, o fidalgo-negociante, o alto funcionário-mercador enobrecido”. In: GODINHO, Vitorino Magalhães. “A estrutura na antiga sociedade portuguesa”. Editora Arcádia, Lisboa, 1971. p.75.

⁶⁶ THOMAZ, Luís Felipe F. R. “De Ceuta a Timor”. 2ª Ed. Lisboa, Difel, 1994, p.35.

⁶⁷ Idem. “De Ceuta a Timor”. 2ª Ed. Lisboa, Difel, 1994, p.3-15.

estas tendências era o papel e atuação dos agentes políticos frente à realeza Avisina. Na primeira, aproximação com Castela visando à reconquista de Granada, na segunda a conjuntura Atlântica, priorizando estreitar relações com a Inglaterra e Flandres.

A Crônica da Guiné não foi a responsável pelo interesse de sucessivas gerações de historiógrafos interessados no Infante D. Henrique, mas sim nos cronistas renascentistas João de Barros (1496-1570) e Damião de Góis (1502-1574). A Crônica da Guiné permaneceu manuscrita até 1841, altura em que foi descoberta na Biblioteca Nacional de Paris por Ferdinand Denis e editada pelo Visconde de Santarém com o título: “*Crônica do Descobrimento e Conquista de Guiné*”.

Não obstante, que a crônica de Zurara foi a principal fonte de informação de João de Barros, na “*Primeira Década da Ásia*”, mas pouco tempo depois, Damião de Góis já a dá como desaparecida⁶⁸. Os cronistas João de Barros e Damião de Góis vão retratar a concepção mais humanista do Infante, respectivamente em seus relatos minimizaram o aspecto divino da obra de Zurara e deram ênfase nas capacidades do Infante enquanto indivíduo.

No século XVIII, em pleno “Século das Luzes” foi criada a Academia Real de História Portuguesa em 1720. A obra de maior relevância no período foi a primeira biografia sobre o Infante D. Henrique de autoria de Cândido Lusitano, frade oratoriano⁶⁹ de nome verdadeiro Francisco José Freire (1719-1793). A vida de D. Henrique de Cândido Lusitano é caracterizada pela “mentalidade religiosa e beata”⁷⁰. Lusitano creditava todas as ações em vida do Infante como obra da providencia divina.

Relatada como uma espécie de hagiografia, nela D. Henrique fora ungido para um glorioso destino de descobrimentos e conquistas. Ao Infante, estava reservado o papel de propagador da fé cristã, defensor contumaz da Igreja de Roma, um modelo de virtude, um santo

⁶⁸ JOÃO, Maria Isabel. “O Infante D. Henrique na Historiografia”. 1994. Elo-Publicidade, Artes Gráficas, Lda. Lisboa, 1994.p.10.

⁶⁹ A Congregação do Oratório, hoje Confederação do Oratório (*Confoederatio Oratorii Sancti Philippi Nerii*), também conhecida como Oratorianos ou Ordem de São Filipe Néri, é uma sociedade de vida apostólica fundada em 1565, em Roma, por São Filipe Néri, para clérigos seculares, sem votos de pobreza e obediência, dedicando-se à educação cristã da juventude e do povo e a obras de caridade. Nota do Mestrando.

⁷⁰ JOÃO, Maria Isabel. “O Infante D. Henrique na Historiografia”. 1994. p.18.

verdadeiro. Cândido Lusitano também reserva a ele, em sua obra, retratá-lo como um sábio conhecedor da navegação e protetor das ciências⁷¹.

A historiografia romântica e nacionalista dos *Oitocentos*, encabeçada por Alexandre Herculano, traça um perfil de herói do panteão pátrio, representante genuíno da vocação apostólica de Portugal, ao consolidar a mitificação da sua figura e ação histórica, o Infante D. Henrique é o homem de ação e criador do império português. Sua inabalável fé, conduta de cavaleiro perfeito, ascético e grande sabedoria científica. Exemplo ímpar de amor e devoção à pátria.

A grande obra publicada por Alexandre Herculano é a *História de Portugal*, publicada entre 1846 e 1853, para muitos historiadores o grande monumento historiográfico português para o período⁷². A historiografia do século XIX está intrinsecamente ligada ao Romantismo e este ao Liberalismo triunfante em Portugal. Por volta de 1834 ocorre a derrocada do Absolutismo Miguelista⁷³, abrindo espaço para a construção de uma sociedade liberal e marcando a ascensão do sistema monárquico constitucional no país, em substituição a estrutura social e hierárquica do Antigo Regime.

Sobre a lenda de Sagres, ela prossegue o seu “caminho glorioso” na primeira metade do século XIX. Publicada na Revista “*Universo Pittoresco*” em 1844, apresenta uma biografia do Infante D. Henrique, onde resume o pensamento do erudito Cardeal Saraiva⁷⁴ à cerca do mito. Afirmava que o infante fundara em Sagres uma escola de matemática, Cosmografia e

⁷¹ LUSITANO, Cândido. “A vida do infante D. Henrique”, Lisboa, Na officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1758 p.391. In: JOÃO, Maria Isabel. “O Infante D. Henrique na Historiografia”. 1994. p.28.

⁷² Luís Reis TORRAL; José Amado MENDES; Fernando CARTOGA, “ Historia da História em Portugal, sécs. XIX-XX, 1996, p.10.
Nota do Mestrando. ⁷³ Ou *Miguelistas*, nome atribuído na historiografia portuguesa aos simpatizantes e apoiadores do chamado Miguelismo, nomeadamente os que lutaram pela legitimidade permanente do ex-infante D. Miguel de Bragança na linha de sucessão ao trono português e que vieram depois a fundar o Partido Legitimista e o Partido Realista que nele se integrou. Em 1834, D. Miguel é derrotado, deposto. A paz assinada na Convenção de Evoramonte determinou o regresso da rainha D. Maria II(filha de D. Pedro IV) à coroa e o exílio do então já ex-infante D. Miguel para a Alemanha.

⁷⁴ Cardeal D. Francisco de S. Luiz Saraiva (conhecido popularmente por "Cardeal Saraiva"), publicou um trabalho intitulado: Glossário de Vocábulos Portugueses Derivados de Línguas Orientais e Africanas exceto o Árabe, em que se demonstrava que muitas palavras do português encontram paralelo no hebraico antigo no caldaico e mesmo no persa.

Náutica⁷⁵. Ali se faziam observações astronômicas, projetariam cartas hidrográficas, se fabricariam instrumentos náuticos e se trabalharia para se aperfeiçoar a construção naval. Daquele lugar saíam hábeis navegadores, admirados em toda a Europa.

A Historiografia do Estado Novo⁷⁶ (1926-1974) procurava enaltecer os feitos da nação portuguesa ao longo dos séculos, consolidando a imagem de nação grandiosa. Para o regime a grandiosidade lusitana residia nos tempos áureos da monarquia nacional, cuja integridade foi ameaçada pelos desacertos do liberalismo e da *I República*. Assim, a história portuguesa deveria ser resgatada pelos momentos e atos patrióticos e heroicos nos eventos históricos como as Batalhas de Ourique e Aljubarrota, ou os *Descobrimentos* e a Guerra de Restauração, ao final da “União Ibérica” (1580-1640).

Os heróis em destaque, enalticidos pela propaganda oficial eram D. Afonso Henrique. D. Num’Alvares Pereira, o Infante D. Henrique e outros. Os descobrimentos foram destacados pela historiografia da época, intimamente relacionada ao conceito de nação, não só limitada ao espaço português continental e europeu, mas, sobretudo a Portugal do Ultramar, e esta soberania lusitana deveria ser historicamente legitimada⁷⁷.

⁷⁵ *Universo Pittoresco*, Lisboa, 1866, p.55 e p. 170. In: JOÃO, Maria Isabel. “Sagres, lugar mítico na memória”. In: Des (a)fiando discursos. Homenagem a Maria Emília Ricardo Marques, Lisboa, Universidade Aberta, 2005, p.413.

⁷⁶ Estado Novo é o nome do regime político autoritário, autocrata e corporativista de Estado que vigorou em Portugal durante 41 anos sem interrupção, desde a aprovação da Constituição de 1933 até a sua derruba pela Revolução de 25 de Abril de 1974 ou “Revolução dos Cravos”. Ao Estado Novo alguns historiadores também chamam de Segunda República Portuguesa, por exemplo a *História de Portugal* de José Hermano Saraiva e a obra homônima de Joaquim Veríssimo Serrão. No entanto, tal designação jamais foi assumida pelo regime fundado por Salazar, que conservou a forma de governo republicana, mas nunca adotou a designação “II República”, preferindo designar-se oficiosamente, isto é, extraconstitucionalmente, como um “Estado Novo”. A designação oficial de “Estado Novo”, criada sobretudo por razões ideológicas e propagandísticas, serviu para assinalar a entrada num novo período político aberto pela Revolução de 28 de Maio de 1926 que, ficou marcado por uma concepção presidencialista, autoritária e antiparlamentar do Estado. Neste sentido, o Estado Novo encerrou o período do liberalismo em Portugal, abrangendo nele não só a Primeira República, como também o Constitucionalismo monárquico. Como regime político, o Estado Novo foi também chamado salazarismo, em referência a António de Oliveira Salazar, o seu fundador e líder. Salazar assumiu o cargo de Ministro das Finanças em 1928 e tornou-se, nessa função, uma figura preponderante no governo da Ditadura Militar, o que lhe valeu o epíteto de “Ditador das Finanças”. Obtendo enorme sucesso num curto espaço de tempo, ficou posteriormente conhecido como o “Mago das Finanças”. Ascendeu a Presidente do Conselho de Ministros em Julho de 1932 e esteve em funções até ao seu afastamento por doença em 1968, nunca chegando a ter conhecimento de que já não era o Presidente do Conselho de Ministros. A designação *Salazarismo* reflete a circunstância de o Estado Novo se ter centrado na figura do “Chefe” Salazar e ter sido muito marcado pelo seu estilo pessoal de governo.

⁷⁷ TORGAL, Luís Reis. “A História em tempo de Ditadura”, in: “História da História de Portugal”, 1996. pp. 241 e 243.

Segundo o historiador Luis de Albuquerque⁷⁸, a historiografia romântica portuguesa favoreceu de sobremaneira a fixação da *Escola de Sagres* na memória coletiva dos portugueses. Oliveira Martins em sua obra “*Os Filhos de D. João I*”, compilou uma suposta lista bibliográfica que teria sido utilizada pelo Infante D. Henrique e por “mestres” da suposta escola. Estes livros teriam sido adquiridos pelo Infante D. Pedro⁷⁹, durante o seu périplo pela Europa. Esta teoria foi refutada várias vezes, notadamente, tais obras que constavam na lista como as cartas de Gabriel de Vallseca⁸⁰ e os livros de Jorge Peurbach⁸¹, dificilmente teriam chegado a Portugal no retorno do Infante.



Figura 1: Carta náutica de Gabriel Vallseca, 1439.

⁷⁸ ALBUQUERQUE, Luís de. “*Escola de Sagres*”, Dicionário de História de Portugal. Dir. de Joel Serrão, Vol. III, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1971. pp.716-717.

⁷⁹ Conhecido como o Infante das “Sete Partidas do Mundo”. Ansioso de conhecer e saber o que se passava no resto do mundo, decide viajar. Não só para visitar e conhecer as principais Cortes da Europa, mas também a Terra Santa e, se possível, o Reino do Preste João.” *Vidas Lusófonas*”, biografia do Infante D. Pedro por Fernando Correia da Silva.

⁸⁰ Gabriel de Vallseca, também referido como Gabriel de Valseca e Gabriel de Valsequa (século XV) foi um cartógrafo catalão ligado à chamada Escola de Maiorca. Judeu convertido da Escola Hebraica da Catalunha, certos autores creem que era filho de Hayim ibn Rish, da família Cresques (NOVINSKY, 1990/91: 68). IN: NOVINSKY, Anita Waingort. *Papel dos Judeus nos Grandes Descobrimientos*. In: Revista Brasileira de História. São Paulo, vol. 11, nº 21, Setembro-Fevereiro 1990/91, pp. 65–76.

⁸¹ Georg von Peurbach (Peurbach, Alta Áustria, 30 de maio de 1423 — Viena, 8 de abril de 1461), de seu nome Georg Aunpekh, mas também conhecido por Johann Purbach e por Jorge Purbáquio, foi um astrônomo e professor da Universidade de Viena, considerado um dos precursores europeus da visão heliocêntrica do mundo e da cosmologia depois adotada por Nicolau Copérnico e Johannes Kepler.

Fonte: Biblioteca da Catalunha (conservado no Museu marítimo de Barcelona).

A crítica sobre tal questão surgiu ainda o século XIX, por volta de 1877, o Marquês de Sousa Holstein⁸², afirmou que na região de Sagres não teria existido institucionalmente uma escola, mas na verdade uma academia científica, que ele acreditava se ocupava de problemáticas náuticas e geográficas.

Nesta corrente seguiam-se autores como Luciano Pereira da Silva e Joaquim Bensaúde, que atribuíam a náutica portuguesa da época o conhecimento e delimitação de regra e regimentos empíricos, denotando assim que a marinharia e marinheiros não necessitariam de grandes conhecimento astronômicos, e por certo o Infante D. Pedro nunca chegou a ter acesso ou ler obras citadas por Oliveira Martins, nomeadamente de Johanes de Monte Régio⁸³ ou Jorge de Peurabach.

Em sua *História de Portugal*, o nacionalista Oliveira Martins (1845-1894) colocou o infante no altar-mor da pátria.

“No limitado número dos nossos nomes célebres, o de D. Henrique está ao lado do primeiro Afonso e de D. João II. Um fundou o reino, outro fundou o império

⁸² D. Francisco de Borja Pedro Maria António de Sousa Holstein (Paris, 20 de Abril de 1838, Lisboa, Carnide, Quinta das Romeiras, 30 de Setembro de 1878), 1.º Marquês de Sousa Holstein, foi um diplomata, político, advogado, académico, publicista e especialista assim como historiador de arte português. O título de 1.º Marquês de Sousa Holstein foi-lhe concedido por D. Fernando II de Portugal, Regente na menoridade de D. Pedro V de Portugal, por Decreto de 3 de Setembro de 1855. Era já Marquês Honorário por Decreto de D. Pedro V de Portugal de 8 de Agosto de 1860, concessão feita aos filhos mais novos dos 1.º s Duques de Palmela, a exemplo do que era uso em certas Casas Ducais, e usou as Armas dos Duques de Palmela: de Sousa dos Senhores de Arronches; timbre: de Sousa dos Senhores de Arronches; Coroa de Marquês. Foi Gentil-Homem da Real Câmara de D. Luís I de Portugal, Moço Fidalgo da Casa Real, Oficial-Mor da Casa Real, Deputado da Nação e Par do Reino, Grã-Cruz da Ordem dos Santos Maurício e Lázaro, da Sardenha, Comendador da Ordem Militar de Sant'Iago da Espada, 454.º Comendador da Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (21 de Junho de 1854) e Comendador da Ordem de São Gregório Magno, da Santa Sé, e da Ordem da Águia Vermelha, da Prússia, Sócio da Academia Real das Ciências de Lisboa e da Associação dos Advogados de Lisboa, etc. IN: Nobreza de Portugal e Brasil", Direcção de Afonso Eduardo Martins Zuquete, Editorial Enciclopédia, 2.ª Edição, Lisboa, 1989, Volume Terceiro, pp. 13 e 405.

⁸³ Johann Müller von Königsberg (6 de Junho de 1436 - 6 de Julho de 1476), que também era conhecido como Regiomontanus, estruturou seu trabalho de uma forma similar ao famoso livro Elementos do matemático Euclides. Sua obra De triangulis estava dividida em cinco livros, sendo que o primeiro apresentava as definições básicas de quantidade, razão, igualdade, círculos, arcos, cordas e a função seno. Apresentou então a lista dos axiomas que assumiria, juntamente com 56 teoremas de geometria. Além de estabelecer o estudo da álgebra e da geometria na Alemanha, reativou o estudo da astronomia na Renascença. Estudou nas universidades de Leipzig e Viena onde se aprofundou em matemática e astronomia. Em Roma estudou grego e filosofia, passando a traduzir livros científicos da antiguidade. De volta à Alemanha criou uma empresa de impressão e um observatório em Nuremberg, a fim de estimular a ciência e a literatura. [https:// pt.wikipedia.org/wiki/Johannes_Müller_von_Königsberg](https://pt.wikipedia.org/wiki/Johannes_Müller_von_Königsberg).

efêmero do Oriente; entre ambos D. Henrique foi o herói pertinaz e duro, a cuja força Portugal deveu a honra de preceder as nações da Europa na obra do reconhecimento e vassalagem de todo o globo”⁸⁴.

Ainda segundo Oliveira Martins e outros autores lusitanos contemporâneos, a Europa era a suserana natural dos outros continentes. Na visão de Jaime Cortesão, a quem se deve um dos mais importantes ensaios sobre o Duque de Viseu, escreveu em *Os Descobrimentos Portugueses*: “O infante D. Henrique concentrou, sim, em suas mãos, a força, mais que dum povo, de toda a Cristandade para moldar um Homem Novo, ávido de Universo”⁸⁵.

Segundo o escritor e historiador inglês Samuel Purchas⁸⁶ os feitos dos descobrimentos lusitanos deve-se a genialidade do Infante em decorrência de sua genealogia materna. Filho de Filipa de Lancaster, filha de *João de Gante*, Duque de Lancaster⁸⁷. Desta forma herdeiro de sangue britânico, “carne de nossa carne” comenta o referido autor. Assim sendo a construção do mito henriquino ganha corpo, a princípio, na historiografia sem participação direta dos próprios portugueses.

O historiador Peter Russell (2004) desenvolve sua obra, “Henrique, O Navegador” com bases em fontes primárias e em uma extensa bibliografia. Russell segue a vida do Infante passo a passo, perseguindo a ideia de que as atividades modernas do Infante Henrique (como um cruzado, pioneiro de navegação, matemático e comerciante) foram responsáveis pelas alterações que não ocorreram apenas na Europa, no seu tempo, mas também em todo o mundo moderno.

⁸⁴ MARTINS, Oliveira. “*História de Portugal*”. 16ª ed., Lisboa, Guimarães Editores, 1968, p.164.

⁸⁵ CORTESÃO, Jaime,. “*Os Descobrimentos Portugueses*”, II, Lisboa, Livros Horizonte, 1975, p.640.

⁸⁶ Samuel Purchas (1575-1626) foi um religioso, historiador e escritor inglês, autor de uma vasta coleção de histórias de viagens.

⁸⁷ João de Gante foi casado com a princesa Constança, filha do já falecido rei Pedro I de Castela, o Cruel (1334-1369). Por isso, envolveu-se na complicada política castelhana ao se declarar pretendente à sua coroa, rivalizando com Henrique de Trastâmara. As suas intenções foram solapadas pelo último, mas João continuou a interferir na política ibérica. Quando começou a crise dinástica de 1383-1385 entre Portugal e Castela, João de Gante apoiou a facção de João, Mestre de Avis, do ponto de vista político e militar. É da sua iniciativa o tratado de Windsor, o qual confere a Inglaterra e Portugal o estatuto de aliados desde 1386. Para firmar este tratado, a sua filha mais velha, Filipa, casou com D. João I de Portugal. Como consta no livro de Damião Peres, D. João I, “Desta entrevista resultou uma aliança entre o Duque [João de Gante] e o rei de Portugal contra o rei de Castela, e o casamento de D. João com uma filha do Duque, D. Filipa”. PERES, Damião. D. João I. 2ª Ed. Porto: Vertente, 1983, p. 75-76.

Segundo Russell, "em 1415, quando ele tinha vinte e um anos, a carreira do Infante como uma figura pública realmente começou" (RUSSELL, 2004 p.28). Seguindo-se de recentes interpretações históricas sobre o início da expansão Portuguesa⁸⁸, D. João I estava ciente de que somente a combinação de autonomia política (interna e externa) e um acesso garantido para o mar (controle sobre o Estreito de Gibraltar) iria defender os interesses portugueses, econômicos e financeiros e, sobretudo como um instrumento ideológico que, desde o início, legitimava as atividades marítimas: a ideia da Cruzada (visto como o acompanhamento do espírito da Reconquista).

Complementa o autor:

“Foi em Ceuta que D. Henrique, na sua iniciática batalha, conquistou entre seus pares a reputação perene de soldado excepcionalmente corajoso mas também impetuoso e imprudente, que tinha a perigosa convicção de que, pelo menos quando lutava **contra** o infiel, o brio e o zelo religiosos contavam mais que o rigoroso planeamento estratégico e tático e o cumprimento da disciplina militar. Embora pareça ter resultado em Ceuta, tal crença iria conduzi-lo, vinte e dois anos mais tarde, ao desastre e à humilhação num outro campo de batalha marroquino”.⁸⁹

Ainda em sua obra, Russell (2004. p.29) evidenciava que "não havia nada improvisado sobre a conquista de Ceuta, em 1415". D. Henrique é apresentado como o homem que assumiu o papel heroico do plano da monarquia. "Depois disso, ele nunca deixaria de se apresentar ao mundo como um líder cuja vida foi dedicada a cruzada contra os infiéis..." (p.58).

O Infante fora consagrado pelo Papa em 25 de maio de 1420, para ser o administrador geral da Ordem Militar de Cristo parece ser a consequência lógica do prestígio que ele havia ganhado em Ceuta como um cavaleiro cristão militante, mas também tem de ser visto como uma parte da *estratégia de Estado* objetivando trazer as ordens militares, em Portugal, sob o controle da coroa.

Na obra de João Paulo de Oliveira Costa (2009), "*Henrique o Infante*", apresenta uma perspectiva bem construída sobre a vida e a obra do Infante, reconstruindo sua biografia objetivamente a partir de farta documentação disponível, muitas vezes ignorada na construção

⁸⁸ THOMAZ, Luis Filipe. "*Expansão Portuguesa e Expansão Europeia - Reflexões em Tomo da Gênese dos Descobrimientos*", in De Ceuta a Timor. Lisboa, 199, pp. 1-41.

⁸⁹ RUSSELL, Peter. "*Henrique, O Navegador*". Tradução Ana carvalho. Livros horizonte. Lisboa. 2004. p. 58.

mítica deste personagem basilar da história portuguesa. Na construção desta obra está evidenciada uma tentativa de romper com a visão tradicional da vida de D. Henrique em função da expansão marítima portuguesa. Não objetiva, a priori, a gênese da expansão e os feitos dos primeiros navegadores portugueses. Seu foco é o homem por trás dos descobrimentos, cuja vida não se resume ao perscrutar o oceano.

Conforme João Paulo de Oliveira Costa:

“Se a expansão cruzadística e comercial lhe ocupou desde cedo uma parte do espírito, a outra controlou sempre o enorme patrimônio que ele acumulou sistematicamente ao longo de toda a vida e que geriu cuidadosamente quase até o último suspiro.”⁹⁰

Complementa o autor, ainda na obra supracitada, que despojado do *mito*, o Infante não é apenas o *Navegador*, mas antes de tudo um príncipe preocupado com seu senhorio e com sua influência política; um cortesão que sabia influenciar e articular com as demais figuras da corte, através de uma simpatia que o colocou sempre acima das divergências que dividiam os membros da família real; um guerreiro que desejava ardentemente participar da *Guerra Santa*; que se cobriu de glória em Ceuta, mas que enfrentou um desastre militar sem precedentes em Tanger⁹¹.

Ceuta foi a primeira possessão portuguesa em África datada de 1415, estratégica para a exploração Atlântica que começava a ser efetuada. A conquista foi recordada como:

"(...) Já passavam de sete horas e meia depois do meio dia, quando a cidade foi de todo livre dos mouros. (...) As outras Companhias [de soldados portugueses], não tinham maior cuidado doutra coisa que de apanharem o esbulho. (...) Muitos que se acercaram primeiramente naquelas lojas dos mercadores que estavam na rua direita, assim como entraram pelas portas sem nenhuma temperança nem resguardo, davam com suas facas nos sacos das especiarias, e esfarrapavam-nos todos, de forma que

⁹⁰ João Paulo de Oliveira Costa, “Henrique o Infante”, Lisboa, 2009, Esfera dos Livros, p.23.

⁹¹ Os portugueses tentaram conquistar a cidade em 1437, durante o período henriquino, apesar da oposição inicial do rei D. Duarte e da desaprovação do Infante D. Pedro, as cortes reunidas em Évora em Abril de 1436 votaram os créditos para a empresa. Rui de Pina afirma que na armada havia apenas 6 000 homens, número insuficiente para atacar a poderosa Praça do Magrebe. Em setembro o infante D. Fernando embarcou em Ceuta com destino a Tânger e o exército comandado pelo infante D. Henrique tomou, por terra, a mesma direção. Os mouros defenderam-se comandados por Salah Ben Salah, que era o capitão de Ceuta quando D. João I tomara em 1415. Os portugueses foram derrotados e deixaram ficar o infante D. Fernando como prisioneiro, uma vez que o seu resgate passava pela devolução da praça de Ceuta aos marroquinos, o que não foi aceite pelas Cortes portuguesas. Por este motivo, D. Fernando viria a falecer cativo em Fez, em 1443, às mãos dos mouros; o seu cativo é tradicionalmente visto como motivo de santidade, que está na origem do seu cognome de Infante Santo.

tudo lançavam pelo chão. E bem era para haver dor do estrago, que ali foi feito naquele dia. Que as especiarias eram muitas de grosso valor. E as ruas não menos jaziam cheias delas (...) as quais depois que foram calcadas pelos pés da multidão das gentes que por cima delas passavam, e de si com o fervor do sol que era grande, davam depois de si muy grande odor. (...)"⁹²

Analisando a biografia do Infante de autoria João Paulo de Oliveira Costa (2009), o autor procura fugir das polêmicas ideológicas que marcaram muito estudos sobre o Infante de Sagres, dando a conhecer o sóbrio percurso biográfico que apresenta em seu escopo o caráter complexo de uma personalidade entre *as suas luzes e sombras*. Em outra análise, retratar amplamente a relevância desta figura histórica, às vezes rotulado de egocêntrico, implacável, obstinado, recluso, multifacetado em seu caráter e ações, mas inegavelmente um visionário do seu tempo.

Porém, desde o princípio do século XX que a ideia de uma escola náutica fundada pelo Infante D. Henrique, onde se agrupariam os mais variados sábios, de várias partes da Europa, com objetivo de obter uma vasta informação sobre determinadas áreas científicas como a geografia, a astronomia ou a cartografia, se encontra ultrapassada. Esta ideia é, sobretudo, uma lenda que carece de provas evidentes, devida principalmente a escritores e historiadores ingleses que procuraram promover a figura e a ação do Infante de Sagres.

Segundo Luís Gama em artigo publicado pelo Instituto Camões, este apresenta Duarte Leite⁹³ como primeiro acérrimo defensor da não existência da Escola de Sagres, pois para o escritor ela é somente um mito nacional. De acordo com sua tese, os pilotos henriquinos não se distinguiram dos árabes ou dos “nautas” que navegavam no Mediterrâneo. Nem sequer é conhecida a existência de sábios ou técnicos estrangeiros que viessem para Portugal, exceto daquele que aparece referido como *Jaime de Maiorca*.

Para Fábio P. Ramos (2000), os primeiros questionamentos sobre o tema, no Brasil, datam dos anos 50, segundo Thomaz Oscar Marcondes de Souza, do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, que publicou, em 1953, um artigo na Revista de História da Universidade de São Paulo, intitulado: “Ainda a suposta Escola Naval de Sagres e a Náutica portuguesa dos

⁹² ZURARA, Gomes Eanes de. “Crônica da Tomada de Ceuta”. S/e. Sintra: Publicações Europa-América, 1992.

⁹³ LEITE, Duarte. “*História dos Descobrimentos*”. Colectânea de esparsos. Organização, notas e estudo final de Vitorino Magalhães Godinho, Lisboa, Editora Cosmos, 1958.

descobrimientos”⁹⁴, onde tentou provar, recorrendo às contradições internas da própria historiografia lusitana, que a *Escola Naval de Sagres* nunca existiu, não passando de uma criação da vaidade portuguesa. Mais recentemente, no início da década de 1990, o historiador português Luís de Albuquerque, em seu livro “*Curso de História da Náutica*”, também questionou a existência da Escola de Sagres. Afirmou, categoricamente, que: “a ideia de ter existido uma escola naval rudimentar, em Sagres, deve ser descartada”.

As análises críticas das versões historiográficas acerca da Escola de Sagres tem salientado a fragilidade das fontes capazes de sustentar sua real existência. Ramos⁹⁵ (2000) denota um exemplo dessa tendência questionadora, ao indicar que;

“O mito nasceu em meio à historiografia nacionalista do século XIX imbuída do espírito positivista. O pai da ideia foi Oliveira Martins, o qual teria se valido de um desenho, atribuído ao pirata inglês Francis Drake e datado do século XVI, no qual aparece uma fortaleza, destinada a proteger o cabo do ataque de piratas para levantar a hipótese da Escola.

O historiador Luciano Pereira da Silva, professor da Universidade de Coimbra, prestou valorosa contribuição à desconstrução do mito. Ele se debruçou sobre o panegírico que Oliveira Martins consagrou ao infante, demonstrando que as fontes citadas não podem ser consideradas dignas de crédito. Luciano Pereira da Silva⁹⁶ salientou ainda que não houve, em Portugal da época, qualquer escola, no sentido de instituição voltada à transmissão de conhecimentos de caráter teórico e sistematizado, em torno das navegações. Mas, sim, apenas um conjunto de disciplinas, introduzidas na Universidade de Lisboa, que tencionavam auxiliar na formação empírica”.⁹⁷

O Infante D. Henrique fundou de fato uma vila no Algarve. Em 1443 pediu a seu irmão, o regente D. Pedro, que lhe concedesse a região inóspita de Sagres, para aí fundar uma vila. O pedido foi concedido e a vila foi fundada no lugar de Terçanabal. O infante deixou convenientemente explicitado os objetivos da fundação desta vila, numa carta testamentária datada de 19 de Setembro de 1460. Esta seria um ponto de assistência aos *navegadores* que aí passassem perto e precisassem de mantimentos ou de aguardar por boas condições de navegação.

⁹⁴ SOUZA, Thomaz Oscar Marcondes de. “*Ainda a suposta Escola Naval de Sagres e a Náutica portuguesa dos descobrimientos*”. Revista de História da Universidade de São Paulo. São Paulo 1953. pp.181-192

⁹⁵ RAMOS, Fábio Pestana. “*Naufrágios e Obstáculos enfrentados pelas Armadas da Índia Portuguesa: 1497-1653*”. São Paulo: Humanitas, 2000.

⁹⁶ SILVA, Luciano Pereira da. “A arte de navegar dos portugueses do Infante a D. João de castro” (in *História da Colonização portuguesa no Brasil*, vol. I, 1921), Obras Completas, Vol.I, Lisboa, 1945, p. 227.

⁹⁷ RAMOS, Fábio Pestana. *Naufrágios e Obstáculos enfrentados pelas Armadas da Índia Portuguesa: 1497-1653*. São Paulo: Humanitas, 2000.

Apesar de todas as dúvidas dos especialistas, na obra *“Mito e Memória do Infante”*, da Pesquisadora Maria Isabel João, a ideia mais aceita e divulgada sobre o Mito Henriquino, continua apontar *Sagres* e o seu imponente promontório como um local privilegiado para o controle da navegação entre o Mediterrâneo e o Atlântico, cuja importância tinha sido claramente pelo Infante D. Henrique. Por isso, ali quis edificar a sua Vila para apoiar os navios que cruzavam a região.

“Os matos e maninhos foram sendo desbravados e aproveitados com vinha e pão; na vila de sagres, havia fornos e fornhalhas de telha e tijolo; no campo, criava-se gado bovino e ovino, a que se juntavam as pescarias para assegurar a subsistência”⁹⁸.

Porém, comenta a autora, a vila ou as vilas não se desenvolveram tanto quanto estaria nos planos henriquinos e não se sabe ao certo a extensão e o tipo de edificações que foram construídas. Pelo menos, quando Zurrara escreveu sua crônica, por volta de 1453, havia ali somente muros, que eram de boa fortaleza, com algumas poucas casas.

Ao analisar as motivações e obstinação do Infante de Sagres a de se considerar as motivações no sentido que;

“as viagens de descobrimento deviam aperfeiçoar as ciências náuticas, a fim de que fossem abertos os caminhos para novas fontes de matérias primas e novos mercados que pudessem dar lucros para empresa expansionista lusitana”.⁹⁹

A consolidação da navegação astronômica está suficientemente documentada nas viagens marítimas portuguesas do século XV, de uma forma que deixa claro o caráter empírico de um processo que consistiu essencialmente na capacidade dos mareantes em encontrar soluções técnicas para problemas cotidianos à medida que apareciam.

Durante o século XX desconstruiu-se a tese da escola científica em Sagres, mas neste sentido é importante perceber, tal como afirma Teixeira da Mota¹⁰⁰, que a lenda teve a sua grande expansão durante os séculos XVIII e XIX, ou seja, numa época em que as academias científicas proliferavam por todo o mundo. Talvez por isso, os historiadores de então transportassem a sua realidade para o século XV e o julgassem à luz dela. Para estes homens

⁹⁸ GODINHO, Vitorino Magalhães. “A Vila do Infante”, In Ensaio II, 2º Ed., Lisboa, Sá da Costa, 1978 p. 141.

⁹⁹ DREYER, EIMBCKE, Oswald. “O descobridor da terra”. História e Histórias da Aventura Cartográfica. São Paulo: melhoramentos? EDUSP, 1972. Pág. 84.

¹⁰⁰ MOTA, A. Teixeira da. “A Escola de Sagres”, Separata dos Anais do Clube Militar Naval, Lisboa, 1960, pp. 65-66.

os acontecimentos do tempo do infante eram, sem dúvida, fruto de uma revolução das técnicas de navegação, logo, as descobertas teriam sido levadas a cabo por instituições científicas, que trabalhavam diretamente sobre os problemas apresentados pelos marinheiros.

3 CAPÍTULO 2 : PORTUGAL NO SÉCULO XV

*“Que se fez daquele que Ceuta tomou
 Por foca aos mouros com tanta vitória,
 O intitulado da Boa memória,
 Que a si e aos seus tão bem governou?”*
Garcia Resende – cancioneiro Geral – 1516.

3.1. A ASCENSÃO DE AVIS

Por volta de 1367, D. Fernando I subiu ao trono e encontrou o reino numa situação financeira relativamente estabilizada. Contudo, envolveu-se em três malogradas campanhas militares contra Castela e deixou-se influenciar pela rainha D. Leonor Teles e seus partidários, lançando Portugal numa situação economicamente delicada e numa grave crise política. No final do reinado de D. Fernando, o tesouro régio estava depauperado, os preços subiam em face da desvalorização continuada da moeda e o nível de vida das populações baixara significativamente.

Após o terceiro conflito contra os Castelhanos, em 1382, a rainha D. Leonor Teles aconselhada pelo Conde João Fernandes Andeiro¹⁰¹ e muitos membros da nobreza passaram a defender uma união com Castela, como a melhor forma de acautelar os seus interesses e de terminar com um secular conflito entre os dois reinos, colocando-os sob a mesma família real.

¹⁰¹ João Fernandes de Andeiro, foi o segundo Conde de Ourém, era um fidalgo galego natural da Corunha . Apoiou o Rei D. Fernando quando este invadiu a Galiza, desejoso de alcançar o trono de Castela, e sendo a sorte adversa ao monarca português, parte para Inglaterra, onde se torna um homem de confiança de Duque de Lencastre. Em Julho de 1372, tendo voltado de Inglaterra na companhia de outro embaixador do Duque, o escudeiro Roger Hoor, encontra-se com D. Fernando perto de Braga . Deste encontro resultou o *Tratado de Tagilde* (*“Naquele pacto, Portugal comprometia-se a ajudar João de Gante, Duque de Lencastre, por mar e por terra, contra Henrique II de Castela e/ou o Rei de Aragão. O rei português não poderia adquirir quaisquer terras nos senhorios de Castela. Já no reino de Aragão as terras seriam daquele, D. Fernando ou João de Gante, que primeiro as conquistasse”*. Lopes ,Fernão. *“Crónica de el-rei D. Fernando”*, cap. L XVII). No decurso das suas subsequentes viagens a Portugal, que passam a ser feitas em segredo a partir de 1373, apaixona-se por D. Leonor Teles, e teve com ela um romance quando o rei português já se encontrava muito doente e se começava a colocar o grave problema da sucessão (Crise de 1383-1385), em que a rainha viria a apoiar o lado castelhano e a sua filha, D. Beatriz. Os seus amores com a rainha e a sua ligação ao Partido Castelhana explicam o seu assassinato no dia 6 de Dezembro de 1383 pelo Mestre de Avis, que chefiava uma das facções na sucessão ao trono. Embora o Mestre de Avis tenha ferido de morte João Fernandes de Andeiro, este só acabou por morrer após a estocada de Rui Pereira. Instituto Camões, 1999.

Por este caminho diplomático encontrado, promoveram a assinatura do Tratado de *Salvaterra de Magos*¹⁰², em 6 de Abril de 1383, no qual se previa o casamento de D. Beatriz, a única filha de D. Fernando e de D. Leonor Teles, com D. Juan I rei Castela, que enviuvara no início desse ano. Segundo este Tratado, D. Leonor Teles, após a morte de D. Fernando, seria a regente da Coroa Portuguesa até que D. Beatriz tivesse um filho varão e este atingisse os 14 anos. A Coroa Portuguesa passaria então a pertencer aos descendentes do Rei de Castela, D. Juan I, passando a capital do Reino para Toledo.

"Que os reinos de Portugal, em quanto ser pudesse, nunca fossem juntos aos Reinos de Castela, mas sempre reinos por si, como os possuíram seus antigos avós, o que era grande dúvida se el Rei Dom João e a Infante Dona Beatriz houvessem o Regimento deles, mormente que para tal governança cumpria de haver pessoas que soubessem as condições dos povos"¹⁰³.

Esta situação significava que o Reino de Castela iria inevitavelmente dominar Portugal. O casamento real teve lugar em Maio de 1383, nas povoações de Elvas (14 de Maio) e de Badajoz (17 de Maio). Com o falecimento de D. Fernando, em 22 de Outubro de 1383, a situação que se cria no reino em decorrência do Tratado de Salvaterra de Magos, provoca mal-estar em parte da nobreza lusitana.

Na corte portuguesa um controverso personagem se destacava o Conde João Fernandes Andeiro, um influente membro da nobreza que apoiava as *guerras fernandinas* e mais tarde contribuíra para a elaboração do Tratado de Salvaterra. Muitos afirmavam também que era amante da rainha, D. Leonor Teles. Mantiveram o romance quando o rei português já se encontrava muito doente e se começava a colocar o grave problema da sucessão (Crise de 1383-1385), em que a Rainha viria a apoiar o lado Castelhana e a sua filha, D. Beatriz.

D. Leonor torna-se Regente do Reino, depois da morte de D. Fernando I, tal enlace amoroso perdeu todo o decoro e o seu procedimento tornou-se ao máximo escandaloso. Os seus amores com a rainha e a sua ligação ao Partido Castelhana explicam o seu assassinato em 1383 pelo Mestre de Avis, que chefiava uma das facções na sucessão ao trono, um grupo minoritário que

¹⁰² O Tratado de Salvaterra de Magos foi um acordo celebrado a 2 de Abril de 1383 entre as coroas de Portugal e de Castela para tentar consolidar a paz entre os dois reinos após as três guerras fernandinas.

¹⁰³ LOPES Fernão, "*Crônica de D. Fernando*", capítulo CLVIII.

defendia as pretensões ao trono de D. João, Mestre da Ordem militar de Avis e filho bastardo de D. Pedro I.

D. João Mestre de Avis assassina o Conde João Andeiro nos Paços da Rainha, em dezembro de 1383. Os eventos que se seguiram ao fato, rapidamente se alargaram o número de simpatizantes à causa do Mestre de Avis, sobretudo nas maiores cidades do reino, como Lisboa. Desta forma, ao ter conhecimento desta notícia, o povo de Lisboa amotina-se e proclama D. João, Mestre de Avis, como "Regedor e Defensor do reino".



Figura 2: Morte do Conde Andeiro .

Fonte: Museu Nacional Soares dos Reis.

Nas Cortes de Coimbra de 1385, o jurista João das Regras¹⁰⁴, que apoiava o Mestre de Avis como candidato ao trono de Portugal, defendeu que o desrespeito pelas cláusulas do

¹⁰⁴ João das Regras estudou Leis e Direito em Bolonha e foi nomeado reitor da Universidade de Lisboa e chanceler-morvitalício. Apoiador de D. João, Mestre de Avis na crise de 1383-1385, foi uma figura crucial para a eleição deste como rei de Portugal, nas Cortes de Coimbra de 1385. Contribuiu para a continuidade da independência nacional ao lutar na Batalha de Aljubarrota. Dicionário de História de Portugal.

Tratado de Salvaterra de Magos excluía o casal D. Beatriz e João I de Castela do trono de Portugal¹⁰⁵.

Como elementos essenciais da denominada *Crise Dinástica Portuguesa* (1383 a 1385), pode ressaltar o descontentamento popular, resultante tanto da degradação das condições de vida da população, como da evolução política que o reino tomava, onde se vislumbrava a possível perda da sua independência em relação a Castela. Esta insatisfação manifestou-se logo após a morte de D. Fernando, em Outubro de 1383, quando a regente D. Leonor manda difundir por várias cidades de Portugal o pregão: “*Arraial, arraial, pela rainha D. Beatriz nossa senhora*”. Em várias povoações do Reino, como Lisboa, Santarém e Elvas, a população protesta e reage mal ao pregão. Esta reação não resulta apenas pelo fato da rainha D. Leonor ser impopular, mas seguramente da perspectiva de domínio castelhano, que D. Beatriz inevitavelmente representava.

O Infante D. Henrique nascera em quatro de março de 1394, era o 4º filho varão de D. João I e de D. Filipa de Lencastre. O reino se encontrava em grave crise política e dinástica, seu pai D. João I seria o principal protagonista. D. João foi aclamado o primeiro soberano da segunda dinastia portuguesa nas Cortes Gerais de 1385. A crise de sucessão dinástica poderia causar, diante de um insucesso, na perda da autonomia de Portugal, sendo desta forma, incorporado como parte do reino de Castela.

D. João liderou a facção composta pelos mesteirais¹⁰⁶ e pequena nobreza contra os partidários de Castela. Quando começou a crise dinástica de 1383-1385 entre Portugal e Castela, João de Gante apoiou a facção de João, Mestre de Avis, do ponto de vista político e militar. É da sua iniciativa o tratado de Windsor, o qual confere a Inglaterra e Portugal o estatuto de aliados desde 1386. Para firmar este tratado, a sua filha mais velha, Filipa, casou com D. João I de Portugal.

¹⁰⁵ LOPES. Fernão, “*Crônica de D. João I*”, 1ª parte, capítulo CLXXXV.

¹⁰⁶ Mesteres, em pleno sentido da palavra designa o aprendizado de um artesão, de um ofício ou arte. Num sentido mais abrangente, identifica uma função ou atividade. Dentro do ponto de vista histórico, enquadrado na História Portuguesa, este termo aplica-se aos dois sentidos, conforme a época em que é usado. In: SERRÃO, Joel, “*Dicionário de História de Portugal*”, Vol. IV, pp.282-3.

D. João I era filho ilegítimo de D. Pedro, tornado Mestre de Avis desde a tenra idade, seria escolhido como “regedor e defensor do reino” em Dezembro de 1383 e eleito rei nas cortes de Coimbra, em Abril de 1385.

“Em Agosto desse ano, a mancha da sua ilegitimidade lava-se em Aljubarrota. Os Portugueses vencem os castelhanos com a ajuda do Altíssimo, segundo rezam as crônicas, sendo D. João o monarca escolhido por Deus para receber a vitória. Vitória do desígnio divino, propagandeada em memória genesíaca do rei guerreiro e valente e eternizada em pétreo monumento, no Mosteiro de santa Maria da Vitória. E depois desta batalha real, será ainda a guerra a sustentar e viabilizara dinastia avisina. Até cerca de 1411, prolonga-se a guerra com Castela (ainda que a paz definitiva só seja assinada em 1432) e a guerra interna pela submissão de todo o território à autoridade do poder real. Depois, projecta-se a guerra para outros espaços e sobre diferentes povos”.¹⁰⁷

No arcabouço da assim denominada Crise Dinástica, surge em Portugal um governo forte e centralizado, possibilitando a missão cosmopolita do reino. Indubitavelmente, foi o primeiro passo para lançar a expansão colonial portuguesa, já que facilitou a concentração de investimentos para a navegação¹⁰⁸. A ascensão da nova nobreza portuguesa secundogênita, desejosa de senhorios, terras e renda, exerce pressão sobre o poder central a favor da expansão, bem como os mercadores, cada vez mais interessados em estabelecer novas rotas de comércio e exploração. Assim, são lançadas as políticas *expansionistas joaninas* em busca de rotas comerciais, exploração de ouro e terras.

Na conquista de Ceuta em 1415, o Infante D. Henrique, já armado cavaleiro, dava início à empresa de tomar o lugar dos muçulmanos no Norte de África, em território marroquino, ficando “desde 1416 encarregue da defesa e provimentos de Ceuta, o que implicava o controle da atividade corsária portuguesa na área do Estreito”¹⁰⁹.

É de conhecimento que D. Henrique assim como D. Pedro tinham ao seu serviço navios corsários, quando D. Duarte ascendeu ao trono (1433), os isentou do pagamento do quinto das

¹⁰⁷ COELHO, Maria Helena da Cruz, *O Final da Idade Média*. in: História de Portugal, José Matoso...[ET ali]; José Tengarrinha (org); revisão técnica Maria Helena Ribeiro da Cunha. 2. Ed., ver. E ampl. Bauru, SP: EDUSC; são Paulo, SP: UNESP; Portugal, 2001. p. 43.

¹⁰⁸ GODINHO, Vitorino Magalhães (2004). “*Da Revolução de 1383-1385 às bases de Portugal de Além-Mar*”. In: “*Portugal: A Emergência de uma Nação* (Das raízes a 1480)”. Lisboa: Colibri, 2004, pp.44-63

¹⁰⁹ Idem.

presas devido à Coroa “numa adaptação do princípio do direito muçulmano que reserva ao califa o quinto de todo o saque.”

“De 1415 a 1422 D. Henrique interessa-se já pelo mar”... “a armada tem por base Ceuta e atua (provavelmente com galés) na zona nevrálgica do Estreito, fazendo guerra do corso à navegação muçulmana e provavelmente periódicos ataques às costas de Granada e da Barbaria.”¹¹⁰

Sobre a conquista portuguesa em Ceuta, Joel Serrão (1995: 15) reforça a importância deste feito, como marco da expansão marítima do reino, em sua visão nenhum outro país da Europa possuía condições políticas e geográficas para tal empreendimento, o expansionismo marítimo. Para ele:

“a partir de Ceuta abrem-se mais duas vertentes da Expansão portuguesa, a primeira com a exploração da Costa Ocidental da África e a segunda com o descobrimento e a colonização dos arquipélagos do atlântico”.¹¹¹

Ainda para o mesmo autor, o feito de 1415 no norte da África, foi um marco da expansão marítima que desencadeou um processo histórico beneficiando Portugal a se estabelecer fora do continente. Em suma Ceuta, representa para Portugal o espírito de cruzada, para o resto da Europa a ampliação das fronteiras marítimas para o Atlântico, para a cristandade a manutenção de sua supremacia frente à ameaça do Islã.

D. João I, pela contingência da guerra, impôs a sua realeza pelas armas, viabilizou grande mobilização de pessoas para tais campanhas militares. O sacrifício do povo e os gastos do erário público significaram a imposição de desvalorização da moeda, tributos permanentes e a criação de impostos extraordinários. Em Portugal não havia mais a quem extrair mais recursos, bens ou direitos a fim de compensar a lealdade e serviços dos senhores e cidades. Num reino sacrificado e asfixiado economicamente, e espacialmente encurralado no extremo ocidental da península, a saída da terra para o mar foi a opção. A partir desta realidade, os barcos partiram iniciando as conquistas no *Ultramar*.

¹¹⁰ THOMAZ, Luís Filipe, “A evolução da política expansionista portuguesa na primeira metade de Quatrocentos” in *De Ceuta a Timor*, Carnaxide, Difel, 1994, pp. 143-147.

¹¹¹ SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *Lusitanidade e Hispanidade: Realidades provinciais na formação do Estado Moderno*. *Mare Liberium*, nº 10, Lisboa. 1995. p.15.

ÁRVORE GENEALÓGICA — REIS DE PORTUGAL

Segunda Dinastia (de Avis ou Joanina)

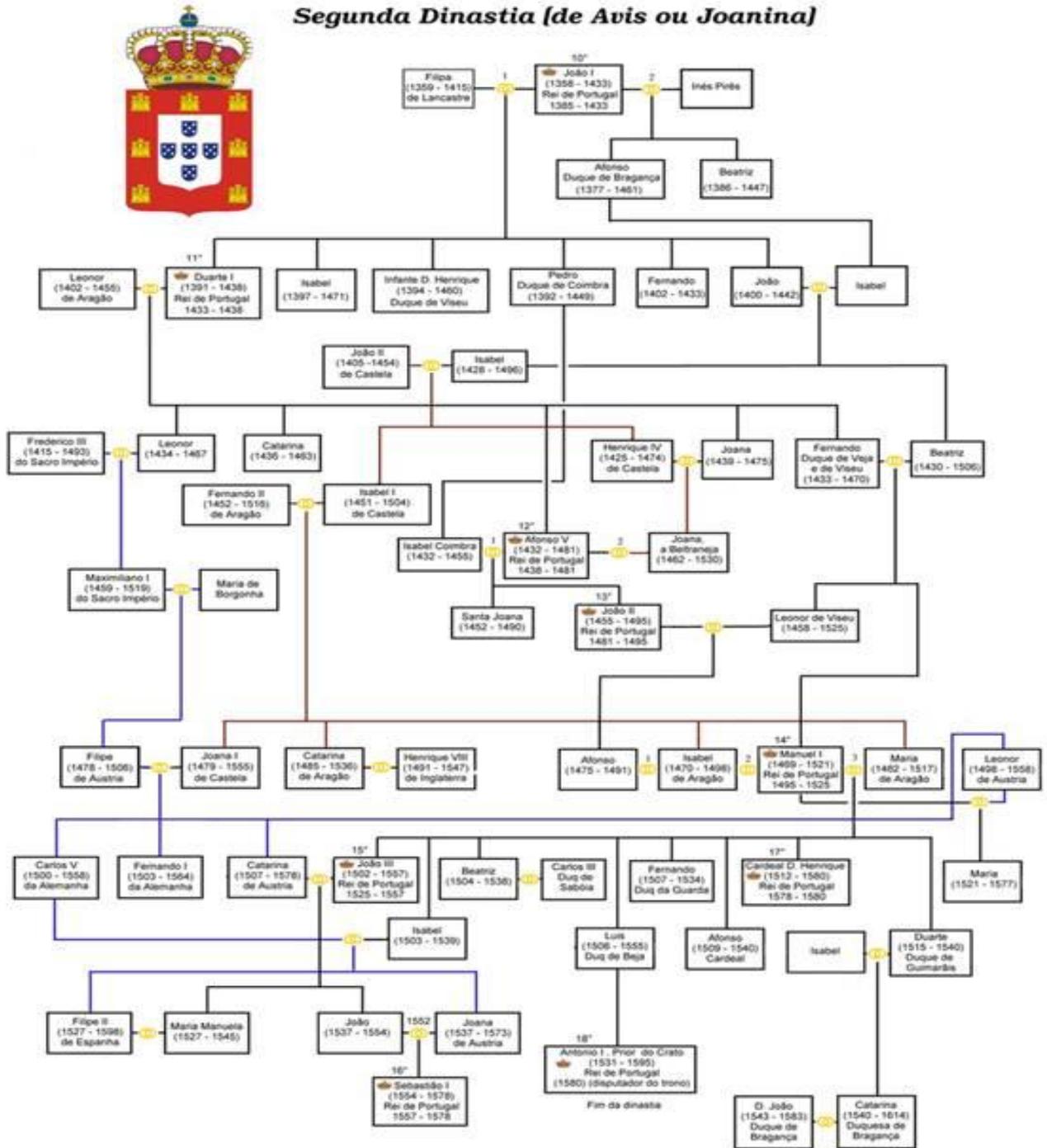


Figura 3: Dinastias de Portugal - Genealogia

Fonte: https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/e/e4/Genealogy_dynasty_kings_of_Portugal-2.png/830px-Genealogy_dynasty_kings_of_Portugal-2.png

3. 2. A EXPANSÃO TERRITORIAL E A CONQUISTA DE CEUTA EM 1415

O fato central de consolidação da nova dinastia portuguesa foi a vitória de D. João I de Avis na Batalha Aljubarrota (1385) contra os castelhanos. A partir de então, o reino português iniciava o alargamento seu espaço vital no Atlântico. Embora o tratado de paz final com Castela só tenha sido assinado em 1411, em Ayllón (Segóvia), o desenlace de Aljubarrota foi a concretização na garantia da independência do reino em relação à Castela, tornando possível o desenvolvimento de perspectivas econômicas, políticas e territoriais inovadoras, alterando a vida coletiva de Portugal.

As informações sobre os preparativos da Campanha de Ceuta estavam grosso modo nas narrativas de Zurara em sua “*Crónica da Tomada de Ceuta*”, terminada por ele por volta de 1449-1450, ou seja, trinta e cinco anos depois dos eventos na praça marroquina. Outras fontes utilizadas para compreender esta campanha militar, estudados mais recentemente foram buscadas na documentação dos preparativos militares e navais da expedição. O historiador britânico Peter Russell, analisa como um reino empobrecido após tantas guerras contra Castela, que conseguiu mobilizar o país e driblar a penúria financeira, organizando uma expedição gigantesca e exitosa em Ceuta.

“Dada a desastrosa situação das finanças em Portugal nesta época, temos de nos interrogar, desde logo, de que modo um reino tão empobrecido por guerras passadas podia suportar a pesada despesa envolvida na organização de uma expedição militar desta envergadura. A resposta é simples. Em termos estritamente contabilísticos a coroa portuguesa não podia, como óbvio, suportar tal empresa, mas a história mostra que mesmo uma desesperada penúria financeira raramente se revelou um sério obstáculo a um governante medieval determinado em fazer guerra, como então estava D. João I”.¹¹²

Outras importantes fontes documentais sobre a campanha consistem nos relatórios enviados por Portugal ao rei de Aragão *Fernando I*, entre Abril e Julho de 1415, segundo Russell (2004, p.42) por um agente infiltrado por Fernando, de nome Ruy Diaz de Veja. Em seus relatos a força expedicionária a ser montada consistia em 5400 homens de armas, 1900 besteiros montados, 3000 desmontados, cerca de 9000 peões, perfazendo o número de 19000 homens em armas.

¹¹² RUSSELL, Peter, “*Henrique, O Navegador*”, Lisboa Horizonte, 2004.p.42.



Figura 4 : Gravura de Ceuta no séc. XVI da obra *Civitates Orbis Terrarum* de Braun e Hogenberg, 1572.

Fonte: <http://maishistoria.com.br/a-conquista-de-ceuta/>

D. Henrique , em 1413, já estava a frente dos preparativos para a incursão contra o Islã em terras marroquinas. O infante mantinha contato com experientes comandantes militares de seu pai. Por volta do mesmo ano, D. João I dava ciência a vários cavaleiros europeus que uma cruzada estava a ser organizada contra os mouros, chefiada pela coroa lusitana e ao anunciar a empresa, exortava a participação da nobreza a pegar em armas novamente contra os inimigos da fé cristã.

Entretanto, a campanha no que se refere ao destino mantinha-se em rigoroso sigilo. O rei esperava de imediato o auxílio dos seus parentes ingleses, assim como cavaleiros provenientes da França, Bretanha e Flandres.

“O silêncio português a este respeito preocupava vários governantes europeus durante os preparativos. Para eles o problema era que Portugal, concluída que havia sido uma paz duradoura com Castela, não tinha em parte alguma inimigos identificáveis que justificassem um esforço militar tão grandioso como o que estava a ser preparado. O rei português, consciente de que o sucesso do seu planeado ataque a Ceuta podia depender de apanhar o inimigo desprevinido, entregou-se, durante meses, à perigosa mas eficaz manobra de espalhar a desinformação acerca

das suas intenções , mantendo os governantes cristãos da Holanda, à Itália na dúvida de serem ameaçados pelos portugueses. O facto de, entre 1413 e 1415, o rei se ter sentido capaz de envolver nestes estratégicos jogos contra os seus mais poderosos vizinhos, além de vários outros soberanos europeus, evidencia o espírito de confiança nacional que haveria de dominar na corte portuguesa no tempo em que se iniciou a expansão marítima. Se o infante D. Henrique, acabado de sair da adolescência, era realmente, como parece ter convencido Zurara, a figura-chave da criação deste espírito cruzadístico entre a elite dirigente em Portugal, não o podemos saber ao certo, mas acontecimentos posteriores na sua vida tornam-no bastante provável. Certamente que o rei deve ter dado ouvidos, quando se tratou de persuadir D. João I a ignorar os avisos dos opositores ao projecto de Ceuta”.¹¹³

A partir dos acordos de paz em definitivo com Castela, o Infante passou a articular a conquista de Ceuta. Localizada sobre sete colinas, diante do porto de Algeceiras, Ceuta era um importante ponto de apoio dos corsários mouros, no ataque à Península Ibérica, de auxílio ao reino de Granada, podendo desta forma se tornar num trampolim na reconquista do perdido território algarvio. Além do mais, era o infiel que contribuía para o aumento no custo das especiarias, ao bloquear o estreito de Gibraltar, obrigando os cristãos ao pagamento de pesados tributos e também a já citada prática de corso no Mediterrâneo.

Como já narrado anteriormente neste estudo, a expedição inicia-se no dia 25 de Julho de 1415 com a saída da armada da barra do Tejo. No dia 27, em Lagos, é finalmente anunciado o seu destino. A viagem entre Lagos e Ceuta é atribulada, já que uma forte tempestade obriga a armada a permanecer vários dias no mar alto. Ao dirigirem-se a Ceuta, os navios de carga são arrastados pelos ventos e correntes na direção de Málaga, ficando os restantes à sua espera entre Tarifa e Calpe, mas acabam por se posicionar diante da cidade.

Durante a campanha D. Henrique e seus irmãos D. Duarte e D. Pedro foram sagrados cavaleiros por seu pai o rei D. João I, em 23 de Agosto de 1415, numa mesquita purificada. Na pena de Zurara, o Infante D. Henrique se torna protagonista da conquista, ofuscando seus irmãos pares na campanha e inclusive D. João I seu pai e soberano. O sucesso da expedição reforçou a imagem de Portugal perante a cristandade ocidental e sua capacidade de influencia em relação à *Santa Sé*.

“ O prestígio diplomático é sempre um trunfo apetecido e a Coroa portuguesa nunca enjeitou, particularmente no que toca à expansão ultramarina. E esta apresentou-se

¹¹³ RUSSELL, Peter, “*Henrique, O Navegador*”, Lisboa Horizonte, 2004.p.43.

sempre aos europeus como um processo de alargamento da cristandade – desde o seu primeiro episódio, em 1415”.¹¹⁴

Zurara em sua “*Crónica dos Feitos da Guiné*” descreve no capítulo IX, que o Infante D. Henrique pediu aos seus navegadores para prolongarem as suas viagens cada vez mais para sul, e buscasse a terra que estava para além do Cabo Bojador, o que efetivamente veio a ser concretizado, nesse ano de 1434.

“Finalmente, depois de doze anos, fez o Infante armar uma barca, da qual deu a capitania a um Gil Eanes, seu escudeiro (que ao depois, fez cavaleiro e agasalhou muito bem), o qual, [...] não chegou mais que às ilhas de Canária [...] Mas logo no ano seguinte o Infante fez armar outra vez a dita barca. E chamando Gil Eanes a de parte, o encarregou muito que, todavia, se trabalhasse de passar aquele cabo”.¹¹⁵

A obra é um panegírico ao infante D. Henrique ilustrando a grandiosidade das conquistas portuguesas do ultramar. Narrativas das descobertas de terras e das populações locais da África subsaariana. É importante ressaltar que as versões modernas da mesma crônica, se baseiam do manuscrito encontrado em Paris, na Biblioteca Real em 1841. No mesmo ano é publicada uma versão crítica pelo Visconde de Santarém.

Ceuta abriu as portas da Costa Africana para o reino português. As conquistas se seguiram após 1415, a conquista do Arquipélago da Madeira, ilha atlântica desértica inicialmente denominada de Porto Santo, descoberta por João Gonçalves Zarco e Tristão Vaz em 1419. Foi uma importante base de ação para o domínio da costa da África no sentido Atlântico em direção ao Índico. A chegada e ultrapassagem do Bojador em 1434 com Gil Eanes. Em 1446, Os portugueses alcançam e conquistaram a costa da Guiné, atual Guiné-Bissau.

“ Se a madeira era a sentinela vigilante das águas africanas que no remate de quase um século de esforços levariam o nome português à Índia e ao Brasil, as ilhas açorianas eram a flecha de penetração apontada para o oeste, primeiro passo no caminho da América setentrional”.¹¹⁶

Em 1460, homens a mando do Infante, Diogo Gomes e Antônio de Nola chegam ao arquipélago de Cabo Verde, no retorno da Guiné. O povoamento das ilhas se inicia dois anos

¹¹⁴ COSTA, João Paulo de Oliveira. “*Henrique, O Infante*”. Esfera dos Livros, Lisboa, 2009. p.93.

¹¹⁵ ZURARA, Gomes Eanes, *Crónica dos feitos notáveis que se passaram na conquista de Guiné por mandado do infante D. Henrique*, 2 vols, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1981. Capítulo IX.

¹¹⁶ PERES, Damião. “*História dos Descobrimentos Portugueses*”. p.46.

mais tarde, os primeiros colonos ocupam uma das ilhas do arquipélago, a Ilha de Santiago. Cabo Verde se tornaria posteriormente num centro de armazenamento de escravos para abastecer a demanda de mão de obra escrava no continente americano.



Figura 5 : A Fortaleza real de São Felipe, na “Cidade Velha”, ilha de Santiago, é a mais antiga de fortaleza de Cabo Verde.

Fonte: Direção Geral do Patrimônio cultural. Portugal. www.patrimoniocultural.pt. Acesso 26/08/2016.

No ano de 1479 foi fundada uma feitoria em Cacheu, Portugal estabeleceu um grande número de enclaves e feitorias na costa africana para tentar manter o controle de uma extensa rota marítima. A presença portuguesa em África também foi motivada pela captura de escravos e pela procura de metais preciosos.

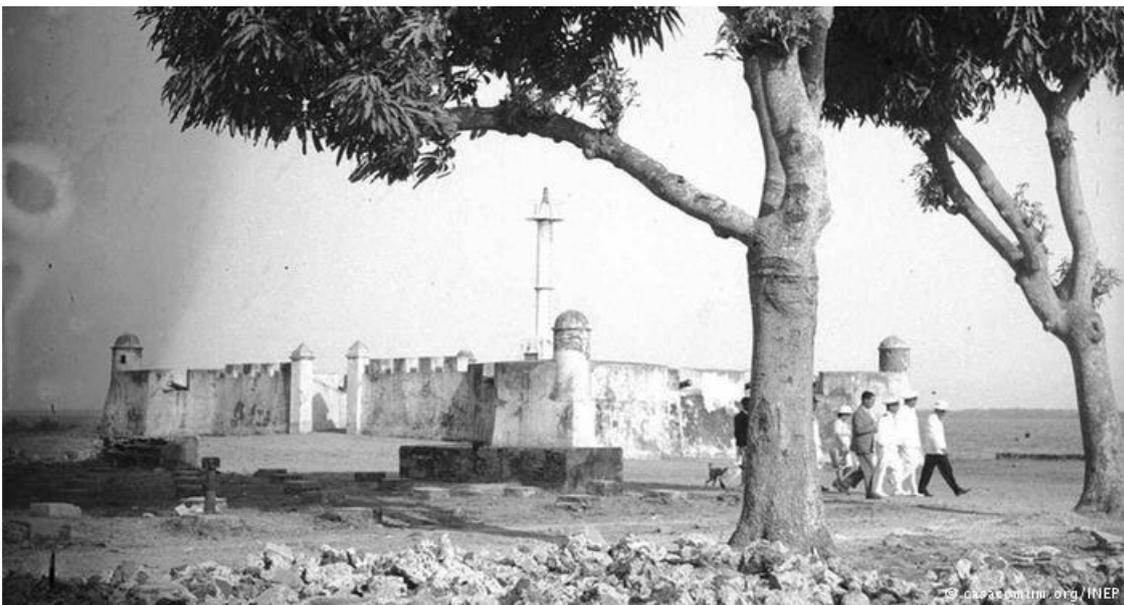


Figura 6: Cacheu foi a primeira feitoria portuguesa na Guiné. Caminho dos escravos.

Fonte: http://cacheu.adbissau.org/?page_id=231

Através da consolidação da Monarquia após a crise de 1383-1385, o expansionismo marítimo português possibilitava a garantia da independência nacional de sua soberania em relação ao reino de Castela. O mar, sobretudo o outrora temido “*Mar Oceânico*”, ou seja, o Atlântico, vai se tornar uma nova fronteira a ser desvendada. A conquista de Ceuta em 1415 abriu os caminhos para exploração e o desejo de ganhos por parte de vários setores da sociedade portuguesa (realeza, nobreza, comerciantes, carpinteiros, setores urbanos, soldados e mareantes), desta feita o “*seguro de vida*” da independência das famílias, da casa senhorial, ordens militares, enfim toda a comunidade nacional .

“... durante a totalidade do século XV Portugal foi um reino unido, virtualmente livre de lutas civis, enquanto que a França estava absorvida pelas etapas finais da guerra dos cem anos ... e pela sua rivalidade com Borgonha, a Inglaterra por sua luta com a França e pela guerras das rosas, e a Espanha e a Itália por convulsões dinásticas e outra de carácter externo”¹¹⁷ .

Nos tempos do Infante D. Henrique, que se torna protagonista da expansão, reforçada pelas crônicas favoráveis a sua atuação e instrumento do poder régio da Dinastia Avisina, a condição marítimo – mercantil se torna a aposta estratégica desta dinastia, assim como o maciço apoio da igreja (luta contra o Islã), nobreza e populações do litoral urbano do reino.

A primeira etapa das conquistas portuguesas seria concluída em 1433, ano de morte de D. João I. A empresa marítima capitaneada por D. Henrique já estava concluída pelo tripé: Ceuta, Madeira e Açores, fundamentais como ponto de escala na conquista atlântica. Esta era a etapa inicial para que no reinado do sucessor D. Duarte, os lusitanos marcariam definitivamente os *Descobrimientos* ao longo da costa ocidental da África.

¹¹⁷ BOXER, C.R., *O Império marítimo português (1415-1825)*, Edições 70, LDA, Lisboa, 2014.p.6.

4 CAPÍTULO : O INFANTE D. HENRIQUE



Figura 7: Monumento ao Infante D. Henrique que se encontra situado na Cidade de Lagos. Foi Inaugurada em 1960, sendo da autoria do escultor Leopoldo Almeida.

O processo de construção da imagem do Infante como um sábio, arquiteto das navegações e exímio navegador foi avolumada pela historiografia tradicional. Na verdade D. Henrique participou de umas poucas deslocações para o norte da África, em especial nas campanhas militares de Ceuta e Tanger. A rigor sua participação efetiva nas navegações foi destacada na organização, articulação política e planejamento da empresa marítima. E no rastro do mito dos feitos marítimos, foi atribuído também a ele a qualidade de ensinar diretamente os pilotos portugueses.

Nas palavras de Albano Figueiredo, a obra de Zurara “*Crónica do descobrimento e conquista de Guiné*”, feita a pedido do rei D. Afonso V, o tom biográfico e laudatório da crônica contemplavam a figura do Infante D. Henrique como elemento central da conquista de Ceuta em 1415 e o iniciador das conquistas do ultramar. Esta obra de Zurara teve como referencia o material deixado por outro cronista, Afonso Ceveira¹¹⁸, com forte influência “*das coisas de cavalaria*”, assim sendo a referida crônica avolumou as ações do Infante, dando curso a construção da mítica ao seu redor. Para José de Bragança, a “*Crónica de Guiné*”, é de fato uma crônica de conquistas e feitos de armas, com inegáveis traços de medievalidade¹¹⁹.

O Pesquisador André Bertolli¹²⁰ associa os interesses pessoais do *cronista* a uma hiper valorização do Infante, Zurara fora Cavaleiro e Comendador da Ordem de Cristo por intermédio de D. Henrique. Além do mais os relatos cronísticos foram elaborados em um período conturbado da história portuguesa, pós Alfarrobeira onde D. Pedro, tio e Regente do reino, veio cair em desgraça em relação ao sobrinho e novo rei D. Afonso V.

O imaginário do Infante construído a partir de Zurara, notadamente em “*Crônica da Tomada de Ceuta*”, eclipsou inclusive seu pai D. João I, moldando um D. Henrique quase divinal, que segundo Luís de Albuquerque¹²¹, passado séculos e gerações, as construções e representações

¹¹⁸ Era escrivão do infante, ligado a sua casa, assim como Zurara, tinha a incumbência de relatar os feitos do infante e homens se sua própria casa.

¹¹⁹ FIGUEIREDO, Albano. “Viagem, cavalaria e conquista na Crônica de Guiné de Gomes Eanes de Zurara”. Universidade de Coimbra. p. 26.

¹²⁰ BERTOLI, André Luiz. “Uma Leitura Possível da Crônica da Tomada de Ceuta, levando em conta a Representação do Infante D. Henrique nessa obra de Zurara”. Sociedade em Estudos, Curitiba, v.2, n.2, 2007.p.101.

¹²¹ SERRÃO, Joel (dir.) “*Dicionário de História de Portugal*”. S/c. Porto: livraria Figueirinhas, 1984, p. 195-198.

a cerca do Infante tornaram-se problemáticas. Pelos relatos D. Henrique foi idealizado como “O Navegador”, cavaleiro de inúmeros predicados, herói português articulador e executor dos empreendimentos marítimos e dos descobrimentos.

Na biografia do Infante de 2004, escrita pelo inglês Peter Russell, analisa o mundo e o mito de D. Henrique de Avis (1394-1460) no contexto histórico do reino português, suas descobertas, conquistas e glórias militares. O autor retrata os contornos hiperbólicos de personalidade apresentadas pelos cronistas, sobretudo Gomes Eanes de Zurara. Cronista e chanceler de D. Afonso V, ele o descreveu como um cruzado dedicado Zurara fora comendador da Ordem de Cristo por graça do Infante, não obstante, em suas narrativas em a *Crônica da Tomada de Ceuta* e a *Crônica da Guiné*, D. Henrique figura como importante príncipe cristão.

Para Veiga Simões, a base original na construção da personalidade e do mito atribuído a D. Henrique encontra-se nos romances medievais de cavalaria:

“O retrato primeiro deixado por Zurara é dum cavaleiro galo-bretão, traçado como o exigia a cultura da nobreza da época e a sua interpretação da vida: duro nas coisas da guerra e temeroso ao primeiro encontro, brando e enternecido nas de coração e ao depois na intimidade, acolhedor de senhores, inimigo da avareza, e permanentemente casto segundo comandava a Demanda do Santo Graal para vencer como venceram Galaaz e Percival”.¹²²

Em sua obra *“História de Portugal”*, Oliveira Martins (1845-1894) se permite entronizar o infante no altar-mor da pátria. “No limitado número dos nossos nomes célebres, o de D. Henrique está ao lado do primeiro Afonso e de D. João II. Um fundou o reino, outro fundou o império efêmero do Oriente; entre ambos D. Henrique foi o herói pertinaz e duro, a cuja força Portugal deveu a honra de preceder as nações da Europa na obra do reconhecimento e vassalagem de todo o globo”¹²³. Para Oliveira Martins e outras vozes da sua época, a Europa era a suserana natural dos outros continentes.

¹²² SIMÕES, Veiga, “O infante D. Henrique. O seu tempo e a sua acção”. In: *História da Expansão Portuguesa no Mundo*, dir. de Antonio Baião, Hernani Cidade e Manuel Múrias, vol. I, Lisboa, editorial Ática, 1937, p.371.

¹²³ Oliveira Martins, *“História de Portugal”*, 16ª ed., Lisboa, Guimarães Editores, 1968, p.164. .

Para o historiador Jaime Cortesão escreveu em *Os Descobrimentos Portugueses*: “O infante D. Henrique concentrou, sim, em suas mãos, a força, mais que dum povo, de toda a Cristandade para moldar um Homem Novo, ávido de Universo”¹²⁴.

Ao longo dos séculos, no rasto dos cronistas quatrocentistas, escreveram-se por mais cinco séculos milhares de páginas enaltecendo sua personalidade e ações, alguns poucos diminuindo sua importância, a imagem do Infante de Sagres. Ele torna-se símbolo dos descobrimentos, adquiriu o ímpeto de “*O Navegador*”, além dos diversos títulos angariados em vida como, Duque de Viseu, Senhor de Ceuta, Governador Perpétuo do Algarve e Grão-Mestre da Ordem de Cristo.

Segundo José Mattoso, em Portugal, o papel do Estado terá sido sempre fundamental para sedimentar a consciência nacional, embora os efeitos dessa intervenção só se tenham generalizado a partir do século XIX, com o desenvolvimento da imprensa (Mattoso, 1988: pp.67, 82-3). É também conhecida a influência da ideologia “oficial” na imagem da nação durante grande parte do século XX: interessava ao Estado Novo realçar a ideia de grandeza pátria, sublimando os momentos de grande simbolismo histórico, como a época da expansão marítima; na mesma linha ideológica, exaltavam-se os elementos de excelência dos portugueses, que se traduziam, por exemplo, na “raça”, na audácia e na propensão para a viagem.

Citando a Pesquisadora Cidália Vieira de Carvalho da Universidade de Coimbra¹²⁵, devemos ainda ter em conta que construção da memória nunca é espontânea, mas institucionalizada. Como lembra Pierre Bourdieu¹²⁶, “o Estado molda as estruturas mentais e impõem princípios de visão e divisão comuns, formas de pensamento [...] contribuindo por esse modo para construir aquilo a que se chama habitualmente identidade nacional – ou, numa linguagem tradicional, o caráter nacional”. (Bourdieu, 1994: 114-115).

¹²⁴ Jaime Cortesão, “*Os Descobrimentos Portugueses*”, II, Lisboa, Livros Horizonte, 1975, p. 640.

¹²⁵ CARVALHO, Cidália Vieira de, “Memória e Mito dos Descobrimentos na Literatura do Século XX”. Tese de Doutoramento, Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, 2013.

¹²⁶ BOURDIEU, Pierre. “*Raisons Pratiques: sur la Théorie de l’Action*”, Paris: Éditions du Seuil, 1994. (Tradução Cidália Vieira de Carvalho).

A construção do mito e papel de herói atribuído ao Infante pelos cronistas de seu tempo, em suma pode ser assim descrito.

“O Infante D. Henrique assumiu assim, desde o início, as características próprias dos heróis, de acordo com valores culturais de cada época. Primeiro, foi o herói típico da sociedade cavaleiresca e senhorial, imbuído de nobreza, coragem guerreira e devoção, de caráter magnânimo e virginal, que fez do combate aos infiéis o principal fim da sua vida. Depois, tornou-se um príncipe de cunho renascentista, culto e sábio, ponderado e cheio de determinação, que movia pela dúvida e a vontade de descobrir e conquistar o mundo para a suprema glória de Portugal e dos portugueses.”¹²⁷

Ao longo da história a documentação e as fontes vão surgindo e sendo analisadas sobre vários “olhares” e contextos diversos, propiciando diversos estudos. Assim a figura e personalidade do Infante D. Henrique marcado pela memória do povo português como o “Navegador”, gradativamente consegue se desgarrar da pesada carga mítica, resgatando uma dimensão mais humanizada onde suas atividades e ações podem ser entendidas sobre perspectivas do tempo histórico em que viveu.

¹²⁷ JOÃO, Maria Isabel, “*O Infante D. Henrique Mito e Memória*”. Câmara Municipal de Lagos, Comissão Municipal dos Descobrimentos, Lagos, 2004.p.42.

4.1. D. HENRIQUE CAVALEIRO E NAVEGADOR



Figura 8: Painel do Infante, políptico de São Vicente de Fora .

Fonte: IMC/CM

No artigo do Professor Albano Figueiredo da Universidade de Coimbra, intitulado “*Viagem, Cavalaria e Conquista na Crônica de Guiné de Gomes Eanes de Zurara*”, este questionamento envolve uma cosmologia da medievalidade em detrimento do contexto de descoberta, fruto do imaginário Renascentista. Conforme o prefácio da Crônica da Guiné de 1937, José de Bragança escreveu:

“Ao contrário do que geralmente se tem crido, o Infante D. Henrique é, sobretudo, o representante da política de conquista, da ideia de criação de reino português do Algarve e de além-mar. Ele representa o espírito medieval de cavalaria, oposto, por excelência, ao espírito experimental da Renascença, que se orienta para a descoberta das novas rotas marítimas do comércio pacífico e da influência civilizadora”.¹²⁸

As ordens militares regionais tiveram grande importância na consolidação da monarquia portuguesa, notadamente as ordens de Cristo, Santiago e Avis. Durante a Idade média, especificamente durante as cruzadas as ordens militares; templários, Hospitalários e Teutônicos eram baseadas em fortes ideais monásticos e feudais. Oriundas da necessidade da luta da cristandade contra o Islã, tais ordens não eram a princípio vinculadas a algum reino específico, naturalmente por atuarem pela igreja em toda a Europa.

Com a dissolução da Ordem Templária em 1312, arquitetada pelo monarca francês Felipe IV e pelo Papa Clemente V, os bens e direitos desta ordem foram remanejados por ordem pontifícia, para os Hospitalários sob o controle da igreja. Muitos monarcas desejavam que estes bens fossem distribuídos para ordens regionais. D. Dinis rei de Portugal (1279-1325) “costurou” um acordo com o papa João XXII, desta forma no mesmo ano de 1312 é fundada em Portugal a Ordem de Cristo herdeira de bens, homens e propriedades dos templários.

Em Portugal a Ordem de Cristo se vincula a monarquia, a nova ordem era subordinada à igreja e ao rei, sendo prerrogativa do último definir sobre assuntos cruciais da nova ordem. Com o passar dos anos, os cargos hierárquicos mais elevados eram indicações dos monarcas portugueses. Com a ascensão da Dinastia Avis com D. João I, os cavaleiros de cristo se destacaram na luta contra Castela. Ao consolidar a autonomia de Portugal após Aljubarrota, D. João com a anuência do Papa Martinho V (1417-1431) nomeia o Infante D. Henrique como grão mestre da ordem em 1420.

¹²⁸ Gomes Eanes de Zurara, *Cronica de Guiné*. Introdução, novas anotações e glossário de José Bragança. Porto, Livraria Civilização. Editora, 1979, p. XLIV.

O Infante destinou também bens pessoais da ordem para o combate aos infiéis no Magrebe¹²⁹ e expansão e conquista na costa africana. Segundo o pesquisador André Bertolli, a missão da ordem contra os “inimigos da cruz” e tendo o infante na vanguarda, reforça de sobremaneira o status guerreiro para a nobreza ao ingressar na renomada ordem. Prestígio, honra e ideal de cruzada na luta contar o infiel gerava reconhecimento entre os pares e benesses na realeza.

Bertolli relata a influencia do Infante e da Ordem de Cristo.

“Nas narrativas de viagem, a maioria dos nomes mais destacados é formada por servidores do infante, ou homens da Ordem de Cristo, como Gil Eanes, cavaleiro da casa de D. Henrique; Afonso Baldaia, copeiro do infante; Heitor Homem e Diogo Lopes d’Almeida, nobres lusos; Antão Gonçalves, guarda-roupa do infante que após retornar de sua viagem foi feito cavaleiro e ainda recebeu comenda da Ordem de Cristo; Nuno Tristão, cavaleiro da casa do infante Henrique; Fernão Lopes d’Azevedo, comendador-mor da Ordem de Cristo e do conselho do rei e de D. Henrique; Martim Fernandes, alfaqueque do infante; Lançarote, primeiramente escudeiro de D. Henrique, mas, posteriormente se tornou almoxarife do rei na vila de Lagos; Estevão Afonso, que nas palavras de Zurara era “um nobre homem” e que morreu a serviço do infante; Gonçalo de Sintra, escudeiro da casa do infante e capitão de uma das caravelas em uma viagem para Guiné, na qual ele foi morto; Diogo Afonso, criado do infante D. Henrique; Gomes Pires, patrão del-Rei que foi numa viagem a mando do infante e regente D. Pedro; Dinis Dias, nobre escudeiro e antigo criado do falecido rei D. João; Garcia Homem, criado do infante D. Henrique; João Fernandes, escudeiro de D. Pedro, mas que Zurara, mesmo conhecendo esse escudeiro, como ele afirma no capítulo XXXIV, resolve narrar como se ele estivesse a serviço de D. Henrique; Gonçalo Pacheco, criado do infante e “tesoureiro-mor das cousas de Ceuta”; Alvaro Gonçalves D’Atide, governador da casa do infante D. Pedro; João Gonçalves Zarco, nobre homem e cavaleiro da casa do infante D. Henrique; Tristão, outro cavaleiro da casa do infante Henrique; Gonçalo Velho, cavaleiro e comendador da Ordem de Cristo; João Gorizo, moço da câmara do infante que deveria escrever tudo sobre as terras visitadas e os mouros capturados; e ainda tantos outros cavaleiros e escudeiros da casa de D. Henrique ou de outros grandes nobres portugueses que receberam autorização para realizarem aquelas viagens”.¹³⁰

O cronista Zurara era membro da ordem e protegido do Infante, justificando o ideal laudatório de D. Henrique e da própria Ordem de Cristo em sua obra. As obras de Zurara foram encomendadas pelo monarca D. Afonso V, objetivando destacar a aura cristã e cavaleiresca do seu tio, o Infante D. Henrique, representado como modelo e exemplo para toda a nobreza portuguesa. A sociedade nobiliárquica quatrocentista em Portugal se espelhava no referencial da nobreza guerreira, ideais de cavalaria e ideologia cruzadística legitimada pela *Reconquista*.

¹²⁹ O Magrebe ou Magreb é a região noroeste da África. Em sentido estrito, inclui Marrocos, Sahara Ocidental, Argélia e Tunísia. O Grande Magrebe inclui também a Mauritânia e a Líbia. Na época do Império Romano, era conhecido como África menor.

¹³⁰ BERTOLLI, André Luís. “O Cronista e o Cruzado: a revivescência do ideal da cavalaria no outono da idade média portuguesa (século XV)”. Curitiba. 2009. pp. 143 e 144.

O papel desempenhado pelo Infante, segundo o cronista Zurara era servir de exemplo para a nobreza e a cristandade na guerra contra o mouro do norte da África.

“A *Crónica de Guiné* apresenta uma arquitetura genológica eclética. A inicial textura biográfica rapidamente dá lugar ao relato, mais ou menos demorado, de viagens mais ou menos prolongadas e que têm como propósito o estabelecimento de uma ligação entre duas geografias terrenas medidas pelo mar, percepcionando como espaço de maturação temporal. Mas essa ligação só se realiza por via de um nexu cavaleiresco, que se vislumbra nos feitos de arma, isto é, na guerra – que é legitimada pela cruzada.”¹³¹

A crônica de Zurara estruturada em 97 capítulos foi concluída em 1453, basicamente era uma narrativa dos feitos de D. Henrique, exaltação esta voltada para despertar, entre a nobreza lusitana, um referencial ou espelho a ser seguido, inclusive a reis, príncipes e nobres da Europa a grandiosidade do reino português. A aura cavaleiresca do Duque de Viseu é reforçada pelos títulos que recebera em vida, entre elas a distinção honorífica inglesa de enorme prestígio a Ordem da Jarreteira. Fundada em 1348 pelo rei Eduardo III, após grandiosa vitória sobre os franceses em Crécy, a referida ordem “foi concebida para celebrar os feitos de armas da cavalaria inglesa”.¹³² Em 1400, Henrique IV promoveu a eleição do seu cunhado, D. João I rei de Portugal com esta comenda, desta forma a monarquia inglesa usou esta instituição prestigiada para estreitar as suas relações com outros soberanos da cristandade.

Sobre a honraria concedida ao Infante pela Coroa inglesa, o autor João Paulo de Oliveira Costa, avalia:

“A concessão desta ordem é, pois, um testemunho de que D. Henrique desfrutava na cristandade, na medida em que o parentesco que o ligava à Casa Real inglesa, embora fundamental, parece ser insuficiente para justificar sua eleição. D. Henrique continuava ser o governador de Ceuta, o que contribuiu para que seu nome fosse conhecido na Europa do seu tempo, pois nobres e aventureiros continuavam a chegar regularmente a Portugal com o objectivo de ganharem a honra da cavalaria combatendo os mouros em África; numa época em que a cristandade continuava mergulhada em conflitos internos, Portugal era a única monarquia que dispunha de uma posição em terra do inimigo comum, onde lhe podia fazer a guerra permanente”.¹³³

¹³¹ FIGUEIREDO, Albano. “*Viagem, cavalaria e conquista na Crónica de Guiné de Gomes Eanes de Zurara*”. Actas do V Colóquio da Secção Portuguesa da Associação Hispânica de Literatura Medieval. Comunicações. Faculdade de Letras. Universidade do Porto. 2006. p.33.

¹³² COLLINS, Hugh E. L. “*The Order of the Garter 1348-1461*”. Chivalry and Politics in Late Medieval England, Oxford, clarendon Press, 2007 (reimpressão de 2000), p.1.

¹³³ COSTA, João Paulo de Oliveira. “*Henrique, O Infante*”. Esfera dos Livros, Lisboa. 2009. p.307.

O autor acrescenta que sobre a eleição do Infante D. Henrique para a *Ordem de Jarreteira*¹³⁴, foi uma distinção que tocou fundo no espírito do Duque de Viseu, e que certamente o encheu de orgulho. Peter Russell (RUSSELL, 2004, p.318)¹³⁵,descreve que o Infante conservava o uniforme da Ordem entre os seus pertences quando faleceu, e segundo COSTA (2009. p.307) D. Henrique ordenaria a colocação de símbolo da Ordem da Jarreteira no centro de seu túmulo, bem como de seu irmão, D. Pedro. Assim sendo, D. Henrique sentiu na irmandade dos cavaleiros ingleses um elemento distintivo particular e desta forma quis enaltecer o símbolo da Jarreteira em sua sepultura.



Figura 9: Túmulo do Infante D. Henrique. Capela do Fundador. Mosteiro da Batalha.

Descrição: Túmulo com estátua jacente coroada com baldaquino, e arca com heráldica (brasão dos Cavaleiros de Cristo, cruz da Ordem da Jarreteira e o do Infante).

Fonte: <https://www.flickr.com/photos/aaperta/8167022729>

¹³⁴ A *Mais Nobre Ordem da Jarreteira*, também conhecida como Ordem da Jarreteira, é uma ordem de cavalaria britânica, a mais antiga da Inglaterra e do sistema de honras britânico. Sua tradução correta seria antes Ordem da Liga (em inglês: *Order of the Garter*) tal como em português tem o mesmo significado. Só assim se explica que esta ordem militar, criada por Eduardo III de Inglaterra com o espírito medieval de então e baseada nos nobres ideais da demanda ao santo Graal e da corte do rei Artur, seja vista como a mais importante comenda do sistema honorífico do Reino Unido, desde essa altura até aos dias de hoje. Fundada em 1348, com a dedicação da imagem e das armas a São Jorge, patrono da Inglaterra (embora existam registros de nomeações à ordem em 1344), supõe-se que tenha sido criada para destacar os esforços do reino e aliados, nos quais se destacam nobres e reis portugueses, para conquistar a *Terra Santa* e um "Império Cristão" nas subseqüentes cruzadas, numa época de ouro para os cavaleiros, a nobreza das guerras.

¹³⁵ Cf. Peter Russel (2004), p. 318.

Para Renata Nascimento, os ideais de cavalaria estavam presentes nas crônicas quatrocentistas, em especial nas crônicas de Zurara enaltecendo valores como justiça, honra fidelidade, defesa da cristandade e o implacável combate ao mouro inimigo:

“A crônica de Zurara não deixa de apresentar uma concepção e uma propaganda do ideal de cavaleiro ainda existente em pleno século XV e como já foi observado anteriormente, sempre ligada à expansão marítima rumo à África. O modelo de cavalaria do século XV atingirá só alguns representantes da nobreza como exemplo de forma de vida aristocrática.”¹³⁶

Ainda segundo a autora, a gênese do expansionismo lusitano reflete o espírito cruzadístico da reconquista, até por volta de 1460, ano de morte do Infante. As Ordens Militares reforçam este ideal em solo ibérico e complementa: “Trata-se de um refinamento do modelo guerreiro anterior. A cavalaria cristã teve nas Ordens Militares uma vertente sacralizada, espiritual”¹³⁷. O papel das Crônicas servirá de testemunho do tipo de memória que almejava perpetuar; os feitos dos nobres, os feitos da cavalaria o referencial dos princípios cavalheirescos de honra, fama e cristianização dos infiéis como razão primeira do projeto expansionista.

Sobre o imaginário da conquista em solo africano, atribui-se este documento de autoria do Infante D. Henrique;

[...] os quais por graça de Deus, passando o dito Cabo Não avante e fazendo grandes guerras, alguns recebendo morte e outros postos em grandes perigos, prouve o nosso Senhor me dar certa informação e sabedoria daquelas partes desde o dito Cabo de Não até passante toda a terra de Berberia e Nubia e assim mesmo per terra de Guinea bem trezentas léguas, de onde até agora, assim no começo por guerra com o depois por maneira de trauto de mercadoria e resgates, é vindo à Cristandade mui gram número de infiéis cativos, do qual, devido grandes louvores a nosso Senhor, a mor parte são tornados à sua santa fé. E está bem aparelhado para muitos mais virem e serem feitos cristãos, além das mercadorias, ouro e outras muitas coisas que de lá vêm e se cada dia descobrem muito proveitosas a estes reinos e a toda a Cristandade [...]¹³⁸

Ao final da Idade média os ideais de cavalaria se encontram presentes até os primórdios da modernidade no século XV, mas de uma forma modificada, no qual se inclui a ação do

¹³⁶ NASCIMENTO, Renata C. de Sousa. “Os privilégios e os abusos da nobreza em um período de transição; o reinado de Afonso V em Portugal (1448-1481)”. Opus cit., 2005, p.66.

¹³⁷ NASCIMENTO, Renata C. de Sousa. “O combate em nome da fé nos relatos hagiográficos”. Revista Crítica Histórica. Ano IV, nº 7, julho/2013 ISSN 2177-9961. P.144.

¹³⁸ MARQUES, João da Silva (Org.) “*Descobrimento Portugueses*”, Lisboa: INIC (Vo.I I e Suplemento), 1988, p. 544.

Infante e da nobreza portuguesa. Segundo Mattoso (1994) o ideal de comportamento se adapta a necessidade de exercer a função guerreira fora de seu local de origem, fora de seu reino, desvincula-se da herança familiar, observa-se uma nobreza que busca conquistas, honras e mercês¹³⁹.

O vínculo da nobreza às Ordens Militares foi ampliado nos séculos XII-XIV, por ser reduzido e circunscrito aos ofícios de maior relevo, como de mestre¹⁴⁰. Este fato deve-se à prevalência, em Portugal, do sistema de partilha hereditária¹⁴¹, o que motivou de sobremaneira o grande interesse por parte dos nobres no ingresso às referidas Ordens Militares.

Gradualmente o aumento do poder e importância das Ordens Militares a coroa portuguesa, fez com que partir o reinado de D. Dinis, se pretendesse controlar estas instituições, nomeadamente, a nomeação dos mestres¹⁴². A criação da Ordem de Cristo reforça esta ligação com a monarquia. A partir do séc. XIV a nobreza passou a encarar o ingresso nas Ordens como uma forma de manter seu status, uma vez que a divisão hereditária conduziu à fragmentação do patrimônio familiar¹⁴³.

A instituição do morgadio¹⁴⁴ e a transmissão ao primogênito varão constituíram um fator preponderante no incremento da nobreza nas Ordens Militares. Outro elemento que favoreceu

¹³⁹ MATTOSO, J. A Nobreza medieval portuguesa, 1994, p.358

¹⁴⁰ VASCONCELOS, António Maria Falcão Pestana de – A Nobreza e Ordens Militares - relações sociais e de poder. In Nobreza e Ordens Militares: relações sociais e de poder: (séculos XIV a XVI). Vol. 1. Porto: [Edição de Autor], 2008, p. 221.

¹⁴¹ PIZARRO, José Augusto .” *Linhagens Medievais Portuguesas. Genealogias e Estratégias (1279- 1325)*”, vol.2,Porto:[Edição do Autor],1997,pp.1176-1197.

¹⁴² VASCONCELOS, António Maria Falcão Pestana de – A Nobreza e Ordens Militares - relações sociais e de poder. In Nobreza e Ordens Militares: relações sociais... p. 222.

¹⁴³ A posse dos bens das Ordens, para algumas famílias, assumiu grande relevância, uma vez que permitiu manter o seu estatuto social, o que levou a mantê-los sob a sua administração como se tratassem bens de família. Como exemplo ver SOUSA, Bernardo de Vasconcelos e – As Carreiras políticas e religioso militares como vias de ascensão social. In Os Pimentéis: percursos de uma linhagem da nobreza medieval portuguesa: séculos XIII-XV. Lisboa, Imprensa Nacional-casa da Moeda, 2000, pp. 149-172. VASCONCELOS, António Maria Falcão Pestana de – Os Mascarenhas, uma família da Ordem de Santiago. In Comendas das Ordens Militares...pp. 163-180.

¹⁴⁴ Definimos a fundação de morgadio como um ato de regulamentação administrativo-jurídica de um patrimônio, no qual também se transmitem modelos de comportamento, regras de conduta social e formas de relacionamento com o mundo dos antepassados, destinados a vigorar durante gerações e condicionando tanto a posse dos bens como a chefia da linhagem. In: ROSA, Maria de Lourdes, *O Morgadio em Portugal*, sécs.

a entrada de nobres foi o controle, por parte da realeza, das Ordens Militares também no reinado de D. João I Mestre de Avis, quando indicou como mestres das três principais Ordens os Infantes D. João (Ordem de Santiago, em 1418), D. Henrique (Ordem de Cristo, em 1420) e D. Fernando (Ordem de Avis, em 1434)¹⁴⁵.

A associação entre o reino português e a Ordem de Cristo, como observada anteriormente, se deu através da transferência dos bens dos templários para a recém-criada Ordem de Cristo em 1319. Para assegurar a proximidade da referida ordem e o reino, D. João I consegue junto ao Papa Martinho V, a nomeação do Infante D. Henrique como Mestre da Ordem em 1420, articulando tal ação aos projetos expansionistas do reino. O Infante assegura desta feita, a concessão da jurisdição espiritual das terras conquistadas, podendo excomungar, privar, censurar qualquer homem nas terras recém-conquistadas, além de cobrar as dízimas e impostos eclesiásticos dos territórios do além mar.

Com a expansão iniciada com a conquista de Ceuta em 1415, a Ordem de Cristo legitima seu ideal de combate ao infiel e de luta constante contra os “inimigos da cruz”, o prestígio dos nobres pertencentes a esta ordem militar guerreira é um claro sinal de status e poder. O ideal de cavalaria e ideologia da Cruzada e da Reconquista atendia o desejo de benefícios e honrarias, já que muito destes nobres estavam longe de linhas de sucessão em suas famílias, a fé e merecimento em combate traria fama e fortuna. D. Henrique entre os filhos da “*Ínclita Geração*” foi o mais ferrenho defensor no combate e conquista em terra de mouros. Para o Infante a guerra no Magrebe era justa e direita, combater o infiel era acima de tudo um serviço em nome do *Senhor*.

“ E pois da guerra dos mouros se consegue sérvio de deus e honra e prazer meu conselho he que vos obres nela quando bem poderdes per vos ou per outrem, e se non poderdes de nenhu cabo que obres per outra parte asy eu voso cuydado obra seja nelo, e o que tendes e ouverdes seja pera estas fijns, e o que cuydadrdes d aver seja pera elo o ser vos há contado em justiça.”¹⁴⁶

XIV - XV. Modelos e práticas de comportamento linhagístico. Lisboa, Editorial Estampa (col. Histórias de Portugal, n.º 16), 1995.

¹⁴⁵ FERREIRA, Maria Isabel Rodrigues – *A nova dinastia e o governo das ordens militares: uma estratégia de entendimento*. In COELHO, Maria Helena Cruz, GOMES, Saul Gomes, e REBELO; António Manuel Ribeiro (coordenadores) – *A Guerra e a Sociedade na Idade Media - VI Jornadas luso-espanholas de estudos medievais*. Vol. 2. Torres Novas: Campo Militar de S. Jorge (CIBA), Porto de Mós, Alcobça e Batalha, 2009, pp. 169-178.

¹⁴⁶ D. Duarte. “Livro dos Conselhos de EL-REI D. Duarte”, 1982, capítulo 20, p.118

A fé de D. Henrique consolida no Infante o espírito de cavaleiro cruzado, acreditava que suas debilidades seriam compensadas pela providencia divina, não obstante sempre atuaria a seu favor em nome do “santo propósito” de combater o infiel. A este propósito Peter Russell ressalta que o Infante “era um homem de finais da Idade Média”, profundamente religioso e educado para acreditar no maravilhoso e na existência de milagres como parte racional da vida cotidiana”¹⁴⁷.

Na cosmologia de Zurara, Deus ocupa o topo e o centro do mundo. Assim sendo um príncipe como D. Henrique foi destinado a realizar grandes feitos pela providencia divina e sua imagem de cavaleiro cristão, extremamente virtuoso, estava de acordo com os preceitos da moral dominante e dos mandamentos da Igreja. Pela descrição do cronista o Infante, este não era um ser somente de carne e osso, mas também uma figura predestinada, na hora do nascimento para realizar “trautos e conquistas (...) a prazer de seu rei e senhor”¹⁴⁸.

Reforçando a imagem cavalheiresca do Infante, Veiga Simões observa que a matriz utilizada por Zurara para construir a personalidade idealizada de D. Henrique encontra-se nos romances de cavalaria:

“o retratado primeiro debuxado por Zurara e o dum cavaleiro galo-bretão, traçado como exigia a cultura da nobreza da época e sua interpretação da vida: duro nas coisas da guerra e temeroso ao primeiro encontro, brando e enternecido nas de coração e no depois na intimidade, acolhedor de senhores, inimigo da avareza, e perenemente casto segundo comandava a Demanda do Santo Graal para vencer como venceram Galaaz e Percival”¹⁴⁹.

Para o pesquisador Clínio Amaral (2004) a expansão ultramarina tornou-se uma premissa para a consolidação e justificação política da Dinastia de Avis, iniciada por D. João I, logo após a Crise Dinástica de 1383-1385. Ao longo do século XV a legitimidade da nova dinastia encontra sintonia na política expansionista sendo marcada por três momentos distintos, a saber: A primeira com o próprio D. João I na Conquista de Ceuta em 1415 até o final do

¹⁴⁷ RUSSELL, Peter. “*Henrique, O Navegador*”. Tradução: Ana Carvalho. Lisboa, Livros Horizonte, LDA. 2004.p.120.

¹⁴⁸ Gomes Eanes de Zurara, crônicas de Guiné. Introdução. Novas anotações e glossário de José Bragança, Barcelos Livraria Civilização Editora, 1973. Cap. I., P.13.

¹⁴⁹ SIMÕES, Veiga. “O Infante D. Henrique. O seu tempo e sua acção” in *História da Expansão portuguesa no Mundo*, dir. de Antonio Baião, Hernani Cidade e Manuel Múrias, vol. I, Lisboa, Editorial Ática, 1937, p.311.

reinado de D. Duarte em 1439. A segunda durante a regência do Infante D. Pedro e por último a política de conquista de D. Afonso V, cognominado de “o Africano”.

Este afirma ainda que o expansionismo em África relaciona-se diretamente com a política avisina contribuindo, para a consolidação de um ideal de nação, embasado na religiosidade, no espírito cruzadista enaltecendo os valores de cavalaria como a honra e respeito de fundamental importância para a centralização do reino português, onde as constantes atividades guerreiras possibilitaram certo controle da realeza sobre os efetivos militares. A guerra contra o inimigo histórico da cristandade torna-se para o reino elemento de coesão, dominação, difusor dos ideais de cavalaria e, sobretudo legitimação monárquica. Amaral afirma:

“O ponto mais importante dessa propaganda é o discurso religioso, o qual associa a expansão à ideia do serviço prestado a deus, pelo Infante D. Henrique e o rei e sobrinho D. Afonso V. É um discurso que desqualifica os opositores da expansão, pois o argumento do cronista Zurara é criticar a empresa Ultramarina equiparava-se a criticar o serviço prestado a Deus”.¹⁵⁰

O historiador João Marinho dos Santos (1998) nos apresenta a conquista do ultramar em África no contexto do discurso expansionista da Dinastia de Avis sob a égide da missão salvacionista cristã, fortemente marcada pelo imaginário cruzadista do século XV.

Reforçou a ideia que a nação tinha uma missão histórica a cumprir: deveria difundir o reino de Deus, combatendo em primeiro lugar e onde quer que se encontre o inimigo absoluto dos cristãos, o mouro, tal como havia sido revelado ao primeiro Rei de Portugal na demonstrativa “*Batalha de Ourique*”, quando um punhado de portugueses, com um inequívoco auxílio de Deus, cinco reis mouros à frente e de um numeroso exército. Assim, para que o *Milagre de Ourique* se repetisse, deveriam ser acionados “mitos” que levassem os combatentes cristãos a lutarem com o coração puro e incomensurável fé no concreto auxílio de deus, através de seus santos e de seus anjos. Reaparece o como “mito” fundador de nossa nacionalidade tema legitimá-lo uma missão/objetivo de caris divino e de dimensão universalista, o que significa que a ideologia cruzadística legitimará que nada nem ninguém, se podia opor à concretização da missão evangélica dos portugueses a atentar contra o seu desejo de independência como Nação. *Aljubarrota* estava, pois, na linha vitoriosa de Ourique, e a missão evangelizadora deveria ser distendida a todos os povos, inclusive aos não cristãos e gentios. Nessa perspectiva, como toda a terra pertencia a Deus, quaisquer cristãos, designadamente os portugueses, tinham o direito de reconquistarem aos mouros e gentios, de cativarem os corpos dos “outros” a fim de ajudarem a salvar suas almas, de ocuparem e dominarem reinos estranhos”.¹⁵¹

¹⁵⁰ AMARAL, Clínio. “*A construção de um Infante Santo em Portugal*”. Dissertação apresentada ao Programa de pós-educação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói: Cópia reprograda, 2004.p.88.

¹⁵¹ SANTOS, João Marinho dos. “*A Guerra e as Guerras na Expansão Portuguesa: séculos XV e XVI*”. Edição: Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, Lisboa, 1998.p.109.

D. Henrique apesar de não ter desbravado com profundidade o oceano, senão para as suas expedições de conquista africana, notadamente Ceuta e Tanger, obteve o cognome de *Navegador*, porque se atribui a ele o primeiro impulso das grandes navegações e as conquistas no ultramar. Após a morte do rei D. Duarte, o Infante D. Pedro em 1440, foi levado a condição de regente de Portugal. Nesse período houve uma pausa aos ataques no Marrocos, mas navegações para o sul da costa africana avançaram, sendo que, em 1442, D. Henrique recebeu do irmão e regente D. Pedro o direito sobre o monopólio das navegações e comércio dos produtos encontrados, o que funcionou como um senhorio marítimo em poder do Infante, aumentando sua influência na corte e o poderio e riqueza de sua casa.

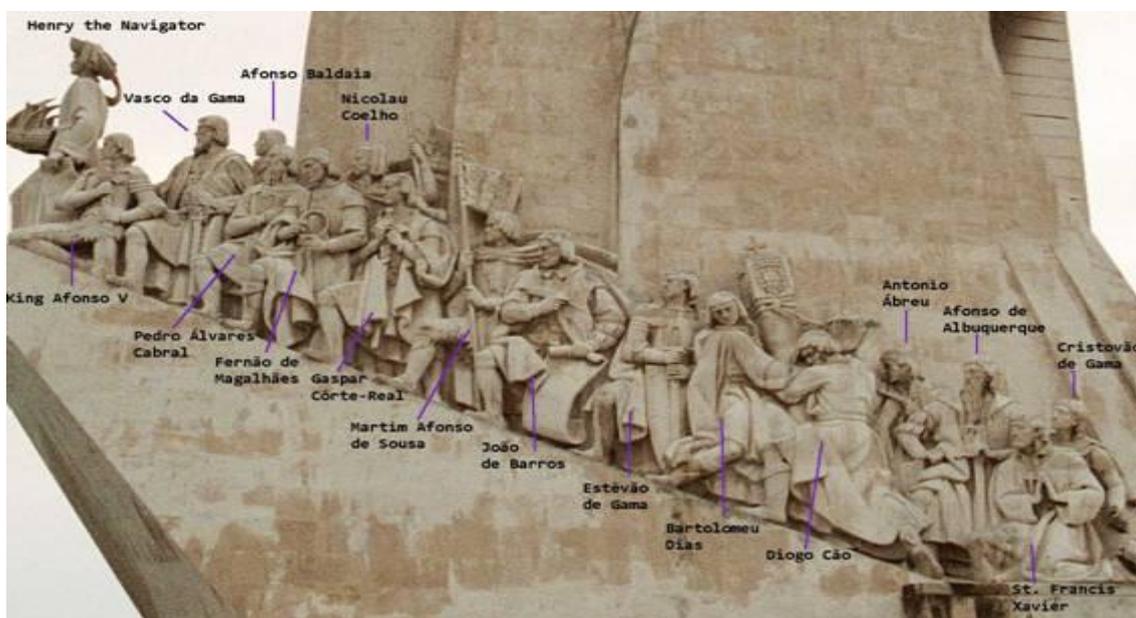


Figura 10: Este monumento chamado “Padrão dos Descobrimentos”.

Descrição: foi construído em 1960, ano do quinto centenário da morte do Infante D. Henrique, grande incentivador das navegações portuguesas. Localizado à margem do rio Tejo, em Lisboa, Portugal, porta de saída para as navegações marítimas dos séculos XV e XVI.

Fonte: <http://www.padraodosdescobrimentos.pt/>

O ponto de partida da expansão ocorre com a conquista portuguesa de Ceuta em 1415. Na verdade as conquistas e posterior expansão ocorrem ainda no contexto da *Reconquista*, origens das diferenças. A conquista de Ceuta envolve a mobilização de uma frota europeia e, para lá do exército dos nobres, o entusiasmo de um exército dos *concelhos*, em particular do de Lisboa e do Porto e a participação, à sua custa, de alguns mercadores italianos e ingleses.

Depois, a manutenção da praça e a necessidade de prover a sua defesa promoveram desde logo a criação de uma direção político-militar em solo nacional, voltada para o mar e que a

todo o momento mobilizava os recursos marítimos. Com o passar do tempo, esta direção consolida-se como operações corsárias no Estreito de Gibraltar e também da redescoberta das ilhas atlânticas e do seu povoamento, de novas conquistas no Marrocos e de viagens de curso e descobrimento na costa africana, para lá do Cabo Bojador.

A memória da expansão e dos descobrimentos estava, agora, praticamente completa. Havia um pai, “*inventor de tanto bem*”, com grande sabedoria e um grandioso plano, que se estendia à Índia. O suporte ideológico era a expansão da fé e a cristianização dos mouros e de todos os gentios. O projeto de conquistas no norte de África e de aliança com o lendário reino do Preste João para combater os muçulmanos dera origem à ideia de tornar Portugal no “Alferes da Fé” no mundo, segundo a expressão de Gil Vicente, no *Auto da Fama*¹⁵².

O Reino do Prestes João era um sonho mítico que se vinculava aos cristãos que existiram nas terras remotas. Acreditavam os navegadores em sua real existência. De concreto, o mito mostra alguma possibilidade real pela presença de tribos cristãs na Somália. Uma aliança entre o reino cristão de Portugal com o também reino cristão de Prestes João era objetivo da coroa e um ideal para o Infante.

Conforme Maria Isabel João,

“A tendência mais vulgar consistia em enaltecer o Infante D. Henrique como iniciador dos descobrimentos que tinham permitido com muita indústria, trabalho e despesa, nas palavras de João de Barros, atingir finalmente a Índia. De tal modo a sua obra foi considerada parte integrante e fundamental do processo subsequente que o rei D. Manuel I mandou erguer um templo sumptuoso no lugar da ermida que D. Henrique tinha dedicado a Nossa Senhora de Belém, para comemorar o sucesso da viagem da armada comandada por Vasco da Gama. Assim, é compreensível que Damião de Góis tenha atribuído ao Infante D. Henrique a paternidade da ideia de chegar à Índia circum-navegando o continente africano, pois se ele era geralmente considerado o iniciador de todo o processo que culminara na chegada dos portugueses às costas do Malabar”¹⁵³.

O ano era 1434, um acontecimento importante será o marco inicial da navegação atlântica portuguesa. Um marinheiro e capitão de Lagos, financiado pelo Duque de Viseu, Gil Eanes

¹⁵² D. Manuel se intitulava “Rei de Portugal e dos Algarves, de Aquém e Além- Mar em África, Senhor da Guiné e da Conquista, Navegação e Comércio, da Etiópia, Arábia, Pérsia e da Índia”.

¹⁵³ JOÃO, Maria Isabel, “O Infante D. Henrique Mito e Memória”. 2004.p.25.

ultrapassou o Cabo Bojador. Para Antonio Borges Coelho¹⁵⁴, na história da humanidade muitos dos grandes acontecimentos foi protagonizado por homens comuns que as circunstâncias levantaram na crista das ondas. Citando João de Barros:

“em mais letras especulativas que só doutrina praticava no convés de um navio, endireitem as rotas, que diminuam ou acrescentam os graus, emendam as alturas, de tal maneira reprovam as tábuas do ilustre Ptolomeu, como se estudaram em alguma universidade, e ele não em Atenas, onde gastou os seus dias.”¹⁵⁵

O Infante em seu projeto expansionista angariou apoios para sua casa e sua causa, a luta contra o infiel da fé cristã. Neste contexto pode-se interpretar a forte atuação de D. Henrique, como governador da Ordem de Cristo, ao dirigir várias súplicas ao papa Eugênio IV, visando à concessão de privilégios específicos para todos os participantes nas campanhas militares no Marrocos¹⁵⁶.

As referidas súplicas que o Papa Eugênio IV irá conceder a monarquia portuguesa, em especial ao Infante, através de concessão de Bulas¹⁵⁷, demonstrou a senhoria de Roma não só a D. Henrique e a Ordem de Cristo na qual era governador¹⁵⁸, mas, sobretudo aos representantes da realeza avisina, detentores do poder temporal no reino, D. Afonso V e o regente D. Pedro, acentuando o empenho apresentado na luta de cruzada contra os

¹⁵⁴ Professor Catedrático da Faculdade de letras de Lisboa. É historiador, poeta e teatrólogo e presidente do Conselho Pedagógico da Faculdade de Letras de Lisboa.

¹⁵⁵ BARROS, João de. “*Panegírico da Infanta D. Maria*”, Lisboa. Sá da Costa, 1943, p.185.

¹⁵⁶ Dentre as súplicas enviadas pelo Infante ao papa Eugênio IV refere-se a 10 de Fevereiro de 1442, na qual D. Henrique solicitou ao Sumo Pontífice a indulgência plena para todos que permanecerem na defesa de Ceuta (M.H, vol.VII, doc. 200, pp. 289-291) e a de 3 de Março de 1442, pelo qual D. Henrique solicita graças espirituais e indulgencias plenas de todos os pecados, da remissão de culpa e pena, para todos os fiéis cristãos, que o seguiram numa armada que planejava enviar contra as partes de Ceuta (M.H, vol. VII, doc. 204, pp. 296-298).

¹⁵⁷ Tratava-se das *Bulas Illius qui se pro divini* de 19 de Dezembro de 1442, pela qual concede indulgência plena aos cavaleiros e freires da Ordem de Cristo e demais cristãos que acompanharem o infante D. Henrique, sob a bandeira da dita Ordem, na luta contra os sarracenos em África (M.H, vol. VII, doc. 228, pp 336-337) e a *Bula REX regum*, datada de 5 de Janeiro de 1443, dirigida aos patriarcas, arcebispos, bispos e demais prelados no sentido de pregarem a cruzada em favor da guerra contra os sarracenos (Pub. M.H, vol. VII, doc. 232, pp 344-350).

¹⁵⁸ Em relação ao Infante, como governador, tratava-se da *Bula Etsi suscepti*, de 9 de janeiro de 1443, na qual o papa autoriza a D. Henrique a receber o hábito da Ordem de Cristo e a fazer profissão na referida Ordem, podendo reter todos os seus bens patrimoniais, adquiridos e a adquirir (M.H, vol. VIII, doc. 1, pp- 1-4). No que se refere á Ordem de Cristo propriamente dito refere-se a *Bula Cum nobis*, de 11 de Janeiro de 1443, na qual Eugenio IV confirma a esta Ordem Militar, todos os privilégios, graças, liberdades e isenções concedidas pelos pontífices, seus antecessores (M.H, vol. III, doc. 1, pp- 4-5).

sarracenos¹⁵⁹. Segundo Antonio Borges Coelho (2001), do ponto de vista diplomático e político, o principal acontecimento do século XV, no que se refere à expansão portuguesa, foi o estabelecimento da primeira reserva do mundo descoberto e por descobrir, reserva esta em exclusivo aos portugueses pela *Bula Romanus Pontifex*, de 8 de janeiro de 1455, e alargada aos ibéricos pelo tratado de Tordesilhas de 1494.

Através dela, o papa Nicolau V fundamenta a atribuição aos portugueses da reserva da navegação para além dos cabos Não e Bojador, “alegando os grandes trabalhos”, prejuízos e despesas do Infante D. Henrique e do Rei de Portugal¹⁶⁰.

A reserva de navegar, conquistar, comerciar é instituída em regime de monopólio Henriquino-régio. Tal exclusivo não significava que só os navios do Infante ou do rei pudessem navegar e comercializar nessas paragens¹⁶¹. No essencial, o monopólio garantia a cobrança do quinto das mercadorias pela Ordem de Cristo, de que o infante era o governador, e reservava a navegação e o comércio para essa área do globo para aqueles que a quem, mediante contrapartidas materiais, fosse dada a licença, em primeiro lugar aos escudeiros e mercadores ligados à casa senhorial henriquina.

O próprio Infante em 26 de dezembro de 1457, já em fase final de sua vida, em reunião com o cabido da Ordem de Cristo em Tomar, relata em primeira pessoa os primórdios da expansão lusitana:

“Os trabalhos dos homens principalmente devem ser por serviço de Nosso Senhor Deus e assim de seu Senhor porque hajam de receber galardão de glória (e) em este mundo honra estado.

Quem estabelece o que é serviço do senhor são os senhores deste mundo e são eles que neste mundo distribuem honra e estado. E sendo certo como, desde a memória dos homens, se não havia alguma notícia na cristandade dos mares, terras e gentes que eram além do *Cabo de Não* contra meio dia, me fundei de inquirir e saber parte, de muitos anos passados para cá, do que era desde o dito *Cabo Não* em diante, não

¹⁵⁹ Refere-se a *Bula Rex regum*, datada de 5 de Janeiro de 1443, dirigida aos patriarcas, arcebispos, bispos e demais prelados no sentido de pregarem a cruzada a favor de guerra contra os sarracenos, na qual estão empenhados D. Afonso V e os Infantes D. Pedro e D. Henrique (Pub. M.H, vol. VII, doc. 232, pp. 334-350)

¹⁶⁰ COELHO, Antonio Borges. “*Os Argonautas portugueses e seu velo de ouro* (séculos XV-XVI)” in: História de Portugal, José Matoso...[ET ali]; José Tengarrinha (org); revisão técnica Maria Helena Ribeiro da Cunha. 2. Ed., ver. E ampl. Bauru, SP: EDUSC; são Paulo, SP: UNESP; Portugal, PT: Instituto Camões, 2001. pp 95-96.

¹⁶¹ Idem pp. 96-97

sem grandes meus trabalhos é infindas despesas, especialmente dos direitos e rendas cuja governança assim tenho, mandando per os ditos anos muitos navios e caravelas com meus criados e servidores, os quais por Graças de deus, passando o dito *Cabo Não* avante e fazendo grandes guerras, alguns recebendo morte outros postos em grandes perigos, prouve a *Nosso Senhor* me dar certa informação e sabedoria daquelas partes desde o dito *Cabo de Não* até passante toda a terra de *Berberia* e *Núbio* e assim mesmo per terra de *Guinea* bem trezentas léguas, de onde até agora, assim no começo por guerra como depois por maneira de trauto de mercadoria e resgate, é vindo à cristandade mui gram maneira de infiéis cativos, do qual, dando grandes louvores a *Nosso Senhor*, a maior parte são tornados á sua santa fé. E está aparelhado para muitas mais virem e serem feitos cristãos, além de mercadoria, ouro e outras muitas coisas que de lá vêm e se cada dia descobrem muito provitosas a estes reinos e toda a Cristandade”.¹⁶²

A aura do Infante D. Henrique espelha o poder senhorial do Duque incontestado. Mas, simultaneamente, revela-se como um modelo de instrução, talento, interesse científico e generosidade na proteção dos seus fiéis servidores. A representação a cerca do Infante integra-se, aparentemente, no arquétipo do senhor feudal, muito distante da caracterização renascentista, que se identifica na razão crítica e intervencionista do homem moderno – muitas das vezes atribuídas por alguns autores à figura desempenhada por seu irmão D. Pedro, que enquanto *Regente* de Portugal protegeu e patrocinou o projeto das descobertas em detrimento das conquistas marroquinas¹⁶³.

Sobre as posses de D. Henrique, além Duque de Viseu era Senhor de Ceuta, Fronteiro-mor de Leiria, Governador Perpétuo do Algarve, Grão-mestre da Ordem de Cristo, Cavaleiro da Ordem da Jarrateira, Senhor de Covilhã, de Lagos, de Sagres e beneficiário dos ganhos na Guiné. Estes títulos e honrarias proporcionaram ao infante um considerável rendimento econômico, ao que acresciam os proventos monopolistas no Algarve relacionados com as indústrias de moagem, tinturaria, saboaria e da pesca do atum, corvina, coral e sardinha, sem esquecer o negócio do tráfico de escravos de que ainda existia em Lagos, que detinha o controle do respectivo mercado.

O Infante como homem de seu tempo, representou a essência do cavaleiro medieval e defensor da cristandade, dedicando a maior parte da sua vida e do seu esforço nas campanhas militares no Magrebe cumprindo um plano de conquista militar, progressiva e sistemática do Norte de África. O combate aos “infiéis” era a prioridade, residindo nesse espírito de cruzada

¹⁶² MARQUES, S. *Descobrimientos Portugueses*. Lisboa: Junta de Investigações Científicas do *Ultramar*, 1974. v.X . p.544.

¹⁶³ GONÇALVES, Júlio. *O Infante D. Pedro as “Sete Partidas” e a Gênese dos Descobrimientos*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1955.

o principal objetivo da sua vida. Desta feita se manteve até à morte, imbuído do espírito militarista e expansionista da Cristandade, mais preocupado com a conquista do infiel no solo marroquino do, que com os Descobrimientos.

Por esta ótica, as viagens marítimas correspondem a um período tardio na vida do Infante D. Henrique, que delas se serviu não só para expandir a Fé nos gentios de África, como principalmente para aumentar o seu património e os rendimentos que amealhava nas campanhas marroquinas.

4.2. O DESASTRE MILITAR EM TÂNGER

Tânger é uma cidade marroquina localizada próxima ao Estreito de Gibraltar. Destacava-se por sua importância estratégica ao longo da história e um cobiçado porto. Após a grande vitória dos portugueses em Ceuta em 1415, Tanger tornava-se a próxima etapa no expansionismo lusitano no Marrocos. A tomada da cidade significaria para os portugueses o controle meridional do estreito de Gibraltar.

A continuidade ou não das conquistas portuguesas no norte da África foi tema de questionamento por vários setores do reino, notadamente entre membros da realeza. O sonho frustrado de uma expedição luso-castelhana, após assinatura de acordo de paz entre os reinos de Portugal e Castela, a Granada em combate ao Islã, fez reascender a retomada das conquistas em África. A pressão exercida pela nobreza ávida por conquistas e benesses e o ímpeto de cruzada dos Infantes D. Henrique e D. Fernando, foram determinantes pela retomada das expedições pelo novo soberano D. Duarte.

“No final da década de 20, depois dos casamentos dos infantes d. Duarte e D. Pedro, o tema da guerra santa foi retomado, e a assinatura da paz definitiva com Castela, em 1431-1432, gerou novas manobras diplomáticas e novas discussões internas sobre a possibilidade de Portugal empreender campanhas militares no exterior. O tratado de paz foi aceite por João II a 30 de outubro de 1431, e foi ratificado por d. João I e seus filhos, Almerim, a 27 de Janeiro de 1432. É significativo que logo em Julho de 1432 a Coroa tenha enviado um embaixador a Castela oferecendo ajuda para a conquista de Granada e que D. Duarte tenha voltado a propor um ataque ao reino islamita na primavera de 1434.

Esta repetida disponibilização de Portugal para ajudar Castela na luta contra Granada era compreensível, pois a fronteira andaluza continuava a ser palco de combates sucessivos com vitórias repartidas entre os dois contendores. A 1 de Julho de 1431, por exemplo, João II obteve uma grande vitória da Batalha de Higuera, nas imediações de Granada, onde os Grandes de Castela e dezenas de fidalgos

puderam intervir, ganhar prestígio e honrarias, e ganhando o direito a ter seu nome inscrito na crônica do rei¹⁶⁴. Outro cronista refere que teriam morrido mais de 10.000 mouros. Consumada a vitória, o monarca castelhano fez um passeio triunfal, com celebrações retumbantes em Córdoba e Toledo. É fácil imaginar a frustração de muitos nobres portugueses por se verem impossibilitados de participar em tal campanha”¹⁶⁵.

Ao ascender ao trono, em 15 de Agosto de 1433, D. Duarte reencontrou os assuntos da coroa portuguesa, a qual já estava habituado, pois seu pai o rei D. João I delegou, ainda em vida, e em decorrência do seu precário estado de saúde e velhice, já havia dedicado competências ao seu filho mais velho, o ainda infante D. Duarte entre 1412-1413 para o rei se concentrar na armada de Ceuta.

A partir deste período praticamente todos os assuntos da coroa estavam nas mãos do infante, restando a D. João I, o principal, que era a tomada de decisões definitivas. Entre 1412-1413 e o ano da sua ascensão ao trono em 1433, ou seja, vinte anos, D. Duarte ocupou-se da maioria dos assuntos do reino.¹⁶⁶ Após a conquista em 1415, Ceuta se transformou em um grande problema para a coroa. Sofrera dois cercos por parte dos mouros. Esta praça marroquina tinha grande valor estratégico para quem a conquistasse, ou seja, permitiria ter o controle do comércio que passava do Atlântico para o mar Mediterrâneo.

Entretanto com o passar do tempo esta valorização econômica, estratégica e comercial foi se esvaindo, notadamente pelos constantes ataques mouros, assim como o comércio muçulmano local foi esvaziado e por consequência os mercadores venezianos também abandonam a localidade. O reino de Portugal tinha grandes despesas com a cidade, administrar Ceuta era muito complicado mesmo contando com a competência do Capitão da Praça D. Pedro de Meneses, Alferes-mor de D. Duarte. Os problemas eram muitos, não havia mais comércio, nem pessoas disponíveis para o trabalho. A administração de Ceuta pela Coroa ficara a cargo do Infante D. Henrique. Os meios que a praça dispunha eram quase nulos e o reino de Portugal gastava muito dinheiro com logística, alimentação e pagamentos a cerca de três mil soldados na defesa da localidade.

¹⁶⁴ Cf. *Chronica del Sereníssimo Príncipe Don Juan, Segundo Rey deste nombre*, año 25, 1431, caps. XVIII-XX.

¹⁶⁵ COSTA, João Paulo de Oliveira. *“Henrique, O Infante”*. Esfera dos Livros, Lisboa. 2009. pp.159-160.

¹⁶⁶ DUARTE, Luís Miguel. *“D. Duarte, Requiem por um rei triste”*. Mem Martins: Círculo de Leitores, 2005, pp. 60-85.

O Rei D. Duarte não desejava abrir mão de Ceuta, pois no seu entender tinha que perpetuar e manter o patrimônio da coroa que herdara que a tinha conquistado com tanto custo. O Infante D. Henrique por seu lado, também não queria desistir de Ceuta.

Seus interesses econômicos na localidade eram bastante substanciais, haja vista que ele era o administrador da praça. Para outros segmentos da sociedade lusitana a manutenção de Ceuta era primordial, a nobreza também não via com bons olhos a entrega de uma cidade aos mouros, que tanto custou a conquistar junto à coroa, e mesmo pela qual lutou. A cidade não tornava a nobreza rica, não tinha grandes meios de subsistência, porém, sua entrega causaria a ruína de vários nobres que perderiam cargos e benesses.

Em relação ao clero, também desejavam a manutenção de Ceuta, que não se deveria abandonar, pois assim perderia a esfera de influência evangelizadora que possuía em África. Além do fato que bispos eram nomeados e mesquitas transformadas em igrejas, e este segmento da sociedade não queria ver isso desaparecer, caso o reino entregasse a cidade de novo aos muçulmanos.

“Estrategicamente, Ceuta ficava no norte de África, logo a seguir ao estreito de Gibraltar. Granada ainda era conquista muçulmana na península, e o continente africano também o era. Esta cidade ficava como que no meio de dois redutos mouros. Para a manutenção da paz, e com a sua cidade conquistada, a Coroa Portuguesa teria de chegar a acordo com os mouros. Esta era uma hipótese impossível, pois os muçulmanos nunca aceitariam tais termos”.¹⁶⁷

Uma possível guerra contra Granada causaria mais tarde, diante de uma vitória, novos problemas políticos e diplomáticos com Castela. D. João I, no passado teve que arcar com vultosos gastos nas guerras contra Castela, além da dificultosa pacificação das regiões fronteiriças do reino, tornando assim esta hipótese pouco aceitável pelo rei. D. Duarte também sabia disso e não era o único a não querer intervir em Granada. Os únicos que apoiavam uma ida a Granada eram D. Fernando o Conde de Arraiolos e o Infante D. Henrique¹⁶⁸.

¹⁶⁷ MOREIRA, Hugo Daniel Rocha da Silva. “A campanha militar de Tânger”. Dissertação de Mestrado em História Medieval e do Renascimento. Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto. 2009, pp.24-25.

¹⁶⁸ Nas biografias da autoria de Peter Russell e Luís Miguel Duarte, sobre D. Henrique e D. Duarte respectivamente, que a melhor solução seria prosseguir as conquistas em Marrocos em outro momento, quando as finanças do reino estivessem mais estáveis e Portugal mais bem preparado para uma nova guerra. Neste momento, não o estava. IN: MOREIRA, Hugo Daniel Rocha da Silva. “A campanha militar de Tânger”. Dissertação de Mestrado em História Medieval e do Renascimento. Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto. 2009, p.25.

Diante do impasse D. Duarte para resolver a questão em definitivo e, eventualmente, obter um financiamento para uma expedição militar, D. Duarte convoca cortes, que têm a sua abertura em Almeirim, perto de Santarém. Assim, nas Cortes de Leiria¹⁶⁹, convocada em Agosto de 1436, o rei comunica a decisão de organizar uma expedição militar em África, liderada pelos Infantes D. Henrique e D. Fernando.

Segundo a pesquisadora Kátia Michelan, um dos argumentos do rei D. Duarte em favor da continuidade da guerra no Marrocos, provavelmente em Tânger, em 1437 e exposto no Livro dos Conselhos ou “Livro da Cartuxa”, deveu-se a diminuição do “ [...] bom exercício das armas”, muitas “[...] gentes e reinos perderam”.¹⁷⁰

“ Dado o entendimento da guerra como necessária à nobreza, a inquietação de D. Duarte se justificava, grosso modo, como forma de acréscimo de bens, rendimentos e jurisdições, decorrentes da recompensa dos serviços prestados, e como condição para os nobres alcançarem honra, fama e proveito.¹⁷¹ A guerra era necessária, porque proveito sem honra não era recomendado à nobreza, uma vez que o lucro e a pura ganância desonrariam quem os tivesse.¹⁷² A honra era alcançada, segundo os conselhos de D. Duarte, com “ [...] grandes feitos de guerra” e com uma vida virtuosa em tempo de paz.¹⁷³ [...] Em suma, o proveito, para os nobres do século XV, deveria ser decorrentes das virtudes cavaleirescas e da fidelidade ao rei, em caso de guerra ou de paz, através de recompensas e cargos por serviços prestados”.¹⁷⁴

É importante destacar a posição do Infante D. Pedro no *Concelho* de 1436 contra a conquista de Tanger. “Apesar de o Infante opinar que a conquista era um feito em que a determinação, seguindo vejo, vá além do conselho”, opinião destinada ao irmão e rei D. Duarte, “*que quem vos nele aconselhar em contradição, mais porá escândalo do que contentamento em vossa alma*” realça a preocupação espírito crítico e lucidez do Infante frente esta demanda.

¹⁶⁹ SOUSA, Armindo de. “*As Cortes Medievais Portuguesas (1385-1490)*”, Porto, Instituto Nacional de Investigação Científica (Centro de História da Universidade do Porto), 1990, pp. 348-349.

¹⁷⁰ *Livro dos Conselhos de De El-Rei d. Duarte* (Livro da Cartuxa). Lisboa: Estampa 1982.p.135.

¹⁷¹ COELHO, Maria Helena da Cruz. “D. João I: o que re-colheu Boa Memória” *Lisboa*”: temas e debates, 2008. P.226.

¹⁷² MATOSO, José (Dir). ”História de Portugal. A monarquia Feudal (1096-1480)”. Lisboa. Estampa, 1997.p.368.

¹⁷³ D. Duarte. “Leal Conselheiro”. Maria Helena Lopes de castro (Ed).Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, s.d. p.40.

¹⁷⁴ MICHELAN, Kátia Brasilino. “Ceuta, para além da terra dos mouros: Fabricação histórica de um marco do império português (século XV e início do XVI)”. Tese (Doutorado em História) UNESP. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. Kátia Brasilino Michelan. Franca: [s.n], 2013, 230f. pp. 82-83.

“(…) digo que já não faço dúvida em ser bem e serviço de Deus os mouros inimigos da Fé serem guerreados, contanto que este bem não traga consigo danos e males muito maiores... (….) se tivésseis dinheiro, que é o nervo principal e parte formal deste negócio, para suprires vossas despesas e a provisão necessária aos que vos houvessem de servir; mas eu... sei que o não há vosso. Pois de vossos povos sabeis que... o não podeis tomar sem grande cargo da vossa consciência, o que não deveis de fazer. E para mudardes moeda¹⁷⁵ em vosso proveito, com dano de todo o vosso reino, não podeis como rei, pois não deveis como justo e cristão. (...) Mas posto que passásseis e tomásseis Tânger e Alcácer e Arzila, queria Senhor saber que lhe fareis, porque povoá- las com reino tão despovoado e tão minguido de gente como este nosso, é impossível. E se o quisésseis fazer seria torpe comparação, como quem perdesse boa capa por mau capelo, pois era certo perder-se Portugal e não se ganhar África (...) Pelo qual, Senhor, concludo... que agora nem em algum tempo Vossa Mercê se não deve entremeter nesta guerra de África.”¹⁷⁶

Segundo Peter Russell (2004) a preparação para a expedição a Tânger foi um verdadeiro desastre, com proporções que só se mediram tardiamente quando as forças portuguesas estavam em campo, em Marrocos¹⁷⁷. Não houve um segredo na preparação da armada e exército, as informações que o infante D. Henrique dispunha sobre o Sultanato de Marrocos estava defasada, revelando o despreparo logístico da campanha.

“A expedição seria comandada pelo Infante D. Henrique. O Infante D. Fernando teria, como segundo comandante do exército, a tão esperada oportunidade de provar sua coragem. O facto de não ter qualquer experiência militar não era visto como impedimento à sua nomeação. O seu primo D. Fernando, Conde de Arraiolos, acompanhá-los-ia como Condestável. Trata-se de uma nomeação inesperada, considerando que escrevera tão energicamente contra o projecto marroquino vários anos antes. No entanto, talvez o rei D. Duarte esperasse que o conde, conhecido como homem de grande força, acalmasse a afamada impetuosidade de D. Henrique. À luz do que iria acontecer, o facto do Conde de Arraiolos ser um dos líderes da expedição representaria um forte apoio político para o Infante”.¹⁷⁸

Em relação a real situação da Praça marroquina, o pesquisador Hugo Moreira da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, relata em sua pesquisa que a praça de Tânger estava bem organizada e preparada para se defender, visto que assim que o rei D. Duarte deu o seu aval em 1436, nas respectivas cortes. Os inimigos de Portugal, Castela, Aragão e Navarra já

¹⁷⁵ “Mudar moeda” significa desvalorizar a moeda. Esta operação financeira era positiva para o tesouro real mas muito negativa para a população, pois traduzia-se num aumento geral e descontrolado dos preços – “*dano de todo o vosso reino*”, como afirma D. Pedro.

¹⁷⁶ Godinho, Vitorino Magalhães, “Documentos sobre a Expansão Portuguesa”, Vol. II, Lisboa, 1945.

¹⁷⁷ RUSSELL, Peter. “Henrique, O Navegador”, Lisboa, Livros Horizonte, 2004, pág. 131.

¹⁷⁸ RUSSELL, Peter. “Henrique, O Navegador”, Lisboa, Livros Horizonte, 2004, pp.158-159..

sabiam que os portugueses iriam partir e organizar uma expedição a Marrocos. Logo, era certo que os muçulmanos também o soubessem.

“No que concerne a D. Henrique, podemos dizer que este infante foi, de toda a família de Avis, aquele que mais poder teve para que a expedição se realizasse e tivesse o sucesso que ele esperava. Pela leitura que fizemos da biografia deste infante, da autoria de Peter Russell e da biografia de D. Duarte, podemos concluir o seguinte: a obsessão pelas Cruzadas era uma realidade da vida do infante e algo que o acompanhou até ao fim da sua vida em 1460. O zelo cruzadístico deste infante levou-o a tomar decisões que muito prejudicaram o seu reino. O poder e influência que este tinha na corte eduardina era tal que, quaisquer que fossem as opiniões dos outros seus irmãos, a sua valia quase sempre, mesmo que errada. Era dono de uma astúcia e genialidade imensa, muito convincente e persuasivo e sobretudo muito determinado, mas não mostrava nenhum dote de argumentação escrita”¹⁷⁹.

Como exposto anteriormente, Infante D. Pedro era um ferrenho opositor da campanha militar em Tânger. Em diversas ocasiões oficiou a seu irmão, o soberano D. Duarte, uma série de motivos para abortar a expedição. Crítico de seu irmão D. Henrique, acusando-o de só ver os seus próprios benefícios que lhe traria a expedição, acrescentando riqueza, poder e nome; mas que era um projeto que não pensava nas consequências que uma nova guerra traria para o país. Mais tarde, entretanto o mesmo D. Pedro viria a ter participação efetiva na organização da expedição embora estivesse contra a mesma, angariando soldados numa das comarcas do reino.¹⁸⁰

Para logística da campanha, Russell (2004) cita na biografia do Infante D. Henrique “foram 3500 homens de armas a cavalo, 500 besteiros montados, 2500 besteiros desmontados, 7000 peões e 500 criados, estes últimos não fazendo parte do contingente militar”¹⁸¹. D. Henrique acreditava contar para tal expedição um grupamento aproximado de 14.000 homens, entretanto ao chegar ao seu destino no Marrocos, contava com pouco mais de 8.000. O Infante sentiu a redução em suas supostas forças, mas não desistiu da expedição. Muitos barcos foram trazendo soldados oriundos de regiões da Alemanha, França, Inglaterra e Flandres não chegaram.

¹⁷⁹ MOREIRA, Hugo Daniel Rocha da Silva. “A campanha militar de Tânger”. Dissertação de Mestrado em História Medieval e do Renascimento. Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto. 2009. p.49.

¹⁸⁰ O infante recrutou soldados em três regiões do país: Entre Douro e Minho, Beira e Trás-os-Montes. Por isso como podemos constatar, apesar de ser contra uma nova investida militar em Marrocos, D. Pedro teve o seu papel, não se mostrando inativo. (SANTOS, Domingos Maurício Gomes dos – D. Duarte e as responsabilidades de Tânger (1433-1437), Lisboa, 1960, pág. 23

¹⁸¹ RUSSELL, Peter. “*Henrique o Navegador*”. Lisboa, Livros Horizonte. 2004.p.151.

O espírito de cruzada está presente, de modo geral, nas descrições feitas sobre as motivações do Infante nesta campanha marroquina. Em o “*Mito e Memória do Infante D. Henrique*”, Maria Isabel João (2004) lembra os valores cavaleirescos da Idade Média presentes nos relatos cronísticos sobre sua personalidade e impetuosidade em combate, ao mesmo tempo reforça a opinião crítica de alguns autores sua pouca habilidade como estrategista em campo:

“Contudo, no século XIX, autores como Rebelo da Silva e Oliveira Martins salientaram a inépcia de D. Henrique como general, sobretudo no malogro da expedição de Tânger. O primeiro atribuiu os erros no comando daquela empresa militar à impaciência e à crença na protecção divina, típica da mentalidade da época, e concluiu que se o facto "não abona a capacidade do Infante como capitão, pelo menos atesta a sinceridade do seu zêlo"¹⁸². Oliveira Martins assinalou os sucessivos erros tácticos do comandante da expedição, desprezando inclusive os conselhos de D. Duarte, completamente dominado pela teima do seu génio púnico"¹⁸³.

Em 1437, foi organizada uma grande expedição militar sob a liderança dos Infantes D. Henrique e D. Fernando e o Condestável do reino D. Fernando, Conde de Arraiolos, antigo opositor da realização de tal empresa. O ataque se tornou um dos maiores desastres militares da história de Portugal, além do cativo e morte de D. Fernando, conhecido como o “Infante Santo”.

Sobre a campanha conduzida pelo infante D. Henrique a partir de 9 de setembro 1437, João Paulo de Oliveira Costa (2009) comenta a sua atuação desastrosa, devendo figurar nos anais da História militar como um exemplo claro de como um comandante não deve proceder.

“De facto, o infante acumulou erros consecutivos até que se rendeu para evitar a chacina das suas forças. Nada disto devia ter acontecido, mesmo que a tomada de uma praça fortificada se verificasse impraticável, mas as opções de D. Henrique e os seus descuidos foram fatais para sua hoste.

Em primeiro lugar optou por deslocar grande parte das suas forças de Ceuta para Tânger por via terrestre, demorando quatro dias e desgastando os seus homens sem proveito. O mais lógico e recomendável teria sido o transporte do exército por via marítima, embora fosse uma manobra menos honrosa. Os mouros, que já estavam prevenidos do desembarque de milhares de cristão em Ceuta, puderam reforçar as suas defesas e perceber melhor o alvo prioritário do inimigo. Ao contrário de 1415, não foram surpreendidos e a guarnição de tanger contava, inclusive, com o reforço

¹⁸² SILVA, Rebelo da . “*O Infante D. Henrique*”, in *Archivo Pittoresco*, Lisboa, Editores Castro & Irmão, vol. IX, 9º ano, 1866, p. 86.

¹⁸³ JOÃO, Maria Isabel. “*Mito e Memória do Infante D. Henrique*”, Lagos, 2004, p.32.

de besteiros granadinos¹⁸⁴. Esta era uma campanha militar bem inserida na secular guerra que cristãos e muçulmanos travavam pelo Garb d'aquém e d'lém mar.”¹⁸⁵

O cronista Rui de Pina descreve D. Henrique como um homem que *peleja com vontade e dotado de grande valentia*. Ao mesmo tempo era muito imprudente e impulsivo, não aceitava os conselhos e agia impetuosamente, falhando como estrategista e general. Em sua narrativa enumerava os detalhes de planejamento e as sucessivas falhas coordenação das ações militares. O Infante levou sete dias para montar o arraial (acampamento de tropas) e preparativos para o assalto da cidade.

Sobre o assalto planejado pelo Infante, Rui de Pina relata:

“O primeiro assalto é um fracasso desastroso, pois as *escalhas e engenhos* que deveriam permitir trepar os muros não eram de tamanho suficiente e faltavam bombardas grossas, além de pedra e pólvora em quantidade suficiente, para provocar danos de monta nas muralhas da cidade. Foi preciso mandar buscar na praça de Ceuta o que faltava e esperar para se tentar nova investida sobre a cidade. Entretanto, enquanto se montava o acampamento e já depois do primeiro assalto, s cavaleiros não desistiam de fazer surtidas pelos campos, em escaramuças e recontros que desgastavam as forças dos portugueses. Até que chegaram os reforços mouros para socorrer a cidade sitiada, constituídos por grande quantidades de homens a cavalo e a pé. O Infante D. Henrique saiu do acampamento a dar-lhes combate e só no regresso da peleja se apercebeu que precisava de mandar guardar com maior diligencia do arraial, isto é, a sua indispensável retaguarda”.¹⁸⁶

Nos preparativos do cerco a Tânger, os chefes militares perceberam a imprudência de D. Henrique, seu comandante mor subestimara o número das tropas inimigas. A praça era muito maior do que imaginaram e fortemente defendida. As muralhas eram bem fortificadas e bem defendidas, com um enorme contingente de besteiros. Percebera também que os defensores dispunham de artilharia pesada contra os sitiantes.

O Governador de Tanger era um adversário de respeito, *Salah bem Salah*, velho inimigo de D. Henrique, derrotado pelo infante em Ceuta em 1415. Fato que tornaria esta campanha, mas difícil de efetivar, dado a possibilidade de revanche favorecendo os mouros¹⁸⁷. Pelos relatos

¹⁸⁴ DUARTE, Luís Miguel .” *D. Duarte, Requiem por um rei triste*”. Mem Martins: Círculo de Leitores, 2005, p.244.

¹⁸⁵ COSTA, João Paulo de Oliveira. “*Henrique, O Infante*”. Esfera dos Livros , Lisboa. 2009. p. 230.

¹⁸⁶ PINA, Rui de. “*Chronica do senhor rey D. Duarte*”. In *Crónicas*, Introdução e revisão de M. Lopes de Almeida, Porto, Lello & Irmão editores, 1977, cap. XXVI, p.545.

de Rui de Pina foram gastos três dias para o desembarque de suprimentos das embarcações para a praia. Frei João Álvares¹⁸⁸, narra que durante a espera foram tentados três assaltos fracassados a Tânger.

Sobre os erros táticos em Tânger, Peter Russel (2004) comenta.

“O que se sobressai nas narrativas do cerco de tanger e inúmeros documentos que se referem é o papel chave das paliçadas de madeira, ou palanques [...]. As barreiras no lado norte foram erguidas não muito longe do mar, mas, contrariamente às ordens explícitas de D. Duarte, não foi construído nenhum corredor entre o acampamento e a praia que desse acesso seguro à frota ancorada ao largo. As praias eram, portanto, campo aberto. Este foi, porventura, o maior erro tático de D. Henrique[...]. Embora fosse bastante normal que um exército sitiante construísse uma paliçada para proteger as suas provisões e equipamento contra os assaltantes ou investidas dos sitiados, providenciar uma paliçada para onde todos os sitiados pudessem recuar, por questões defensivas, não se enquadrava nas preferências de D. Henrique por uma atitude completamente agressiva no que respeitava a operações militares. Por ter pensado que um corredor protegido desde o acampamento até às praias não era aceitável, precisamente porque podia ser visto pelas suas tropas como uma potencial e segura linha de retirada se as coisas começassem a correr mal.”¹⁸⁹

Encurralados pelos mouros no palanque¹⁹⁰ D. Henrique acerta um acordo com os mouros, assinado em 17 de Outubro¹⁹¹. João Paulo de Oliveira Costa especula à cerca das narrativas de Rui de Pina, onde o cronista diz que o Infante D. Henrique queria ficar como garantia do acordo para libertação de suas hostes. O grande questionamento para o autor seria quais os argumentos utilizados pelo Infante D. Fernando a se entregar como refém para os mouros. Nas palavras de Peter Russell, adjetivava D. Henrique “como o menos Sentimental dos homens”¹⁹², que persuadindo o seu irmão, este, ingenuamente caminhou para o cativo que seria fatal.

¹⁸⁷ RUSSELL, Peter. “*Henrique o Navegador*”. Lisboa, Livros Horizonte. 2004.p.165-166,

¹⁸⁸ Foi secretário do Infante D. Fernando, filho do rei D. João I. Apanhado pelos Mouros, sofreu cativo com o infante em Arzila. Foi resgatado em 1448, alguns anos após a morte do infante. A pedido do Infante D. Henrique escreveu a Crónica do Infante Santo D. Fernando. Nomeado abade do mosteiro de Paço de Sousa, dedicou-se à tradução de algumas obras piás: Regra de São Bento, os Sermões aos Irmãos do Ermo atribuídos a Santo Agostinho, e o livro I da Imitação de Cristo. Viajou até à Flandres na companhia da Duquesa de Borgonha, vindo a morrer em Portugal. <http://alfarrabio.di.uminho.pt/vercial/jalvares.htm>. Site apoiado pelo Alfarrábio da Universidade do Minho | © 1996-2015 Projecto Vercial.

¹⁸⁹ RUSSELL, Peter. “*Henrique, o Navegador*”. 2004.p.166.

¹⁹⁰ Paliçadas de madeira erguidas pelos portugueses para protegerem o acampamento que estabeleceram para o cerco de Tânger.

¹⁹¹ COSTA, João Paulo de Oliveira. “*Henrique, O Infante*”. Esfera dos Livros, Lisboa. 2009. pp. 234-235.

¹⁹² RUSSELL, Peter. “*Henrique o Navegador*”. Lisboa, Livros Horizonte. 2004.p.175.

Sobre a rendição, Hugo Moreira (2009) comenta:

“De domingo até quarta-feira, tratou-se dos termos do acordo que se fez para deixar Tânger, que são os seguintes: Os mouros deixavam ir livremente os portugueses, apenas com a roupa que traziam vestida; Todo o material militar, assim como os cavalos e todo o equipamento militar que estavam no arraial eram dados aos mouros; A cidade de Ceuta tinha de ser entregue aos mouros, assim como todos os mouros que aí estivessem cativos; D. Duarte teria que estabelecer com eles, por mar e por terra, paz definitiva, assim como com todos os mouros da Berberia; Salah Ben Salah dá seu filho como garantia de segurança de embarque dos cristãos, sem que haja confrontos; Como garantia da segurança do filho ficam reféns Pedro de Ataíde, João Gomes de Avelar, Rui Gomes da Silva e Aires da Cunha; Como garantia da entrega de Ceuta, assim como todos os seus cativos, ficou refém o Infante D. Fernando.”¹⁹³

Consumado a derrota humilhante em Tanger e a captura de D. Fernando, realizaram-se cortes, entre Janeiro e Fevereiro de 1438, nas quais o soberano D. Duarte solicitou opiniões sobre possíveis soluções para o cativo do infante D. Fernando. O infante D. Pedro, o clero e a grande maioria dos concelhos eram a favor da entrega da cidade.

Após o ocorrido o Infante D. Henrique não retornou a Portugal com os sobreviventes da malograda campanha militar, ele decidiu permanecer em Ceuta. João Paulo de Oliveira Costa (2009) levanta questionamento sobre a atitude do Infante, *Autoexílio* ou *Desterro*? E comenta.

“D. Henrique preferiu ficar em Ceuta, após a retirada do palanque. Talvez lhe custasse admitir que teria de regressar a Portugal sem D. Fernando, pois, como referi, no seu íntimo é bem provável que, uma vez mais, tivesse acreditado que um *milagre* resolveria o problema. Mais tarde, ao ser chamado pelo irmão e rei D. Duarte recusou-se a comparecer na corte, pois afirmava que só retornava aí na companhia do irmão com que partira para a aventura africana. A permanência inicial em Ceuta também pode ser vista, como defende Peter Russell, como um golpe político: D. Henrique mostrava empenhamento pessoal na resolução do cativo de D. Fernando e adiava o confronto com os críticos”.¹⁹⁴

Existiam vozes destoantes em relação a hipótese da barganha do Infante D. Fernando por Ceuta, entre elas o Infante D. Henrique e o Infante D. João e do seu sogro, o Conde de Barcelos, e cunhado, o Conde de Arraiolos, dos *concelhos* de Lisboa e Porto e de alguns *Concelhos Algarvios* (que obtiveram vultuosos lucros com o abastecimento da praça). Ceuta,

¹⁹³ MOREIRA, Hugo Daniel da Silva Rocha Gomes. “A Campanha Militar de Tânger (1433-1437)”. Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2009, pp.82-83.

¹⁹⁴ COSTA, João Paulo de Oliveira. “*Henrique, O Infante*”. Esfera dos Livros, Lisboa. 2009 ,p.236.

apesar de todo o seu custo, era o único ponto da Cristandade em território infiel, pelo que deveria ser mantida a todo o custo.

O Rei D. Duarte era de opinião que se deveria tentar libertar o infante D. Fernando sem entregar a praça. Mas D. Duarte morreu antes de conseguir por fim ao cativo do irmão. Vários projetos que, ao longo da regência de D. Pedro, tentaram um novo acordo com os muçulmanos relativo ao cativo do infante, não obstante infrutífero devido à desconfiança existente entre as partes. Anos mais tarde, a Seis de Julho de 1443, morreria também o infante D. Fernando, após seis anos de cativo. Com a morte do infante a questão da entrega de Ceuta estava fora do contexto, e Tânger tornou-se, mais do que um desejo, uma questão de honra e de conquista, posteriormente no reinado de D. Afonso V, cognominado “O Africano”.



Figura 11: Pintura a óleo de José Malhoa, intitulada *O Sonho do Infante*, de 1905, com as dimensões de 4,00 x 3,85 m. Museu Militar, em Lisboa.

Fonte: [http://3.bp.blogspot.com/-](http://3.bp.blogspot.com/-BL06YhFfmO0/T00usJCLcpI/AAAAAAAAIPQ/uY4z7L8t5UU/s1600/img082.jpg)

[BL06YhFfmO0/T00usJCLcpI/AAAAAAAAIPQ/uY4z7L8t5UU/s1600/img082.jpg](http://3.bp.blogspot.com/-BL06YhFfmO0/T00usJCLcpI/AAAAAAAAIPQ/uY4z7L8t5UU/s1600/img082.jpg)

4.3. O CABO DE SAGRES



Figura 12: Região de Sagres, Portugal.

Fonte: <http://www.sagres.net/sites/portugues/historia-sagres-algarve-portugal.htm>

Como já citado as primeiras discussões sobre o tema Sagres, no Brasil, datam dos anos 50, Thomaz Oscar Marcondes de Souza¹⁹⁵, do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, que publicou, em 1953, um artigo na Revista de História da Universidade de São Paulo, intitulado: “*Ainda a suposta Escola Naval de Sagres e a Náutica portuguesa dos descobrimentos*”, onde tentou provar, recorrendo às contradições internas da própria historiografia lusitana, que a Escola naval de Sagres nunca existiu, não passando de uma criação da vaidade portuguesa.

Neste artigo, Marcondes de Souza cita diversos autores lusitanos, refutando o mito da *Escola de Sagres*. Citando o Dr. Duarte Leite, questiona a grande erudição apregoada por cronistas panegiristas do século XV:

“É totalmente destituída de fundamento a fama de vasto saber literário, matemático, astronômico e geográfico com que dota D. Henrique uma lenda por alguns levada a

¹⁹⁵ SOUZA, Thomaz Oscar Marcondes de. “*Ainda a suposta Escola Naval de Sagres e a Náutica portuguesa dos descobrimentos*”. Revista de História da Universidade de São Paulo. São Paulo 1953. pp.181-192.

proporções paroxísticas, deformando em homem de estudo quem de raiz o foi de ação. Contra êste erro vulgarizado protestam, como há anos fiz ver, todos os testemunhos conhecidos, dos' quais abertamente o negativo de Zurara que, no seu panegírico post mortem, não diz uma só palavra do seu amor a livros, embora enalteça e amplie tudo quanto a verdade ou a lisonja nele pôde catar. Sem dúvida o Infante era instruído, mas de cultura medíocre, muito inferior à dos irmãos, mais velhos, que nos deixaram obras indicativas de numerosas leituras, ao passo. que dele nenhuma ficou. Nada se sabe da sua biblioteca, embora devesse ser grande se o fosse a sua sabedoria livresca, enquanto há catálogos das dos irmãos D. Duarte, D. Fernando e do condestável D. Pedro, filho do infante dêste nome, em parte herdada do pai. E' possível que a tivesse doado em vida ao sobrinho e filho adotivo, o infante D. Fernando, visto como no seu espólio de móveis apenas apareceram livros de reza, uma crônica de Espanha, um livro de Evangelhos e o chamado Mestre das sentenças, do teólogo Pedro Lombardo, sendo de notar que êstes dois lhe foram emprestados". "Desconhecia as matemáticas além da aritmética elementar, como aliás quase todos os letrados da época, tolhidos pela numeração romana, e disto é exemplo D. Afonso V, mais esmeradamente educado do que o tio e a quem atribuem um escrito de astronomia contemplativa, o qual estava em 1453 tão atrazado em aritmética, que o financeiro judeu Abranel entendeu necessário explicarihe o que eram quebrados, e aditar uma longa tábua de multiplicação. Nestas condições é obvio que lhe era inteiramente vedada a parte matemática da astronomia, e apenas acessível a contemplativa: de certo conhecia o sistema ptolomaico do mundo, a exemplo do pai, que no seu "Livro de montaria" o mandou descrever por um bom retórico (incapaz como era de tal), mas duvido de que fãcilmente entrasse no tratado da "Sphera- de João de Sacrobosco, se porventura o tentou. A pouca, estou em dizer nenhuma importância que ligou às ciências exatas evidencia-se em que, não obstante ter doado ao Estado geral ou Universidade de Lisboa boas casas onde se insinasse as sete artes liberais, entre as quais se contavam a aritmética, a geometria e a astronomia, nunca nos vinte e nove anos seguintes da sua vida se professaram estas três no estabelecimento de que era governador e regedor: e não passa .5m . reparo, por contraste, que duas vêzes contemplou com valiosos donativos a cátedra de teologia". "Proclamam todos a sua grande competência em geografia.. O eminente historiador desta ciência Raimundo Beazley atribuilhe a manipulação dalguns dos sete mais antigos mapas, que nos legou a Idade-Média, e outros escritores numerosas leituras de autores medievais e antigos, como fôssem Ptolomeu e Plínio, do primeiro dos quais conheceu a "Cosmographia" e as suas tábuas, como atesta a relação dita do seu capitão Diogo Gomes, e do segundo a "Historia naturalis", aproveitada por Zurara na contemporânea crônica da Guiné. Mas nada abona a suposição de Beazley, antes ela é de rejeitar, e ao contrário se sabe que não estava ao par da cartografia catalã, apesar da estada em Portugal do seu representante Jácome de Malhorca; e -si é possível que estudasse geografia nalguma obra medieval, pode afirmar-se que não pôs os olhos nas antigas citadas, das quais no tempo provàvelmente nenhum exemplar havia em Portugal. Não é Diogo Gomes quem o faz leitor de Ptolomeu, mas Martinho Behaim, que redigiu aquela relação e nela introduziu coisas de sua exclusiva responsabilidade: e Zurara nunca leu Plínio, sendo o passo a êle referente um plágio descarado e inconsciente dum tratado castelhano de história universal. Em matéria geográfica, só se conhecem três autênticas opiniões do Infante, tôdas erradas, e daí a minha concordância com o douto Pedro de Azevedo, quando o disse "amador, em certas ocasiões de assuntos de geografia".¹⁹⁶

Baseando-se em Vitorino Magalhães Godinho, Marcondes de Souza refuta o grande saber, genialidade e cultura atribuída ao Infante ao pelos cronistas quatrocentistas e pela historiografia romântica e nacionalista do século XIX.

¹⁹⁶LEITE, Duarte. "*Coisas de vária história*". Seara Nova .Lisboa, 1941, páginas 13 a 18

"Não há qualquer prova de que o Infante fizesse as leituras que Góes lhe atribui. Pertence à lenda henriquina a idéia da vasta cultura de D. Henrique, profunda em cosmografia e geografia. E' muito plausível que fôsse menos culto do que os irmãos, e no seu espírito a religiosidade deveria sobrepujar a preocupação científica: dotou a cátedra de teologia e não as cadeiras do quadrivium. Na primeira metade do século XV não é mesmo lícito falar de espírito científico mas só de curiosidade pré-científica (enredada ainda na astrologia e alquimia), mesclada de preocupações práticas".¹⁹⁷

O período dos descobrimentos lusitanos insere-se num período histórico de longa duração, originados através de uma acumulação progressiva de conhecimentos técnicos e científicos, cuja aplicação experimental revolucionou por completo a organização política, social e econômica do medievalismo europeu. Para o novo olhar humanista, que inspirou a transição para modernidade, contribuíram em larga medida as caravelas portuguesas que abriram ao Mundo "*novos mundos*" nunca antes imaginados.

Segundo Peter Russell, Damião de Góis descrevia o Infante como um intrépido cavaleiro e defensor implacável da cristandade, além disto, o cronista atribuiu à figura de D. Henrique como um dedicado estudioso de autores antigos, de astrologia e cosmografia¹⁹⁸. Para ele o Infante se instalou em Sagres e reuniu ao seu redor um grande contingente de especialistas em marinharia. Complementa Russell (2004.).

"Através do permanente estudo de autores antigos, D. Henrique, de acordo com Góis, havia já aprendido que a África era circum-navegável e que a Índia podia ser alcançada navegando-se para leste do atlântico. O mesmo autor foi responsável por emprestar a sua autoridade ao romântico embuste – ainda hoje irresistível para muitos – segundo o qual D. Henrique se instalou, logo no início da sua carreira, em Sagres, perto do cabo de S. Vicente. Optara, segundo o que então se dizia, por fazer daqueles rochedos remotos e batidos pelo vento a sua residência permanente, a fim de poder prosseguir os seus estudos de cosmologia e navegação estrelar longe do bulício das coisas mundanas. Embora tais especulações do Infante pelo reino, ao longo dos anos, elas alegam, como parte constituinte indispensável aos mitos que o rodearam, que este infante organizara num dos cabos de Sagres uma escola onde, actuando ele próprio como mestre, ensinou a ciência da navegação oceânica a capitães e pilotos".¹⁹⁹

¹⁹⁷ GODINHO, Vitorino Magalhães. "*Documentos sobre a expansão portuguesa*", Lisboa, Editorial Gleba Ltda., volume I, página 140.

¹⁹⁸ GÓIS, Damião de. "Crônica do príncipe D. João". Ed. Graça Almeida Rodrigues, Lisboa: Universidade Nova, 1977, pp.20-22.

¹⁹⁹ RUSSELL, Peter. "*Henrique o Navegador*". Lisboa, Livros Horizonte. 2004. pp.20-21.

É através deste contexto histórico que o Algarve assume um papel mítico. As proximidades com o Mediterrâneo e o Norte de África, a experiência marítima nas pescarias de longa distância, a construção naval, os volumosos rendimentos da Ordem de Cristo e a intervenção do Infante D. Henrique, propiciaram ao Algarve a função catalisadora dos impérios ibéricos.

A obstinação no desafio dos mares e na expansão da cristandade e fé, o Infante se estabeleceu na baía de Lagos, o seu “grande porto de armamento”. A contar da fundação daquela que ficou conhecida como a “Vila do Infante” será um pequeno passo no tempo. D. Henrique começou por se acolher na região denominada de Raposeira, mas, de acordo com uma carta datada de 19 de Setembro de 1460, tal localidade já despertava no Infante uma visão ou olhar especial, na importância estratégica daquele promontório.

“ ... esguardando como ao cabo de Sagres vinham e veem mujtas carracas naaos guallees e ouytos naujos pousar por nõ acharem tempo de ujagem onde aqueeçia estarem per mujtos dias sem acharem nem hua consolaçom de mantimentos e doutras cousas neçessarias nem hisso mesmo daguaa quassy nada” e mais “estando elles assy aly alguns ffaleciã da vida presente E os lançauam per estas barrocas e prayas”²⁰⁰.

Sagres está localizada no extremo Sudoeste da Europa era um promontório Sacro desde tempos muito antigos, sendo uma zona sagrada e interdita ao mais comum dos mortais e onde S. Vicente²⁰¹ provavelmente estivera sepultado desde 760, até D. Afonso Henriques²⁰², em 1173, ordenar o traslado dos ossos, ficando então a chamar-se Cabo de S. Vicente. Era na

²⁰⁰ ANTT, Manuscritos da Livraria, códice 516, fl. 13 (pública-forma notarial e oficial datada de Tomar, 9-1-1461); Idem, Ordem de Cristo, códice 235, fl. 20; BNL, Fundo Geral, códice 737, fl. 35v.º

²⁰¹ Vicente de Saragosa ou *San Vicente Martir* é padroeiro do Algarve e da cidade de Lisboa. S. Vicente recusou oferecer sacrifícios aos deuses e foi cruelmente martirizado até à morte, ocorrido em 304. Reza a lenda que no século IV ali se teria refugiado das perseguições de Daciano (Delegado Imperial na Ibérica durante o reinado do Imperador Diocleciano), ou que simplesmente ali teria aportado o seu esquife, recebendo piedoso túmulo naquele sagrado rochedo. Em Portugal é representado de modos diversos: com palma e evangeliário ou, mais habitualmente, com uma barca e um corvo, porque, de acordo com a tradição, quando, em 1173, o rei Afonso Henriques ordenou que as relíquias do santo fossem trazidas do Cabo de São Vicente (o então “Promontorium Sacrum”), junto a Sagres, para a cidade de Lisboa, duas daquelas aves velaram o corpo do santo que seguia a bordo da barca – fato a que ainda hoje aludem às armas de Lisboa e de muitas outras povoações portuguesas.

²⁰² Cognominado "o Conquistador", foi o primeiro monarca de Portugal, governando de 1128 a 1185. Filho de D. Henrique de Borgonha e de D. Teresa de Aragão nasceu provavelmente em Guimarães (embora Viseu seja também um local apontado para o seu nascimento) em finais de 1108 (ou primeiros meses de 1109) e faleceu em 1185. Casou em 1146 com D. Mafalda , filha de Amadeu II, Conde de Moriana e Saboia.

localidade que as embarcações que navegavam entre o Mediterrâneo e o Atlântico Norte tinham por vezes de aguardar a chegada de ventos propícios.

O Promontório Sacro era uma zona árida e despovoada quando em 1443 o regente D. Pedro doou a região de Sagres ao seu irmão D. Henrique. Este aí mandou erguer a sua vila, usando para isso o trabalho de prisioneiros degradados. A construção foi realizada muito lentamente e assim o núcleo populacional ali feito, apenas em 1457 serviu como regular residência a D. Henrique. Este se apresenta como um imponente monumento criado pela natureza na região do Algarves. Ao longo dos séculos, o local foi se transformando em um local de culto nacionalista e objeto de estudos de renomados historiadores lusitanos e variadas nacionalidades. Sagres está estrategicamente situado no extremo da península algarvina, a localidade ganhava importância como um ponto de passagem entre o Atlântico e Mediterrâneo. Ao longo dos séculos a fortaleza ali edificada pelo Infante D. Henrique, sofreu inúmeros ataques de corsários marroquinos, cuja resistência coube aos gentios do barlavento algarvio.

Acredita-se que no local, o Infante edificou a lendária “*Vila de Sagres*”, mantida na memória até os dias atuais como o berço das navegações portuguesas. A designação oficial de Sagres foi originada de uma minúscula freguesia do *concelho* da Vila do Bispo, fixada no extremo sudoeste da costa portuguesa, também denominada pelo antigo nome de “*Sacrum Promotorum*” ou “Ponta de Sagres”.

Segundo José Carlos Vilhena Mesquita, um núcleo cristão foi erigido na localidade por volta do século XII, por invocação do mártir São Vicente, cujas exéquias foram trasladadas para Lisboa por volta de 1173.

Oliveira Martins no século XIX, observava a cerca do místico logradouro:

“Toda aquela mole imensa, que a fúria do oceano apenas consegue afagar, é um ninho marítimo de águias e gaviões do mar, um incomparável lugar onde tudo à volta respira grandeza amarga melancólica áspera e uma força ilimitada, recanto como não há em toda a costa portuguesa aspecto de conjunto com tão erma e trágica beleza, nem seria fácil encontrar refúgio e cenário mais próximo para um pensamento obstinado de herói e profeta, é como poucos lugares do globo tão

isolados do mundo a que se ligam tão grandiosas recordações da mítica e da história”.²⁰³

No *Sacrum Promotorum* foram erguidos as estratégicas fortalezas de Sagres, Beliche e Cabo de S. Vicente. Pelas mãos do infante, após seu retorno da bem sucedida expedição à Ceuta em 1415, D. Henrique se encantou pela imponência destas paragens estabelecendo ali sua residência. As mais remotas referências escritas (bibliografia e cartografia) relativas à região de Sagres foram produzidas entre o século IV a. C e o século IV da Era Cristã por autores greco-romanos, nomeadamente Éforo de Cime, Artemidoro de Éfeso, Estrabão e Rufio Avieno. A origem do topônimo "*Sagres*" resulta de uma denominação grega do século IV a.C. - *Hieron akrotérion* -, traduzida para o latim no século I a. C como Promontório Sagrado²⁰⁴.

A expansão marítima portuguesa insere-se num período histórico de longa duração, que se explica através de uma acumulação progressiva de conhecimentos técnicos e científicos, cuja aplicação experimental revolucionou por completo a organização política, social e econômica do medievalismo europeu, consolidando o vanguardismo lusitano. Para o novo espírito humanista, que inspirou a Idade Moderna, contribuíram em larga medida as caravelas portuguesas que abriram ao Mundo “novos mundos” nunca antes imaginados.

Desse passado resistem os aglomerados urbanos remanescentes, cujo patrimônio cultural constitui a principal referência de visitação nesta inóspita região. Neste logradouro o Infante D. Henrique fixou a residência aonde viria a falecer em 13-11-1460. Como ponto referencial de visitação na localidade de Sagres destaca-se a Fortaleza, reconstruída no séc. XVI, que circunda todo o istmo da Península, a “Rosa dos Ventos” e Igreja de nossa Senhora da Graça, embora em livros paroquiais desde 1713, referenciadas com o nome de Santa Maria da Graça.²⁰⁵

²⁰³ MARTINS, Oliveira. “*Os filhos de D. João I.*” Lisboa, Guimarães Editores, 1993, p. 75.

²⁰⁴ MESQUITA, José Carlos Vilhena. “Sagres, Um lugar na História e no Patrimônio Universal” . Revista Stilus nº 2- Janeiro/Junho. Algarve, 2000, p. 119-120.

²⁰⁵ Idem.p.127.



Figura 13: Igreja de Nossa Senhora da Graça, onde segundo reza a tradição esteve sepultado São Vicente, cujas relíquias foram levadas para Lisboa numa barca de pescadores ladeada por corvos, que compõem o brasão da cidade. Fortaleza de Sagre, Algarve, Portugal.

Fonte: Fotografia por Eve Anderson. 2010.

Relembrando Oliveira Martins, em sua obra “*Os Filhos de D. João I*”, Infante D. Henrique buscou sempre proceder com acerto e justiça, sendo o primeiro grande líder da maior aventura portuguesa, a expansão ultramarina.

“A simpatia e a grandeza dos homens, como foi o infante D. Henrique, não está propriamente, pois, no caráter ou na individualidade: está na empresa a que se devotaram. E como o plano do infante era verdadeiro e fecundo; como a sua ideia de um Portugal novo, destacando-se da Espanha e estendendo-se, pelos confins de Marrocos, África em fora, a limites indeterminados nas regiões desconhecidas do mundo, provou afinal ser uma realidade, devemos-lhe, nós portugueses, uma segunda pátria; e deve-lhe a civilização europeia uma das três ou quatro conquistas fundamentais. É isto apesar das sombras que por vezes lhe escurecem a vida, e de não se lhe encontrar beleza, nem o encanto humano que distinguem outros filhos de D. João I”.²⁰⁶

Do antigo conjunto arquitetônico, contemporâneo do Infante e fielmente desenhado por Sir Francis Drake em 1587, faziam parte a Igreja de Nossa Senhora da Graça, do séc. XV, as casas da correnteza e a *Rosa dos Ventos*. Sobre este monumento, descoberto em 1928, mas que se admite remontar à época henriquina compõe-se de pequenas pedras que partem de um único centro, formando ângulos desiguais, cujo diâmetro atinge 43 metros.

²⁰⁶ MARTINS, Oliveira. “*Os filhos de D. João I*”. Lisboa, Guimarães Editores, 1993, p. 58.

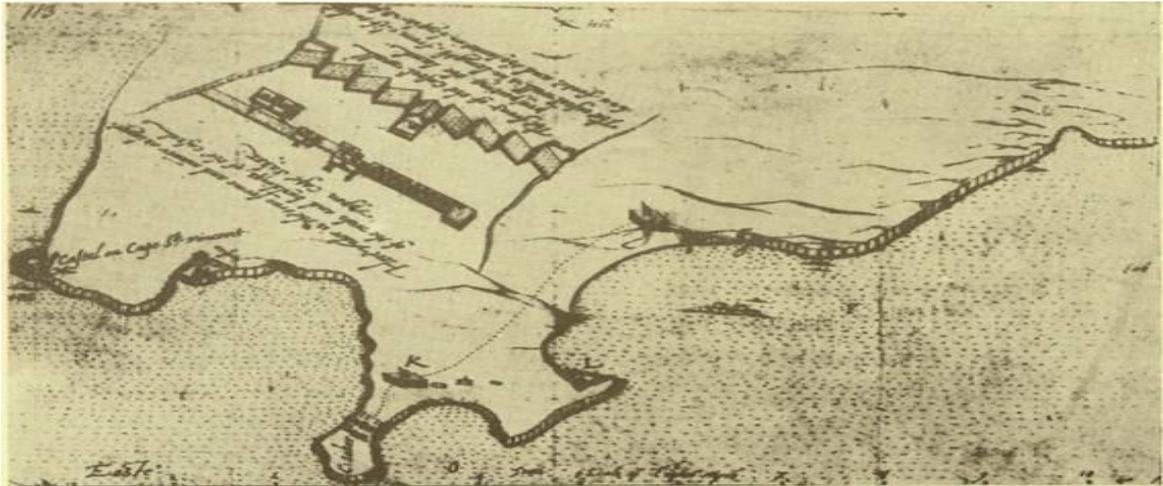


Figura 14 - DESENHO DA COSTA DO ALGARVE. Ilustrativo do ataque feito em 1577 por Francis Drake sobre Sagres e a fortaleza de S. Vicente, vendo-se alto, ampliada, a fortaleza de Sagres.

Fonte:: Museu Britânico, Coleção Cotton -HCPM vol I pag. 312.



Figura 14: Situada bem dentro do Cabo de Sagres, este círculo ainda é hoje motivo de debate e de teorias pouco ou nada consensuais, quer quanto à sua utilidade, quer quanto ao seu simbolismo, quer quanto à sua carga mística. Tem 43 metros de diâmetro e a sua circunferência faz-se também pelo uso de pedras que geometricamente desenhavam a roda. Foi desenterrada em 1919. Inicialmente associaram-na à escola náutica aqui fundada pelo Infante D. Henrique. Portugal, Distrito de Faro, Sagres.

Imbuído de missão cruzadista, conquistas dos mares e na expansão da Fé, o Infante se estabelece na baía de Lagos, o seu “grande porto de armamento”. Daí até à fundação daquela que ficou conhecida como a “*Vila do Infante*” demandou no tempo.

Reconhecendo a primazia e utilidade de ali erguer “uma povoação para dar mantimento e outras coisas necessárias aos que nas naus e galés, ali vinham pousar”, logrou obter desde 27 de Outubro de 1443 uma carta, de seu irmão o regente D. Pedro, autorizando-o a “fazer certa poboração ou poboraçoens cercadas no cabo de Trasmalmenar”. Este local, que, segundo um

manuscrito de Munique, havia sido vítima de “longa despovoam e destruímento de mouros” fora outrora uma pequena fortificação que aparece citada com o nome de “Terçanabal” por um cruzado que assistira à conquista de Silves, em 1189.

Não é infrequente a designação de “Trasfalmenar”²⁰⁷ para identificar o mesmo Cabo de Sagres, onde não restam dúvidas de que se teria erigida a famosa vila do Infante. No entanto não há evidências que o Infante a partir Sagres, tenha enviado suas caravelas, para “darem ao mundo novos mundos nunca dantes navegados”, nem ali fundou qualquer escola ou academia náutica, nem tão pouco sobre o “Trasfalmenar” existiu qualquer arsenal-estaleiro, como vulgarmente se propalava há algumas décadas atrás. É prudente contemporizar que Sagres pouco teve que ver com os descobrimentos, pois José Carlos Vilhena Mesquita com essa reedificada “vila do Infante” se pretendeu, servir como posto avançado no auxílio de *mareantes* acometidos pelos corsários e pelas violentas nortadas que, poucas vezes, os obrigavam a dar à costa.

Segundo alguns biógrafos do Infante, João Paulo de Oliveira Costa e Maria Isabel João caberia não a Sagres, mas a Lagos, a denominação de a capital dos *Descobrimentos*, cujas condições naturais propiciavam maior segurança às embarcações, dedicando-se os seus povoadores quase exclusivamente à pesca. É importante observar que em o seu termo nasceram alguns dos *argonautas* mais famosos da epopeia marítima lusitana. Em 1460 faleceu o Infante D. Henrique 17 anos depois da citada autorização para fundar a sua vila, e, posto que ali “obrasse continuamente”, o certo é que nela “avya soamente os muros, que eram de boa fortaleza, com alguas poucas casas”, conforme relatou Zurara.²⁰⁸

João Paulo de Oliveira e Costa acredita que se realmente o Infante tivesse criado uma escola de navegação, tal escola teria existido em Lagos. Denota o autor: “Embora não possamos localizá-la em sagres, parece-me óbvio que o sucesso dos Descobrimentos henriquinos passou pela existência de um centro dinamizador de conhecimento, onde as informações recolhidas

²⁰⁷ A designação de Trafalmenar e Terçanabal, atribuídos ao Cabo de Sagres não passa de uma corruptela da designação árabe de Tarf Almenara”, traduzível por cabo do Farol ou da Vigia, mas “ Terça Naval”, deverá se relacionar-se com terça e tercena antigos vocábulos para arsenal. Mas há quem interprete Tarf Anabal como herança cartaginesa , significando cabo de Aníbal. In: Cf. Francisco Fernandes Lopes, *A Figura e obra do Infante D. Henrique*. Lisboa , Portuália Editora,1960,p.60.

²⁰⁸ ZURARA, Eanes. “ Crônicas da Guiné”.

no mar podiam ser analisadas por homens de conhecimentos e de experiências variadas, e onde se encontravam as respostas técnicas, e mesmo científicas, indispensáveis para o prosseguimento das navegações com segurança”. Costa faz uma alusão de um espaço de convívio e de cruzamento das novas expedições, e de experiências e de saberes, que criou uma escola, a ser entendida neste caso específico como um estilo próprio de navegação²⁰⁹.

A historiadora Maria Isabel João em seus estudos sobre Sagres²¹⁰ cita o historiador lusitano Brito Rebelo, do século XIX, que considerava a base do governador da Ordem de Cristo, no Algarve, era Lagos e desdenha das fantasias em torno de Sagres:

“Não achando noticias precisas nem documentos autenticos, recorrem à inventiva, e então apresentam o Infante entregue ao estudo de mathematica e outros; e não falta quem o pinte como um solitario, afastado de tudo, confinado em uma ponta do Algarve, só entregue à contemplação do céu e dos astros, perguntando ao mar pelos seus segredos, sonhando descobrimentos e glorias. Outros menos modestos começam a inventar-lhe um palacio que era uma escola de virtudes; d’aqui a transformal-o n’uma escola de nautica e cosmographia pouco distou, e como consequência, vem a criação de um observatório!”²¹¹

O infante D. Henrique fez de Lagos a sua cidade e mais tarde, Sagres o seu refúgio, talvez para expiar os remorsos sentidos por ter convencido o seu irmão D. Fernando a tomar o seu lugar como refém, após a desastrosa expedição de 1437 a Tanger, enquanto ele vinha a Portugal tratar da entrega de Ceuta ao rei de Marrocos. Após o polemico acordo em Tanger, D. Henrique logo fez saber que tal entrega estava fora de questão e assim D. Fernando ficou cativo em Marrocos, onde veio a morrer em Fez após anos de tortuosa prisão.

Lagos, localizado na antiga Lacóbriga²¹² romana, se tornou o porto de armamento das caravelas do Infante. Desta localidade partiram os primeiros argonautas que irão descobrir as ilhas atlânticas e margearem a costa africana, na busca duma passagem para os mares da

²⁰⁹ COSTA, João Paulo Oliveira e. *Henrique o Infante*. Lisboa. Esfera dos Livros. 2009. p.298.

²¹⁰ JOÃO, Maria Isabel. “*Mito e Memória do Infante D. Henrique*”. Câmara Municipal de Lagos/ Comissão Municipal dos descobrimentos. Lagos. 2004. p.42.

²¹¹ REBELLO, J. I. de Brito, “*Villa do Infante*”, in *O Occidente*, vol XVII, Lisboa, 1894, p. 66

²¹² Lacóbriga (Lacobrica em latim) foi uma antiga povoação de origem Celta, normalmente identificada como a antecessora da atual cidade de Lagos, em Portugal. Outras localidades apontadas como prováveis antecessoras de Lacóbriga são: Arrábida, Alandroal, Coimbra. O local aonde se erguia a urbe de Lacóbriga ainda é discutida, tendo sido apontadas várias hipóteses, como a Fonte Coberta, Serro da Amendoeira, Figueira da Misericórdia, Figueiral, e o Paúl; no entanto, o local que é mais vezes aceite é o Monte Molião. In: COUTINHO, Valdemar (2008). *Lagos e o Mar Através dos Tempos* (Lagos: Câmara Municipal de Lagos). p. 95.

Índia. Notadamente esta cidade merece o epíteto de “Capital dos Descobrimentos Portugueses”. Oriundo da região acredita-se que o mais célebre navegador henriquino foi Gil Eanes, nasceu nesta localidade fortalecendo a aura histórica do lugar. Foi em Lagos que o Infante exerceu a *governança* do Algarve e geriu os negócios da Guiné, de cuja época é ainda testemunho o antigo mercado de escravos...

Segundo Costa (2009) a vila de Lagos só seria doada ao infante no ano de 1453, mas sua relação com o Duque de Viseu começou logo a seguir à conquista de Ceuta em 1415. Zurara no capítulo XLIX de seu relato sobre os feitos da Guiné, o cronista relata um discurso pronunciado à época pelo Capitão-Mor Lançarote da missão realizada em 1444, relacionada ao acordo com o Infante requisitando licença para organizar uma nova armada, sendo acompanhado por outros oficiais da referida vila, além de juizes, alcaides e vereadores²¹³. Nas palavras do cronista pode-se evidenciar o grande apego de D. Henrique e a recíproca fidelidade e gratidão dos nativos ao Infante.

“ Bem sabe vossa alteza como moradores desta nossa vila, depois [que] Ceuta foi tomada até o presente, sempre serviram e servem com seus corpos e navios, na guerra dos mouros por serviço de Deus e Del-rei nosso senhor. E ainda nos tempos dos outros reis, quando a costa deste reino era seguida dos mouros, os nossos navios eram os primeiros que armavam contra eles, segundo se acha por escrituras, e por antigas memórias de homens de grandes idades, Agora, senhor, depois que vossa mercê ordenou ir buscar esta terra de Guiné, bem sabeis como em este lugar fizeste a maior parte de vossas embarcações, onde vossas armações, onde vos foi feito todo aquele serviço que em nossas possanças pode caber. E porquanto, senhor, depois da devida obediência em que somos a el-rei vosso sobrinho, nosso senhor, a vós principalmente somos teúdos e obrigados a amar e servir, consideramos alguma maneira em que vos nosso serviço pudesse ser especial, de guisa²¹⁴ que pelo merecimento de nossos grandes trabalhos, nossa honra seja alevantada na memória dos homens dos outros séculos. E que aí mais não recebêssemos por galardão de nosso trabalho, isto teríamos por assaz, mas somos certos que sobre isto cobraremos grandes proveitos, primeiramente a esperança que temos de recebermos, no retorno de nosso serviço, de Vossa Senhoria grandes mercês. Em verdade, senhor - disseram eles - o feito está de tal guisa que os moradores deste lugar, ainda depois de vossos dias, tanto quanto entre nós houver povoação, serão teúdos de rogar a Deus por vós; e que alguns por sua malícia quisessem ser tão ingratos que isto quisessem denegar, a presença de seus benefícios, que cada dia terão ante seus olhos, estarão por seu principal acusador, que verão ante a sua presença grandes linhagens de servos e servas, que lhes virá das ilhas que por vossa causa foram povoadas; e daí as escrituras antigas que sempre falarão dos grandes privilégios e liberdades que pelo vosso cobraram”.²¹⁵

²¹³ COSTA, João Paulo Oliveira e. *Henrique o Infante*. Lisboa. Esfera dos Livros. 2009. p.299.

²¹⁴ Nota do autor João Paulo de Oliveira Costa (2009), “ de maneira”.

²¹⁵ ZURARA, Gomes. *Crônica dos feitos notáveis que se passaram na conquista da Guiné por mandado do Infante D. Henrique*. (ed. de Torquato de Sousa Soares), 2 vols., Lisboa, Academia Portuguesa de história, 1978-1981. Cap. XLIX.

Após a desastrosa campanha militar em Tanger (1437), D. Henrique encontrou seu refugio na região Algarvia, notadamente Lagos, a Raposeira, confirmado pela tradição oral, fixou residência em casas na região e em sua vila na zona de Sagres. Enfim acreditamos diante do exposto neste capítulo, que Sagres foi se transformando em lugar mítico da memória. Citando Maria Isabel João, a região e sua ligação a D. Henrique, as navegações e os descobrimentos portugueses possui uma grande força lendária. “Mas sua força impôs no imaginário e tornou-se um símbolo de uma época e de um povo que, nas palavras do poeta Fernando Pessoa, foi outrora *Senhor do Mar*”.²¹⁶

²¹⁶ JOÃO, Maria Isabel. “*Sagres, lugar mítico da memória*”. In: Des (a)fiando discursos. Homenagem a Maria Emília Ricardo Marques, Lisboa, Universidade Aberta, 2005. 419

4.4. A TECNOLOGIA NÁUTICA PORTUGUESA

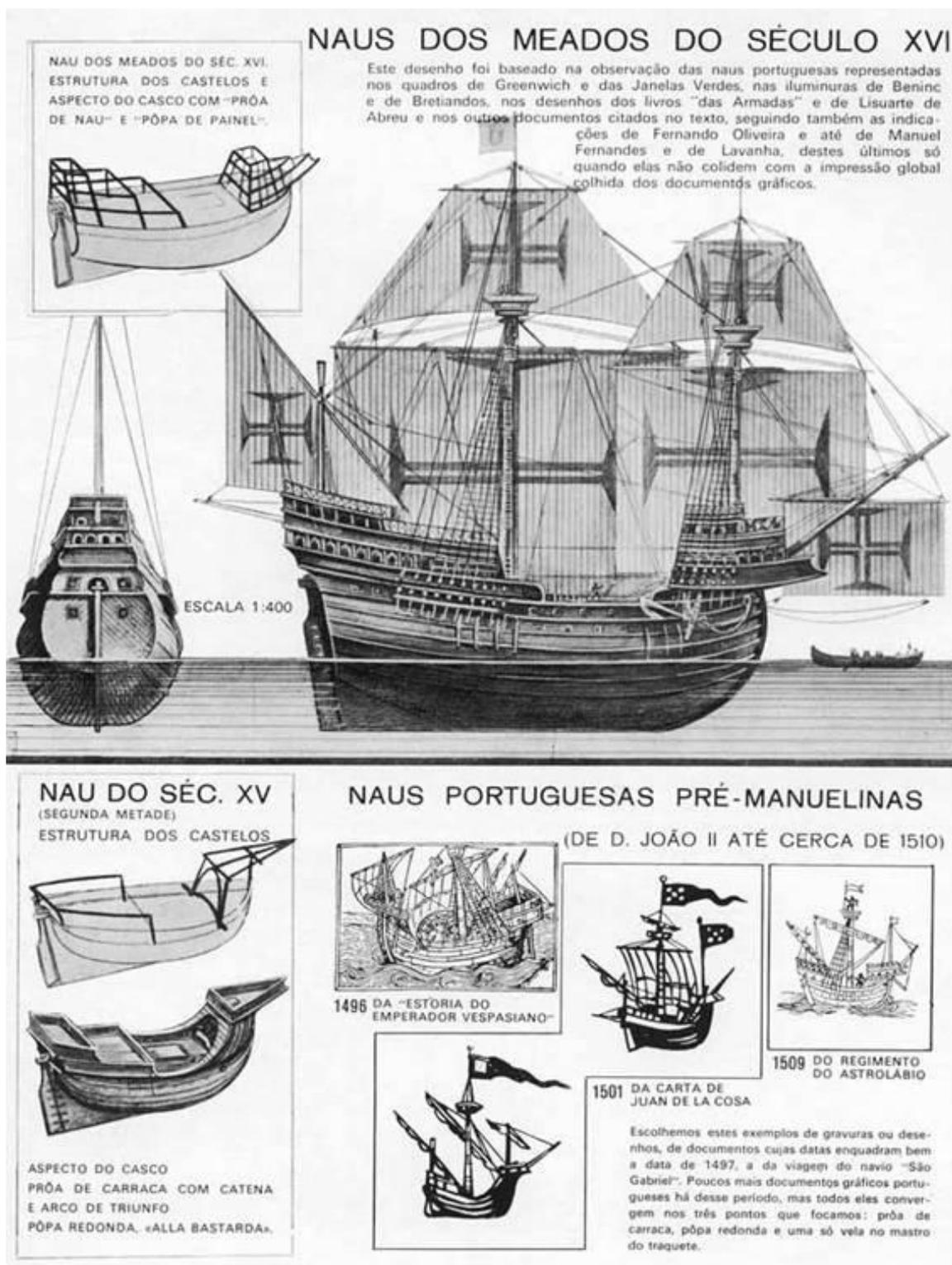


Figura 15: Comunicação ao Congresso de História Náutica, em Coimbra, 1968

Fonte :Revista da Universidade de Coimbra, Vol. XXIV.

“... sendo as caravelas de Portugal os melhores navios que andam no mar, á vela, estando elas bem apercebidas, julgou [o infante D. Henrique] ser possível poder navegar por toda a parte”.²¹⁷

À época do Infante D. Henrique, Portugal estava no início das suas viagens à África, a navegação prioritariamente costeira, faltavam marinheiros dotados de habilidade e os recursos materiais de navegação eram frequentemente escassos e grosseiros. Segundo Francisco Contente Domingues²¹⁸, as primeiras expedições, por exemplo, foram feitas em barcas ou barinéus, navios muito grandes, ou muito pesados, ou de difícil manobra para viagens exploratórias. Em águas hostis e desconhecidas, as rotas não ultrapassavam curtas distâncias e os navegantes frequentemente se orientavam pelo voo das aves.

“As navegações portuguesas nos séculos XV e XVI foram levadas a cabo com embarcações de diversos tipos, que resultaram quer da adaptação dos recursos disponíveis aos problemas levantados pelas viagens que se dirigiam a mares desconhecidos, quer da procura de novas soluções que permitissem otimizar as suas características. Como em tudo o que diz respeito aos aspectos técnicos da navegação, não faltou a capacidade de inovar quando o que se conhecia não se mostrava adequado para os fins pretendidos. Como sempre acontece na História das Técnicas, não são os inventos mecânicos que criam as condições para a novidade, mas são eles que permitem saltos qualitativos que de outro modo não se poderiam verificar quando o Homem procura fazer mais rápido ou ir mais longe”.²¹⁹

Ainda, segundo o mesmo autor a expansão marítima lusitana envolveu milhares de navios de comércio e de guerra. Saíram da Ribeira de Lisboa, da Outra Banda, do Porto, do Algarve, de Cochim, de Goa, de Malaca, do Salvador. A sua constituição e denominações desiguais ficaram assinaladas na galeria dos nomes das referidas embarcações: barca, barinel, batel, bergantim, caravela, caravelão, carraca, catur, esquife, fusta, galé, galeaça, galeão, galeota, junco, nau, patacho, taforeia, urca, zavra.

²¹⁷ CADAMOSTO, Alvise de. “Le navigagazioni atlantiche del veneziano Alvise da Mosto”. Novo Ramusio. Roma, 1966.p.7.

²¹⁸ É autor, entre outros, dos livros *Os Navios do Mar Oceano* (2004), *Navios e Viagens. A experiência portuguesa dos séculos XV a XVIII* (2008), e *A Travessia do Mar Oceano. A viagem de Duarte Pacheco Pereira ao Brasil em 1498* (2012); coordenou o volume *Navios, Marinheiros e Arte de Navegar 1500-1668* (2012).

²¹⁹ DOMINGUES, Francisco Contente. “*Navios Portugueses dos séculos XV e XVI*”. Cadernos do Museu da Vila do Conde. Câmara Municipal da Vila do Conde.2007 p.7.

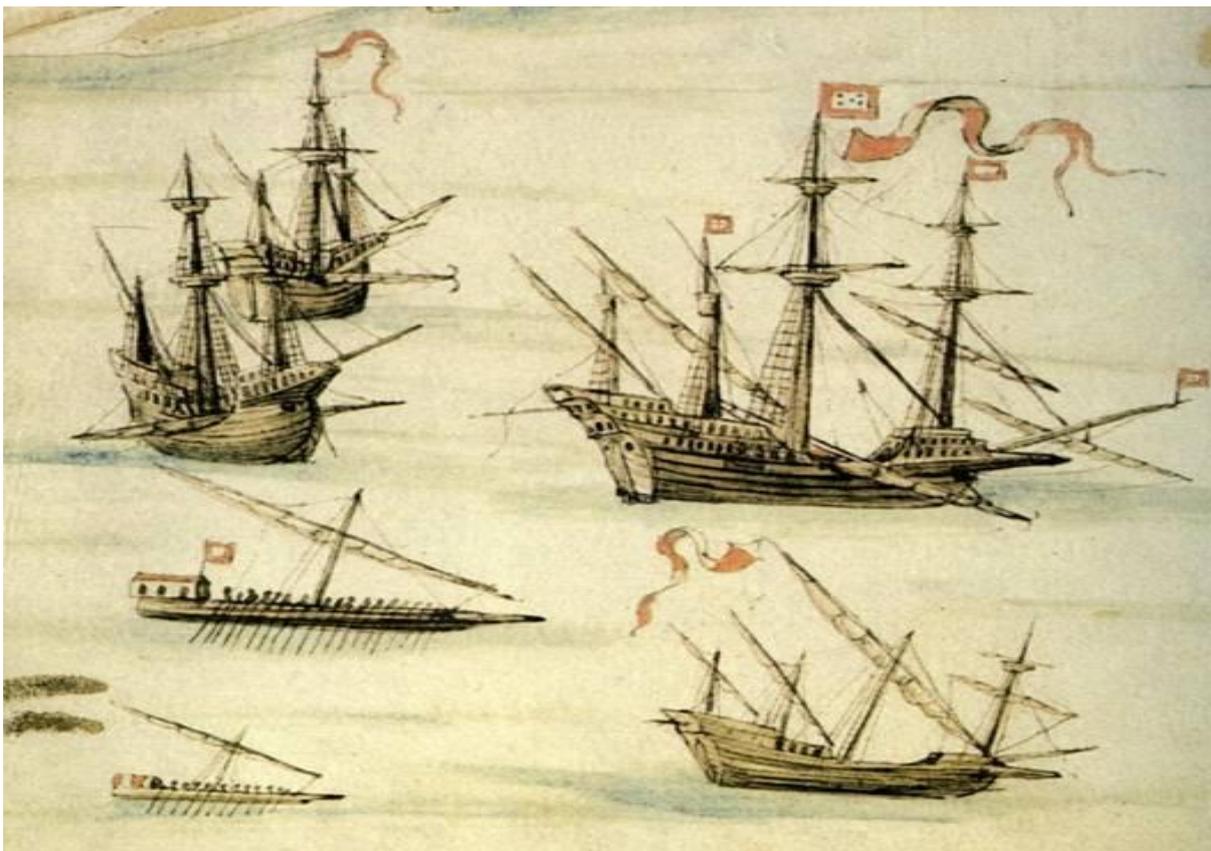


Figura 16: “Tavoa da Aguada do Xequê”: nas ilustrações preparadas para acompanhar dois dos roteiros de D. João de Castro, datáveis do segundo quartel do século XVI, avulta este desenho aquarelado que é talvez a melhor representação conhecida de navios portugueses da época, nele figurando as principais embarcações em que se baseou o poder naval português no Índico - a nau, o galeão, a caravela redonda, a galé e os bergantins e fustas (Tábuas dos Roteiros da Índia de D. João de Castro).

Fonte: DOMINGUES, Francisco Contente. “Navios Portugueses dos séculos XV e XVI”. *Cadernos do Museu da Vila do Conde. Câmara Municipal da Vila do Conde.* 2007 p. 9.

Sobre os saberes e práticas de ciências no Portugal dos Descobrimentos, Antonio Augusto Marques de Almeida, observa.

“A origem e o desenvolvimento das ideias científicas que circulavam em Portugal no tempo dos descobrimentos têm alimentado páginas muito interessantes de historiografia e revelado excelentes abordagens que não raramente revelaram para a polêmica. O que não admira, porque esta discussão trava-se num território com armadilhas, onde a anacronia se implanta com armas e bagagens. Por este tempo a formação dos conceitos é demasiado frágil e a sua capacidade semântica permanece ainda pouco esclarecida. Em primeiro lugar a atitude científica ainda não existe, e a própria palavra ciência, existindo, não tinha o sentido que hoje lhe atribuímos. Depois, permanece como tentação, quantas vezes assumida pelos historiadores, a ideia de que a progressão no atlântico e na costa africana resultou de um plano ou vários planos estratégicos, o mais célebre dos quais seria o plano das Índias atribuído ao Infante D. Henrique”²²⁰.

²²⁰ ALMEIDA, Antonio Augusto Marques de. “Saberes e Práticas de Ciência no Portugal dos Descobrimentos”.

A caravela, era um navio de vela latina e pequeno calado, constituiu a embarcação por excelência da exploração e descoberta do “Mar Tenebroso”. E também o navio rápido próprio para levar e trazer informações para levar e trazer informações. Enquanto uma nau da carreira da Índia demorava cerca de 6 meses na viagem de ida, em 1516 a caravela de Diogo de Unhos gastou menos de 6 meses na ida e no regresso. A caravela servia também como navio de guerra.

“Quando, em 1441, se tinha restabelecido certo sossego no país, dói pequenos navios foram despachados, em experiência. O primeiro, capitaneado por um mancebo chamado Antão Gongalves, ia encarregado apenas de trazer óleo e peles de lobos marinhos do Rio do Ouro. O segundo, que partiu pouco depois, levava as ordens habituais do Infante – a saber, atingir o ponto mais distante que se tivesse alcançado e prosseguir além. Nuno Tristão, valente cavaleiro, foi encarregado deste comando, e o Infante entregou-lhe uma pequena embarcação do tipo mais recente. Era a caravela. É esta a primeira vez que se fala nestes pioneiros encantadores, cujo nome se havia tornar palavra familiar imortalizada para sempre na epopeia de Portugal. As graciosas embarcaçõeszinhas de velas latinas, dois mastros, uma só coberta, um castelo de popa e proa de linhas elegantes, desempenharam um dos papéis mais importantes que se registram nos anais marítimos. A caravela era rápida e leve e de fácil manobra. Podia costear as praias perigosas e navegar em mares pouco fundos, as suas velas triangulares aproveitavam mais leve aragem, e até podiam navegar contra o vento – feito que fora considerado superior à arte náutica.”²²¹

Durante vários séculos, a navegação costeira foi dominante no mar mediterrâneo, denominado de “*Mare Nostrum*” pelos romanos. Navegá-lo tornava-se uma aventura marcada por incertezas, o sucesso da navegação dependia da experiência e perícia dos mareantes. Na campanha de Ceuta em 1415, no lado africano do estreito de Gilbratar, os pilotos lusitanos tiveram que aplicar noções básicas de trigonometria para manter o rumo correto, uma vez que a travessia era feita “à bolina”²²², devido aos ventos contrários.

in: História de Portugal, José Matoso...[ET ali]; José Tengarrinha (Org.); Revisão técnica Maria Helena Ribeiro da Cunha. 2. Ed., ver. E ampl. Bauru, SP: EDUSC; são Paulo, SP: UNESP; Portugal, PT: Instituto Camões, 2001. p. 79.

²²¹ SANCEAU, Elaine. “*D. Henrique o Navegador*”. Livraria Civilização - Editora. Porto. 1960. p. 212.

²²² Em termos náuticos, navegar à bolina, bolinar ou velejar de *contra-vento* é marear(ou seja, navegar) com vento afastado o máximo 6 quartas da proa (±45 graus). É uma técnica empregada por embarcações que consiste em zigzaguear contra o vento, o que permite navegar por zonas onde o vento não é favorável.



Figura 17: Réplica de uma caravela do tempo dos descobrimentos, exibindo nas velas a cruz da Ordem de Cristo, como acontecia naquela época.

Fonte: <http://afmata-tropicalia.blogspot.com.br/2010/05/caravelas-e-naus.html>

O controle eficaz da rota tornou-se o fator crucial na exploração da costa atlântica africana, exigindo das embarcações autonomia para longas viagens em mar aberto e também capazes de navegar em águas rasas na costa litorânea. O infante D. Henrique ordenou a construção de um tipo de embarcação de menos calado e dotado de velas triangulares (velas latinas), adaptadas a partir de embarcações portuguesas e tunisianas.

Surgia desta feita a caravela, o uso da vela latina permitiu a navegação contra o vento com ângulo de 55° em relação ao rumo estabelecido, notadamente com as anteriores, as velas quadradas, o ângulo era de 67° . A diferença de 12° representava uma economia de várias semanas, ou dependendo até meses, para longos percursos em mar aberto²²³.

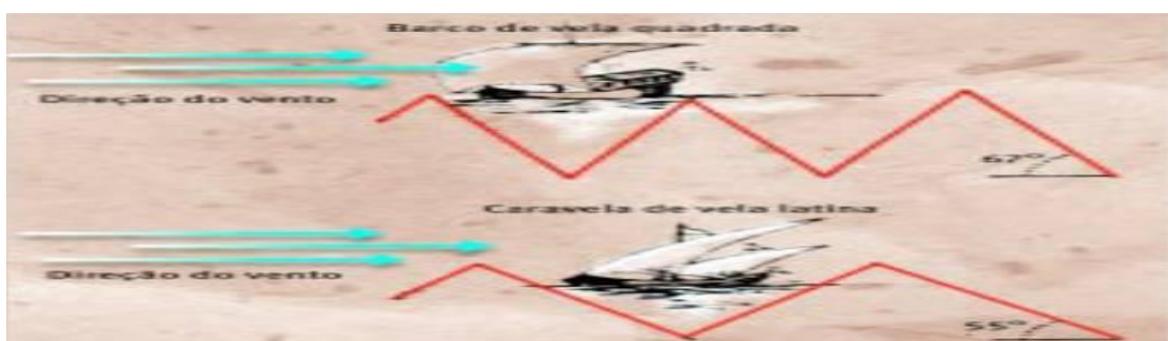


Figura 18: A introdução da vela latina aumentou a dirigibilidade das embarcações e tornou mais eficiente a navegação “a bolina” (em ziguezague, contra o vento), reduzindo o tempo de percurso.

Fonte: Melo, Celso P. de. “Ciências dos descobrimentos”, Departamento de Física (UFPE).

²²³ Melo, Celso P. de. “Ciências dos descobrimentos”, Departamento de Física (UFPE), In: “Ciência Hoje”, nº27, 2000, p.19.

“A palavra *caravela* encontra-se de 1255 a 1766 em documentos portugueses, e mais não seria preciso para se subtender a grande variedade de tipos arquitectónicos e funcionais agrupados sob este termo genérico. De facto, a *caravela pescareza* do século XIII nada tem a ver com a *caravela redonda* ou de *armada*, do século XVI, e isto apenas para citar dois casos em que a própria designação deixa à partida clara a distinção entre os tipos”.²²⁴

No planeamento da expansão marítima lusitana, uma das estratégias do Infante D. Henrique foi a de previamente recolher o máximo de informações disponíveis sobre o comércio no Extremo Oriente. Para isso se utilizou dos conhecimentos de seu irmão D. Pedro que perambulou por via terrestre, entre 1419 e 1428, diversos países da Europa, coletando junto a viajantes e sábios estrangeiros dados sobre as terras do Oriente e do norte africano.

Duas informações foram de grande relevância para o projeto português de conquista e expansão na costa da África. O “mapa catalão”, elaborado por Abraão Cresques em 1375, revelava um rico comércio por terra ao sul do Saara e ainda sugeria a possível localização do reino de *Preste João*. O outro item era o diário de viagem de *Marco Pólo*²²⁵, que indicava a existência de ricas terras no Oriente. Embora não se possa fazer uma inferência direta, a descrição de Marco Pólo dos barcos de junco chineses, com vários mastros e só um leme na popa, pode ter influenciado a evolução da arquitetura naval portuguesa, assim tais avanços náuticos foram logo incorporados às versões mais modernas das caravelas.

Datado de 1377, o Atlas Catalão permite uma análise muito interessante se considerarmos o trabalho de compilação de informações retiradas da literatura e dos mapas circulares típicos da Idade Média, dos relatos de marinheiros e comerciantes e a construção das linhas de navegação²²⁶. Composto de 12 folhas destacam-se aquelas relativas às áreas da Europa, África

²²⁴ DOMINGUES, Francisco Contente. “*Navios portugueses dos séculos XV e XVI*”. Cadernos do Museu de Vila do Conde. Câmara Municipal de Vila do Conde. Minerva Artes Gráficas. 2007.p.24

²²⁵ O livro é um diário de suas viagens ao longo da Rota da Seda até à China, que ele chama *Cathay* (norte da China) e *Manji* (sul da China). Polo ditou o livro a um escritor de romances, *Rustichello da Pisa*, enquanto estava preso em Genova de 1298-1299. É conhecido ainda pelos títulos de “O Livro das Maravilhas” ou simplesmente “As Viagens”. As Viagens de Marco Polo é dividido em quatro livros. O primeiro livro descreve as terras do Oriente Médio e Ásia Central que Marco encontrou em seu caminho para a China. O segundo livro descreve a China e o tribunal de *Kublai Khan*. O terceiro livro descreve alguma das regiões costeiras do Leste: Japão, Índia, Sudeste Asiático, a costa leste da África. Por último, o quarto livro descreve algumas das guerras recentes entre os Mongóis e algumas regiões do Norte, como a Rússia. As viagens era um raro sucesso popular em uma era anterior à impressão. Os livros foram traduzidos em muitas línguas europeias durante a vida de Marco Polo, mas os manuscritos originais foram perdidos.

²²⁶ HURTADO GARCÍA, J. A. “*La Construcción matemática del Atlas Catalán de 1375*”. Em: <http://personal1.iddeo.es/ret000xh/Catalan.htm>

e Ásia. Sua autoria é atribuída à família maiorquina Cresques, principalmente a Abraão (pai) e Jafuda (filho).



Figura 19: Atlas Catalão

Fonte: BIBLIOTHÈQUE NATIONALE de FRANCE. Atlas Catalan.

As primeiras viagens a mando do Infante visando à ultrapassagem do cabo Bojador, tiveram origem a partir dos anos 20 do século XV. O testemunho de Zurara em sua *Crónica de Guiné* relata a partir de 1421 viagens organizadas a mando de D. Henrique objetivavam superar o limite do chamado mar navegável.

“E, finalmente, depois de doze anos, fez o Infante armar uma *barca*, da qual deu capitania a um Gil Eanes, seu escudeiro (que ao depois fez cavaleiro e agasalhou muito bem), o qual, seguindo temor não chegou mais que às Ilhas de Canária, donde trouxe certos cativos com que se tornou para o reino. E foi isto no ano de Jesus Cristo de 1433.”²²⁷

A *barca* era uma pequena embarcação que possuía alguma capacidade de carga e as qualidades de marinharia de um pequeno navio ligeiro. Era o tipo de embarcação ideal para navegar para o sul de África a mando de D. Henrique, mesmo mares e condições de navegação adversas. Francisco Contente (Domingues, 2007) acreditava que “embora nada o prove – o

²²⁷ ZURARA, Gomes Eanes de. “*Crónica dos feitos da Guiné*” (ou *Crónica da Guiné*), cap. IX. In: DOMINGUES, Francisco Contente. “*Navios portugueses dos séculos XV e XVI*”. Cadernos do Museu de Vila do Conde. Câmara Municipal de Vila do Conde. Minerva Artes Gráficas. 2007. p.17.

que se deve acrescentar em boa verdade-, não deve ser posta de lado a hipótese referida, a de algumas armarem de pano latino”²²⁸.

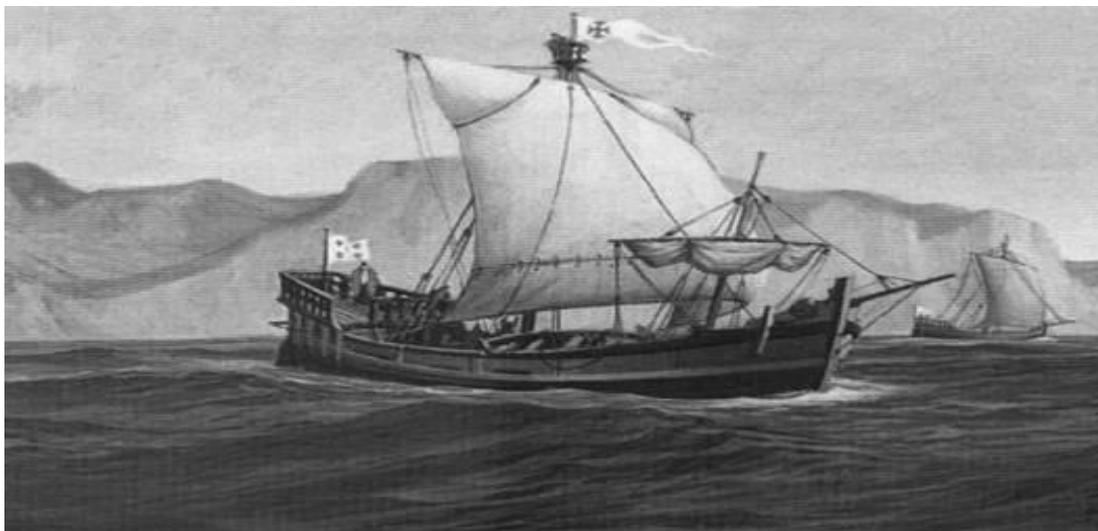


Figura 20: Foi numa barca que Gil Eanes dobrou o Cabo Bojador em 1434.

Fonte: Marinha de Guerra Portuguesa

Segundo João de Barros, o *Barinel* era a maior embarcação utilizada pelos lusitanos nas viagens dos descobrimentos. Assim como a barca, e comum aos navios de pequeno porte, o barinel poderia se utilizar de remos em determinadas situações. Possuía dois mastros, e possivelmente pano latino. São poucas referencias documentais sobre este modelo de navio, possivelmente este modelo perdeu espaço para a caravela latina. João de Barros descreveu:

“O ano seguinte de trinta e quatro, como o Infante estava informado por Gil Eanes da maneira da terra, e da navegação ser menos perigosa do que se dizia, mandou armar um barinel, que foi o maior navio, que até então tinha enviado, por já estar fora de suspeita, que se tinha dos baixios, e parcel, que diziam haver além do Cabo. A capitania do qual eu a Afonso Gonçalves Baldaia seu copeiro, e em sua companhia foi Gil Eanes em sua barca, os quais com bom tempo, além do cabo já descoberto, correram obra de trinta léguas.”²²⁹

²²⁸ DOMINGUES, Francisco Contente. “*Navios portugueses dos séculos XV e XVI*”. Cadernos do Museu de Vila do Conde. Câmara Municipal de Vila do Conde. Minerva Artes Gráficas. 2007. p.19.

²²⁹ BARROS, João de. “*Ásia, Década I*”. Livro I, cap. V. In: DOMINGUES, Francisco Contente. “*Navios portugueses dos séculos XV e XVI*”. Cadernos do Museu de Vila do Conde. Câmara Municipal de Vila do Conde. Minerva Artes Gráficas. 2007, p.20.



Figura 21: Barinel : barco de transporte de mercadoria (século XV).

Fonte: Museu Centro Histórico da Madeira.

A palavra "*Nau*" era o sinônimo arcaico de navio, nave ou barco de grande porte destinado a longos percursos. Durante a época dos *Descobrimentos*, houve uma evolução dos tipos de navio utilizados. Durante a Baixa Idade Média, entre o século XIII e a primeira metade do XV, as *naus*, ainda tecnicamente longe daquilo que seriam nos *Descobrimentos*, serviam essencialmente para transportar mercadorias que provinham dos portos de Flandres para a península Itálica, no Mar Mediterrâneo, e vice-versa. Devido à ação de piratas que assolava a costa portuguesa e ao esforço nacional de criação de uma armada para combater a pirataria, as *naus* passaram a ser utilizadas também na marinha de guerra²³⁰. Posteriormente, foram introduzidas as "*bocas-de-fogo*"²³¹, que levaram à classificação das *naus* segundo o poder de artilharia: *naus* de três pontas (100 a 120 bocas) e *naus* de duas pontas e meia (80 bocas).

A capacidade de transporte das *naus* também aumentou, alcançando as duzentas toneladas no século XV, e, as quinhentas, no século seguinte. Com a passagem das navegações costeiras às oceânicas, e à medida que se foi desenvolvendo o comércio marítimo e se tornou necessário aumentar a capacidade do transporte de mercadorias, armamento, marinheiros e soldados, sendo assim modificadas suas características. Neste processo surgiam: As *Caravelas de Armada* e, posteriormente, as *Naus*.

²³⁰ DOMINGUES, Francisco Contente. "*Navios portugueses dos séculos XV e XVI*". Cadernos do Museu de Vila do Conde. Câmara Municipal de Vila do Conde. Minerva Artes Gráficas. 2007. pp.41-43.

²³¹ Canhões ou peça de artilharia (Nota do Mestrando).

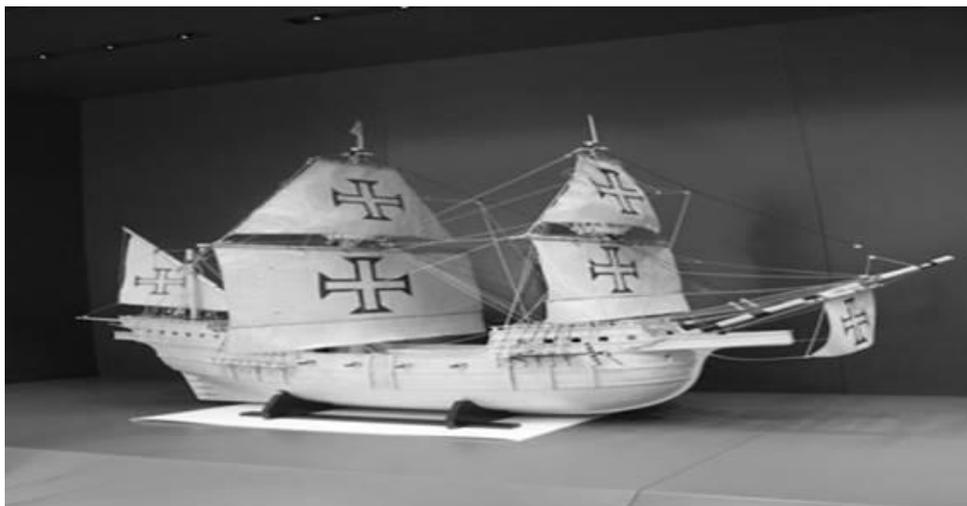


Figura 22: Modelo de nau do início do século XVI.

Fonte: Alfândega Régia – Museu da Construção Naval em madeira – Vila do Conde, Portugal.

A embarcação denominada *Carraca* era um tipo de navio utilizado no transporte de mercadorias referenciado em documentos dos séculos XV e XVI, vulgarizado, sobretudo no Mediterrâneo, utilizado no transporte de mercadorias. As *carracas* eram navios de velas redondas e borda alta, e possuíam três mastros. Os primeiros exemplares tinham uma capacidade de 200 a 600 toneladas, mas na época em que os portugueses as utilizaram na carreira da Índia atingiu valores de 2000 toneladas.

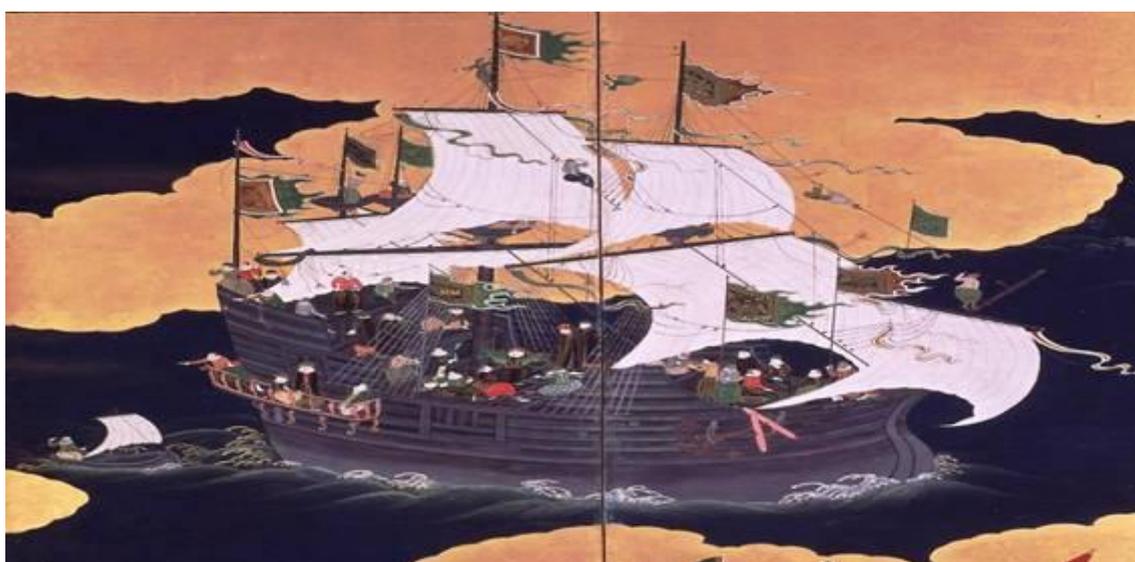


Figura 23: Carraca Portuguesa em Nagasaki, no Japão em 1570.

Fonte: Painel japonês do século XVII.

O galeão português surgiu, provavelmente, durante o primeiro quartel do século XVI, contribuindo para a hegemonia de Portugal no Oriente. O galeão era uma embarcação mais robusta e muito bem armada, com menor capacidade de carga do que as naus utilizadas no transporte de mercadorias, mas que se revelou especialmente adequado à escolta destas em frotas, armadas e comboios, designadamente, na carreira da Índia.



Figura 24: Galeão Português do século XVI, Museu da Marinha.

Fonte: Instituto Hidrográfico . Lisboa. Portugal.

“Foi nos estaleiros de D. Henrique que primeiro planeram – sendo adaptação e aperfeiçoamento dum tipo de embarcação que os pescadores da costa portuguesa utilizavam desde os tempos mouriscos. Construída tanto para a navegação costeira como, para alto mar, a caravela nasceu das necessidades das explorações oceânicas, e è essa a razão por que viu a luz em Portugal. A galé era a embarcação do mediterrâneo, a barca de origem nortenha, o barinel, segundo parece, era também estrangeiro; mas a caravela, que veio a excedê-los a todos, era contribuição puramente portuguesa à arquitetura naval. O projeto era tão exclusivo, que em data posterior o astuto segundo sobrinho de D. Henrique, D. João II, conseguiu desanimar os estrangeiros de se intrometerem nas sua reservas africanas, fazendo simplesmente correr a lenda de que naqueles mares só as caravelas podiam navegar!”²³²

Os portugueses se utilizaram da prática da navegação astronômica, assim como outros povos da Europa, recorreram a instrumentos de navegação de origem árabes, como o *astrolábio* e o *quadrante* (um quarto de astrolábio munido de um fio de prumo), que aligeiraram e simplificaram. Inventaram ainda outros, como a *balestilha*, ou "bengala de Jacob" (para a medição no mar a altura do sol e de outros astros), que não utiliza a graduação de um arco de circunferência, mas um segmento deslizante ao longo de uma haste, com o olho do observador em linha reta com o astro observado.

²³² SANCEAU, Elaine. “D. Henrique o Navegador”. Livraria Civilização - Editora. Porto. 1960. p. 213.

A Balestilha era um instrumento posterior ao astrolábio, tudo indica que teve contribuição portuguesa e foi inspirado no Kamal (balestilha de mouro). Foi um importante auxiliar de orientação em alto mar através da observação das estrelas e do sol. Para medir o sol, a operação era feita de costas para o astro, para não ferir a vista.

Os instrumentos náuticos eram peças fundamentais na arte de navegar. A sua finalidade é, basicamente, obter a posição da embarcação de modo a permitir uma navegação segura. A arte de navegar não é o tema central desta dissertação, por esse motivo não iremos aprofundar este tema, limitaremos a citação e descrição simplificada de alguns destes instrumentos.

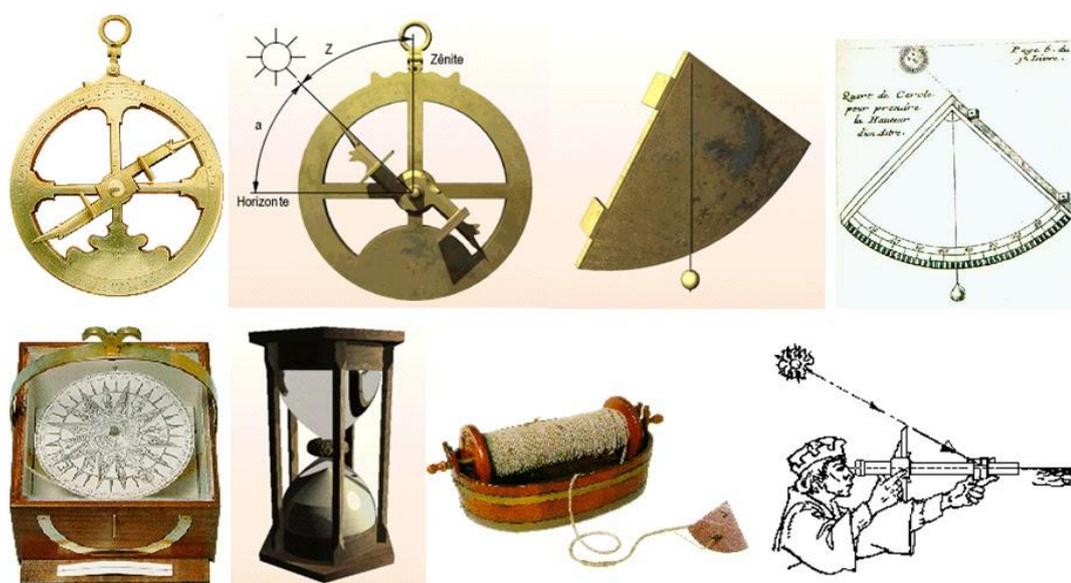


Figura 25: Instrumentos da náutica portuguesa nos séculos XV e XVI.

Fonte: www.indiaportuguesa.com. Acesso 20/08/2016

A bússola, de origem chinesa, foi levada para Portugal pelos muçulmanos, foi difundida em terras lusitanas, sendo de grande contributo no contexto da expansão marítima. Permitia encontrar o rumo Norte (mais tarde corrigido pelo cálculo exato da declinação magnética), mesmo com um céu nublado e, por conseguinte, sem recorrer-se à orientação pelos astros.

Além do Sol, outros astros eram utilizados como referência pelos navegantes, principalmente a noite. Estes que serviam os homens do mar, em céu limpo, recordamos que seriam: a Estrela

Polar dentro da constelação da Ursa Menor denominada pelos mareantes de Buzina²³³, como então se dizia - que indica o Norte, o Cruzeiro do Sul, estrela que aponta a direção Sul, embora só descoberta entre 1450 e 1455.

A Agulha Magnética foi amplamente utilizada nas navegações. No oceano, os homens do mar tinham as estrelas para orientá-los durante a noite. Porém, durante o dia era impossível aos marinheiros encontrarem referências sobre a direção em que navegavam. A agulha fornecia lhes uma referência horizontal apontando sempre a direção do norte magnético.

O Astrolábio era um instrumento de navegação destinado a determinar, com algum rigor, a passagem das horas durante a noite, com a ajuda da observação das estrelas. Este instrumento já era conhecido pelos gregos, foram desenvolvidos posteriormente pelos Árabes e Persas. O recurso ao astrolábio, porém, com vista à determinação da latitude, provavelmente desenvolvida pelos Portugueses, só está provado depois dos inícios de Quatrocentos. Era utilizado para determinar a posição dos astros no céu e foi por muito tempo utilizado como instrumento para a navegação marítima com base na determinação da posição das estrelas no céu. Mais tarde, foi simplificado e substituído pelo sextante (instrumento astronômico usado para determinar a latitude).

O Nocturlábio era um dispositivo gráfico que permitia saber a hora à noite devido à posição da constelação Ursa Menor. O dispositivo era construído normalmente em madeira e apresentava gravações nas duas faces. Na face da frente apresentava normalmente três discos. O primeiro, com uma escala dos 12 meses do ano divididos de 5 em 5 dias. Um segundo, com a escala de horas, rodava de forma a iniciar a contagem no dia respectivo. Por fim, um disco que se orientava de acordo com a posição relativa das constelações utilizadas.

O Quadrante náutico era fundamentalmente constituído por um quarto de círculo graduado de 0 a 90° , normalmente em madeira. De construção simples, era leve e fácil de utilizar. O observador visava o astro pelas *pínulas*, através dos orifícios centrais. Do ponto de confluência das arestas do quarto de círculo pendia um prumo que indicava ao observador o valor dos ângulos verticais.

²³³ Os navegadores portugueses designavam por *Buzina* a constelação da *Ursa Menor*, é frequente ver esta constelação representada por uma buzina nos nocturlábios.

As *Cartas Portulano* eram representações do espaço, sem projeção e sem escala de longitude ou latitude. Resultaram dos roteiros que eram transmitidos oralmente. Apresentavam os vários rumos dos ventos e os pontos de interesse para os mareantes. A posição dos portos era relativa, marcada na carta com base na estima e na experiência dos navegadores. As cartas portulano apresentavam grelhas de azimutes magnéticos e destinavam-se à navegação com a agulha magnética através do método do rumo e estima.²³⁴



Figura 26: Carta Atlântica de Pedro Reinel . Foi a primeira carta náutica com indicação de latitude . Carta náutica representando o Atlântico Norte.

Fonte: Bayerische Staatsbibliothek (1504), Munique.

No século XIII eram já conhecidas as regras de navegação através da posição solar, como transparece nos “*Libros del Saber de Astronomia*”²³⁵ compilados pelo rei Afonso X de Castela e em outras obras similares , assim como no *Tratado de Tordesilhas* mencionava o *Regimento do Sol*. Derivando e aproveitando este saber, a arte náutica portuguesa foi construída num somatório progressivo de princípios e normativas relativos à navegação

²³⁴ COSTA, Abel Fontoura. “A Marinharia dos Descobrimentos”. Agência do Ultramar, 3ª edição, 1960, p. 199.

²³⁵ “*El Libro del Saber de Astronomia*”, obra inspirada no sistema ptolomaico. A obra em questão teve a participação de vários cientistas que o rei (D. AFONSO X) congregara e aos quais proporcionava meios de estudo e investigação, tendo mesmo mandado instalar um observatório astronômico em Toledo. Compuseram as tabelas afonsinas sobre as posições astronômicas dos planetas, baseadas nos cálculos de cientistas árabes. Como tributo à sua influência para o conhecimento da astronomia, o seu nome foi atribuído à cratera lunar *Alfonsus*.

astronômica no Oceano Atlântico durante o século XV, contribuindo enormemente para esta compilação a experiência prévia dos pilotos adquiridos no Mediterrâneo.

A navegação era feita nos primórdios por estimativa e perícia do piloto, e posteriormente através da comparação das alturas da *Estrela Polar*, apesar de poder ser tomada por outra estrela bem visível como referência. Mais tarde, foram sendo agregadas sete posições diurnas da referida estrela e elaborado o inovador “*Regimento da Estrela do Norte ou da Polar*”²³⁶ que no século XV compilou todas as normas de navegação segundo este sistema. Após a edição deste manual iniciou-se uma navegação que tinha em consideração as latitudes, que foram também calculadas através da altura meridiana e das tabelas de declinação do Sol. A “*Toleta de Marteloio*” deu origem a uma obra mais perfeita, o “*Regimento das Léguas*”²³⁷, que permitia calcular a quantidade de léguas navegadas entre dois paralelos, tendo também contribuído para a ciência náutica portuguesa os catálogos das declinações de estrelas e outras normas práticas.

²³⁶ Regimento do Norte, ou da Polar conforme os Portugueses iam navegando para Sul verificaram que a Estrela Polar ficava cada vez mais próxima do horizonte. Ou seja, começaram a associar a variação da altura da estrela com a distância percorrida no sentido Norte-Sul. Numa segunda fase passaram mesmo a usar a altura da estrela para conhecer a latitude. Se a estrela estivesse exatamente sobre o Polo Norte, a sua altura, para um determinado lugar seria sempre a mesma, e seria igual a latitude do local. (*Instituto Camões*).

²³⁷ “*Regimento das Léguas*”, que permitia calcular a quantidade de léguas navegadas entre dois paralelos, tendo também contribuído para a ciência náutica portuguesa os catálogos das declinações de estrelas e outras normas práticas. Em 1492, o astrônomo e matemático Abraão Zacuto refugiaram-se em Lisboa após a expulsão dos judeus de Espanha, trazendo consigo as *tábuas astronômicas* que ajudariam os navegadores portugueses. Foi nomeado Astrônomo e Historiador Real pelo Rei D. João II, Abraão Zacuto foi o autor de um novo e melhorado Astrolábio, que ensinou os navegantes portugueses a utilizar, e também de melhoradas tábuas astronômicas que ajudaram a orientação das caravelas portuguesas no alto-mar, através de cálculos a partir de observações com o Astrolábio.

The image displays two pages from a historical astronomical manuscript. The left page is titled 'Tabula equinoctialis' and contains a grid of numbers, likely representing astronomical data such as planetary positions or celestial coordinates. The right page is titled 'Tabula de motibus planetarum' and also contains a grid of numbers, possibly detailing the movements of planets over time. The text is written in a mix of Latin and Portuguese, characteristic of the manuscript's origin.

Figura 27: Tabelas Afonsinas, *El Libro del Saber de Astronomia*.

Fonte: <http://estoriasdahistoria12.blogspot.com.br/2016/11/23-de-novembro-de-1221-nasce-o-futuro.html>



Figura 28: O rei Afonso X, o Sábio, trajado com as armas de Leão e Castela, rodeados pelos seus cortesãos.

Fonte: iluminura do manuscrito das *Cantigas de Santa Maria*.

Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Afonso_X_de_Leão_e_Castela

Em síntese, as técnicas de navegação no Mediterrâneo serviram os interesses dos navegadores nas explorações africanas enquanto as navegações se limitavam a costa. Todavia, o regime de

ventos do Atlântico obrigou os navios a praticarem rotas para longe da costa. À medida que os navegadores do Infante progrediam para sul, da costa africana, encontravam uma nova realidade geográfica com um regime de ventos contrários à viagem de regresso.

“A Volta do Largo, volta da Guiné, ou Volta da Mina, foi iniciada pelos pilotos portugueses em meados do século XV, mais precisamente, ao que parece, em 1444–1445. Trata-se da rota de retorno da Guiné, em arco, pelo largo, contornando os ventos de norte e leste no Atlântico e facilitando assim o regresso a Portugal. Seguindo esta volta, os marinheiros contornavam Cabo Verde a sul e rumavam norte pelo meio do Atlântico, passando a oeste da Madeira e das Canárias e virando para leste apenas perto dos Açores. Deve-se principalmente a Gago Coutinho a tese, hoje geralmente aceita, de ter sido essa volta pelo largo o factor fundamental de abandono da navegação costeira durante um período prolongado, com a consequente necessidade de prática de navegação astronómica. Medindo as alturas dos astros, os marinheiros podiam conhecer a latitude a que se encontravam e saber quando iniciar o rumo leste, em direcção a Lisboa”.²³⁸

Para ultrapassar esta dificuldade os navegadores seguiram com o vento. Foi assim que se deu a descoberta da volta da Guiné ou volta da Mina, com longos períodos de navegação longe de costa. A primeira referência indireta à volta encontra-se no capítulo LXXXVI da “*Crónica dos Feitos da Guiné*” de Gomes Eanes Zurara.²³⁹

²³⁸ Volta do Largo, Volta da Guiné ou Volta da Mina. Dicionário da Ciência de Portugal. In: Centro Virtual Camões. Instituto Camões. 2003. <http://cvc.instituto-camoes.pt/ciencia/d28.html>.

²³⁹ ALBUQUERQUE, Luís de. “A arte de navegar na época dos grandes descobrimentos”. Em: História naval brasileira. Serviço de documentação da Marinha, 1975, p. 25.

5 CAPÍTULO 4 : DESENVOLVIMENTO DO OBJETO PEDAGÓGICO

Atualmente é notória a importância da utilização da tecnologia no meio educacional, como agente transformador e o software educacional como elemento corresponsável dessa transformação, auxiliando no processo de ensino e aprendizagem. E como consequência natural, vale ressaltar a validade da criação e desenvolvimento de softwares educacionais como instrumentos capazes de potencializar a aprendizagem possibilitando práticas pedagógicas inovadoras.

Os jogos e atividades lúdicas presentes nos software educativos visam divertir enquanto informam e ensinam. A premissa e aplicabilidade proporcionam as crianças e jovens, a percepção de conceitos, conteúdos específicos, habilidades, competências e desafios inclusos no programa. “O software educativo é um conjunto de recursos informáticos projetados com o intuito de serem usados em contexto do ensino e aprendizagem”²⁴⁰ (Sancho, 1998, p.169).

Notadamente a partir das últimas décadas do século XX, o progresso nas ciências da informação e a inserção de novas tecnologias o progresso nas ciências da informação na educação brasileira tem provocado grandes transformações no ensino, tanto no método como nas práticas cotidianas de ensino nas variadas esferas da vida escolar, a saber: infantil, fundamental e médio, além de modalidades profissionalizantes e à distância. Como denota Perrenoud , “a escola não pode ignorar o que se passa no mundo. Ora, as novas tecnologias de informação e da comunicação transformam espetacularmente não só novas maneiras de comunicar, mas também de trabalhar de decidir e pensar”²⁴¹ (Perrenoud apud Oliveira, 2001, p.7).

No artigo “*O uso do software educativo: reflexões da prática docente na sala informatizada*” de autoria: SOFFA, Marilice Mugnaini e ALCÂNTARA, Paulo Roberto de Carvalho (UFPR), os referidos autores questionam semanticamente o conceito de Software educativo. Para eles o software educativo ou Programa Educativo por Computador não é o mesmo que software

²⁴⁰ SANCHO, Juana. Para uma tecnologia educacional. Porto Alegre: ArtMed, 1998.p.169.

²⁴¹ OLIVEIRA, Celina Couto. Ambientes informatizados de aprendizagem: Produção e avaliação de software educativo. Campinas, SP: Papirus, 2001,p.7.

educacional. Um software educacional é um “produto [...] adequadamente utilizado pela escola, mesmo que não tenha sido produzido com a finalidade de uso no sistema escolar”²⁴² (OLIVEIRA, 2001). Ou seja, são programas que podem ser utilizados na administração escolar ou em contextos pedagógicos, ou seja, são caracterizados pela sua inserção em contextos educacionais.

Por esta ótica, o software educativo é uma classe pertencente a este. O que diferencia um software educativo de outras classes de softwares educacionais é o fato de ser desenvolvido com o desígnio de levar o aluno a construir um determinado conhecimento referente a um conteúdo didático. O objetivo de um software educativo é a de favorecer os processos de ensino aprendizagem e sua característica principal é seu caráter didático.

Os materiais educativos digitais são recursos que podem ser desde pequenas atividades realizadas via computador, tabletes, smartphones ou ainda livros eletrônicos, jogos, simulações, histórias em quadrinhos ou desafios propostos aos alunos. Os materiais digitais normalmente, além da multimídia, usam o recurso do hipertexto que permite uma navegação aleatória, não linear e cabe ao professor fazer um planejamento prévio, saber selecionar as unidades a serem trabalhadas, de forma contextualizada e utilizá-las em sua prática pedagógica, observando e intervindo nas interações entre os alunos e deles com o material no desenrolar do trabalho, oportunizando a descoberta e a exploração.

As expressões software educacional; courseware; aplicativos educacionais; material educativo; material educacional; ferramentas instrucionais; o material didático na forma eletrônica e material didático digital são sinônimos. A expressão objetos educacionais também significa material educativo digital, mas, com a característica da reutilização, ou seja, seu uso pode ser compartilhado o que exige que ele tenha uma estrutura modular associada com o desenvolvimento direcionado para a web. Os objetos educacionais possibilitam inovações no desenvolvimento de material didático a ser usado também na Educação a Distância (EAD).

As aplicações de hipermídia se caracterizam por utilizar os recursos da multimídia e do hipertexto. Seu desenvolvimento e concepção pressupõe trabalho de equipe incluindo o

²⁴² OLIVEIRA, Celina Couto. Ambientes informatizados de aprendizagem: Produção e avaliação de software educativo. Campinas, SP: Papirus, 2001,p.73.

projeto, a metodologia, a implementação, a avaliação e a distribuição. Uma aplicação hipermídia educacional, ou seja, um courseware²⁴³, interativo usa múltiplas mídias que envolvem múltiplos sentidos dando suporte à aprendizagem significativa, contextualizada, que ocorre quando os alunos estão produzindo significados sobre o conteúdo abordado. Para cumprir a finalidade de ensinar a aprendizagem é preciso que seja bem planejado e obedeça às etapas para o desenvolvimento de uma aplicação hipermídia.

Segundo Eduardo O. Chaves²⁴⁴:

“A produção de software educacional de alta qualidade técnica e com sofisticação pedagógica é um desafio enfrentado pelo Brasil. A produção deste software esbarra na dificuldade de diálogo entre analistas de sistemas e profissionais da área de Psicologia e Educação. Estes profissionais não trocam informações uns com os outros. Concluindo, o que se tem de software educacional é pouco e é material ingênuo do ponto de vista de pedagógico”.

5.1. O PRODUTO EDUCACIONAL

Em nossa pesquisa, no desenvolvimento do produto educacional, propomos a elaboração de uma história em quadrinhos, abordando a temática: D. Henrique e as Navegações portuguesas. O produto a ser construído consiste em um e-book²⁴⁵, utilizando quadrinhos e durante sua leitura o usuário do programa encontrará links, abordando fatos históricos importantes da História de Portugal, cartografia, da vida do Infante de Sagres e dados técnicos e imagens sobre a tecnologia naval dos séculos XV e XVI. Juntamente com a HQ digital, será disponibilizado um tutorial com o planejamento de aulas, links com vídeos sobre o Infante D. Henrique, temática de nossa pesquisa, assim como alguns puzzles (Quebra cabeças) e Crosswords (palavras- cruzadas ou cruzadinhas) sobre a mesma temática.

²⁴³ Coursewares são softwares educacionais clássicos, que promovem uma aprendizagem interativa entre o aluno e o problema, levando o mesmo a resolvê-la. As atividades propostas são variadas, sendo cada sequência fechada por respostas interpretáveis pelo programa.

²⁴⁴ O texto foi originalmente publicado na Encyclopaedia of Philosophy of Education, editada por Paulo Ghirardelli, Jr, e Michal A. Peteres, publicada eletronicamente no site <http://www.educacao.pro.br>, 1999.

²⁴⁵ Um livro digital, livro eletrônico ou e-book, é o nome dado a qualquer conteúdo de informação, semelhante a um livro em formato digital que pode ser lido em equipamentos eletrônicos tais como: computadores, tablets, Kindle (Leitor de livros digitais) ou em smartphones que suportem tal recurso.

Abaixo, modelo de referencia para a HQ em sua primeira fase de elaboração, baseados em quadrinhos clássicos desenvolvidos pela Revista Alfarrobeira e pela Academia Militar Naval de Portugal, anos 30 e 40.

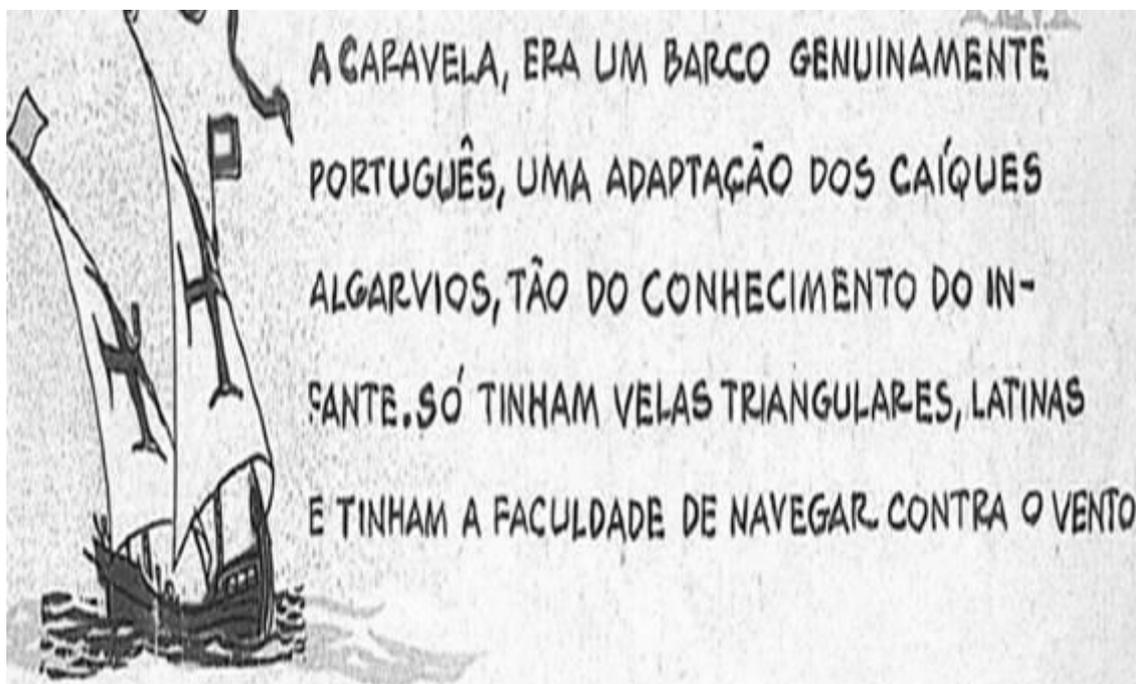


Figura 29:



Figura 30: O Cabo de Sagres

Fonte: Fonte: João Amaral Art

NO INÍCIO DO SÉCULO XV OS EUROPEUS SÓ SABIAM NAVEGAR EM ALGUMAS REGIÕES, COMO O MAR MEDITERRÂNEO E AS BORDAS DO CONTINENTE. ALÉM DAÍ, REINAVA O MEDO. "HAVIA DESDE SEMPRE UMA CRENÇA EM MONSTROS MARINHOS. ELES TAMBÉM ACREDITAVAM QUE HAVIA ZONAS DO MAR EM QUE NÃO SE PODE NAVEGAR PORQUE A ÁGUA FERVA OU PORQUE OS NAVIOS ENCALHAYAM", CONTA FRANCISCO DOMINGUES, HISTORIADOR DA UNIVERSIDADE DE LISBOA, ESPECIALISTA EM NÁUTICA DA ERA DOS DESCOBRIMENTOS.



MUITOS NAVEGANTES QUE SE AVENTURAVAM PELO MAR OCEANO, COMO OS PORTUGUESES CHAMAVAM O ATLÂNTICO, IAM E NÃO VOLTAVAM. NÃO POR ACASO, UM DOS MAIORES OBSTÁCULOS À NAVEGAÇÃO DAQUELA ÉPOCA ERA CHAMADO DE CABO DO MEDO, OU BOJADOR, NA COSTA DO SAARA OCIDENTAL.

Figura 30: Henrique "O Navegador".

Fonte: João Amaral Art

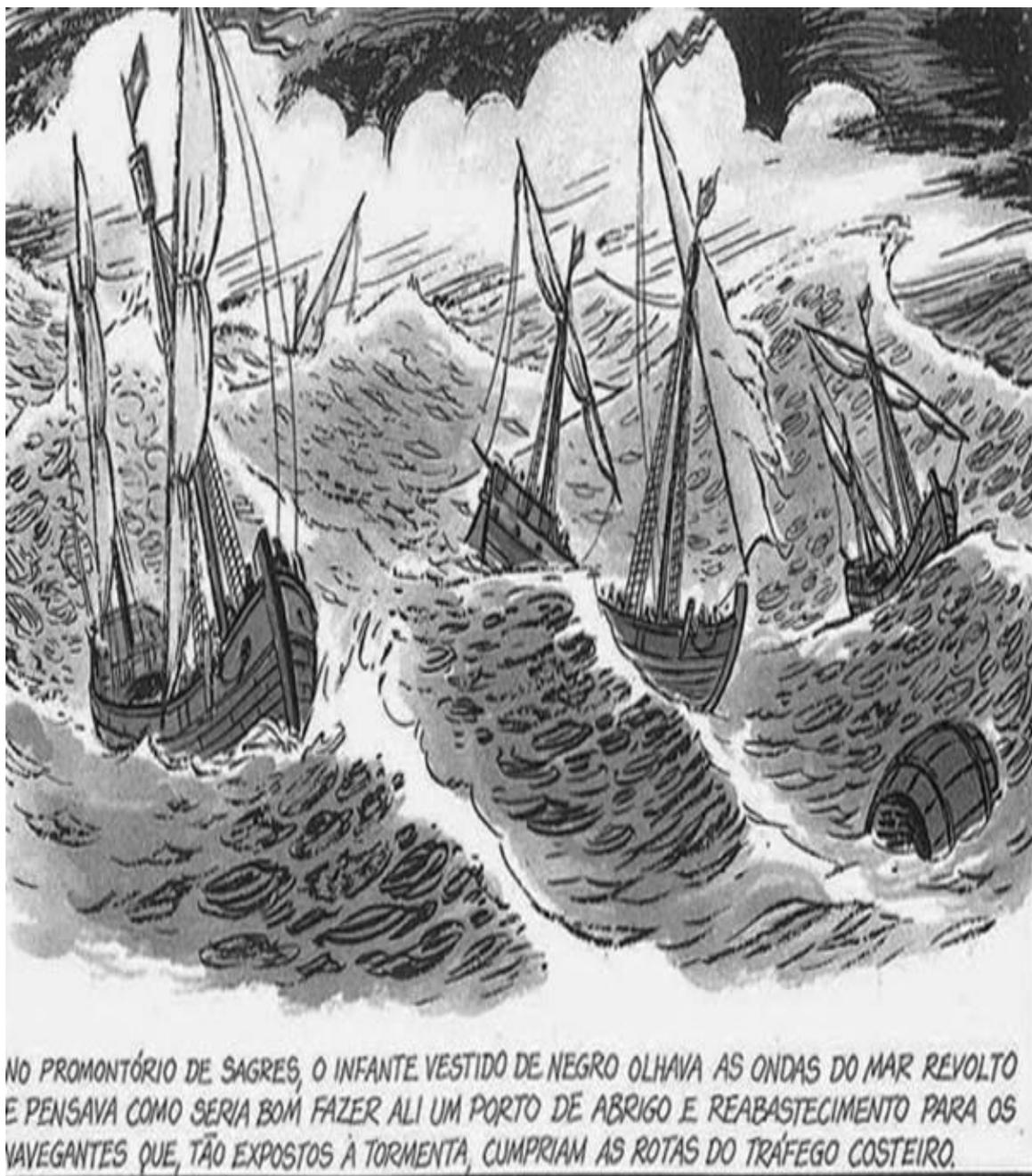


Figura 31: Promontório de Sagres, tormenta.

Fonte: <http://bloguedebd.blogspot.com.br/2014/10/bd-e-historia-de-portugal-7-o-infante-d.html>



Numa mesquita muçulmana transformada em templo cristão, D. João I armou cavaleiros seus filhos D. Duarte, D. Pedro e D. Henrique.

Figura 31: Infantes sagrados cavaleiros em Ceuta.

Fonte: <http://bloguedebd.blogspot.com.br/2014/10/bd-e-historia-de-portugal-7-o-infante-d.html>

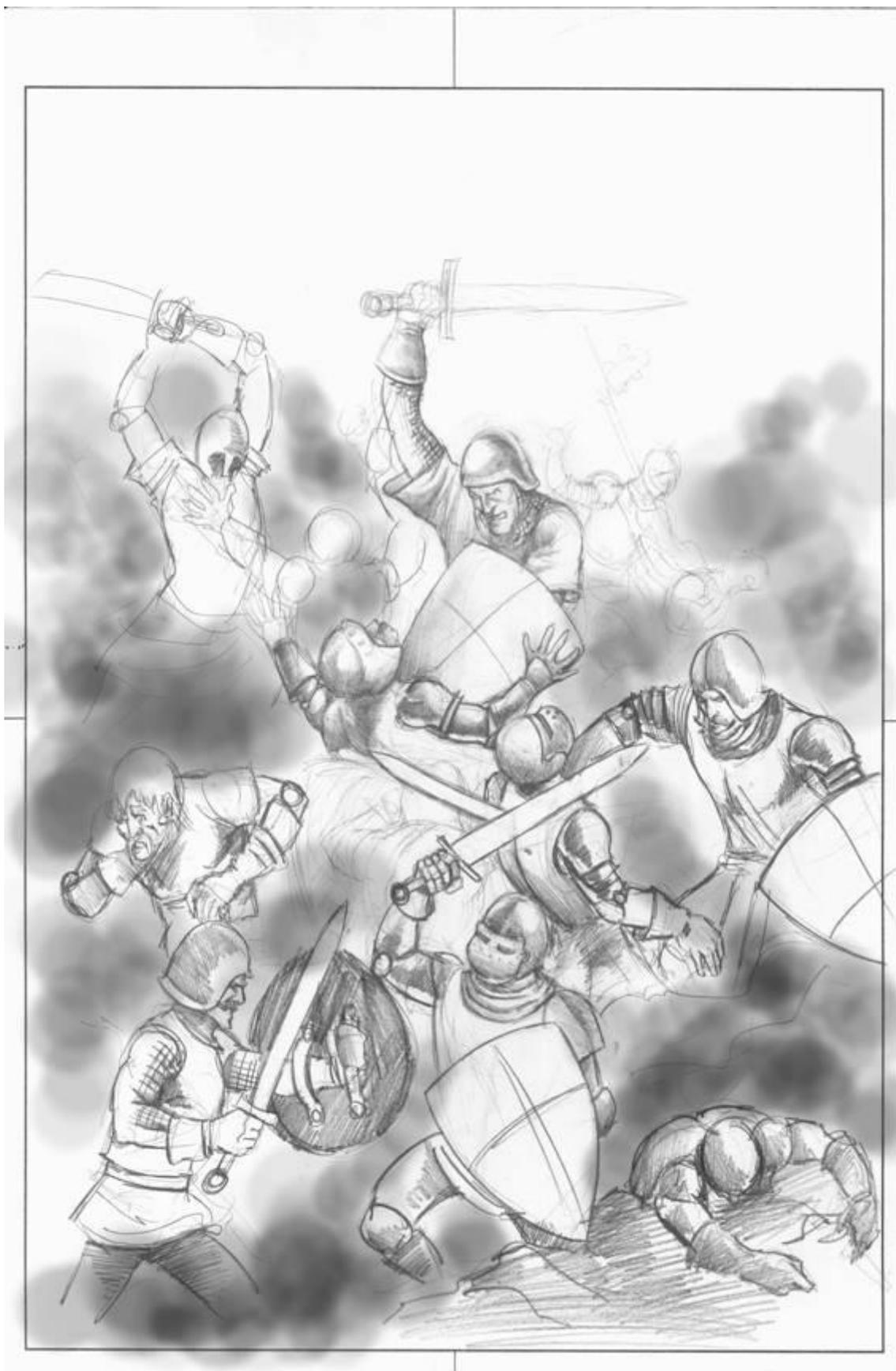


Figura 32: Sketch da Batalha Aljubarrota.

Fonte: João Amaral Art

ANTES DA ERA DOS DESCOBRIMENTOS, OS EUROPEUS TINHAM VÁRIAS SUPERSTIÇÕES EM RELAÇÃO AO MAR ABERTO. ALGUMAS ERAM ASSUSTADORAS, COMO AS DE MONSTROS MARINHOS. OUTRAS ERAM SEDUTORAS, COMO AS QUE FALAVAM DE HY BRAZIL, ILHA MITOLÓGICA E PARADISIACA SITUADA EM ALGUM LUGAR DO ATLÂNTICO. SUA ORIGEM PROVÁVEL É UMA LENDA CELTA, E ELA É MAIS FREQUENTEMENTE LOCALIZADA A OESTE DA IRLANDA, UM DOS LUGARES ONDE ESSE POVO VIVEU. SUA POSIÇÃO, NO ENTANTO, MUDA A CADA 7 ANOS, OU A CADA VEZ QUE ERA AVISTADA, DEPENDENDO DA VERSÃO DA LENDA. QUESTÕES GEOGRÁFICAS À PARTE, ESSA É A ILHA IMAGINÁRIA MAIS DESENHADA NOS MAPAS EUROPEUS DOS SÉCULOS 14 E 15



O VENTO DO MAR FUSTIGA O CASTELO QUE HENRIQUE, INFANTE DE PORTUGAL, MANDOU CONSTRUIR NO LUGAR MAIS EXTREMO DA TERRA CONHECIDA. É UM PRÍNCIPE SÁBIO E VALOROSO, O INFANTE HENRIQUE: CONQUISTOU CÉUTA AOS INFIÉIS E ESPERAM-NO GRANDES HONRAS, MAS VOLTOU AS COSTAS A TUDO PARA OCUPAR-SE DA ÚNICA COISA QUE LHE INTERESSA: SABER O QUE HÁ ATRÁS DO HORIZONTE, MAIS ALÉM DO OCEANO ONDE NINGUÉM QUER SE AVENTURAR... A ESTE OBJETIVO SACRIFICOU TEMPO E RIQUEZAS, MAS, COM O LENTO ROLAR DOS ANOS, SUA ÂNSIA DE SABER VAI DESSASTANDO SUA PACIÊNCIA, COMO AS LARGAS ONDAS MINAM COM O SEU ÍMPETO A COSTA DO ALGARVE.

Figura 33: Algarves 1460.

Fonte: João Amaral Art,



Figura 34: o Infante e o Mar.

Fonte: João Amaral Art.



Figura 35: O Infante D. Henrique. Pintura de M. Gustavo (Nome verdadeiro Carlos Roberto Santos).

Descrição: Colecção "Mini Histórias da Nossa História", com texto de Mário Costa.

Fonte: <http://bloguedebd.blogspot.com.br/2014/10/bd-e-historia-de-portugal-7-o-infante-d.html>.

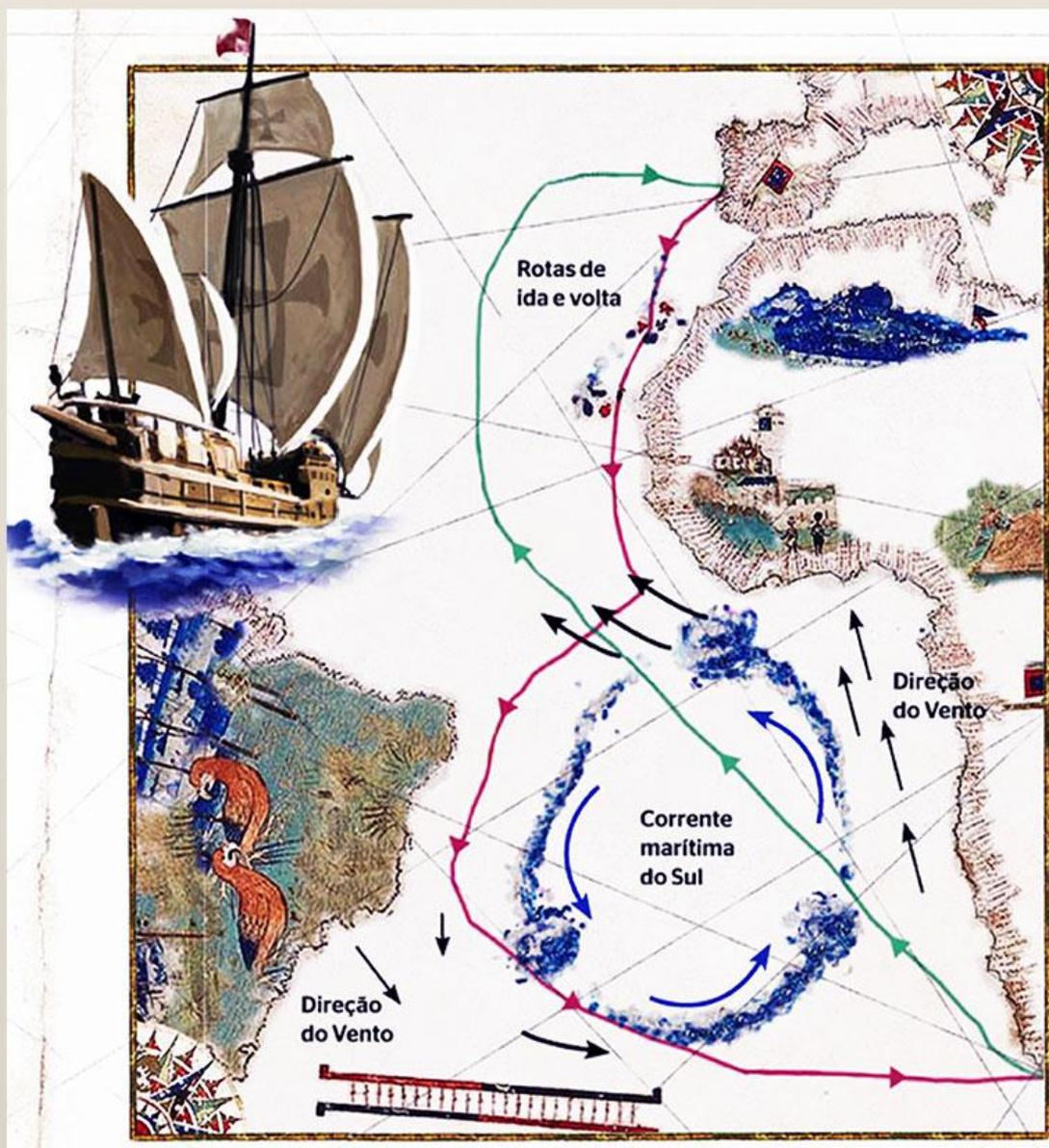


Figura 36: D. Henrique no Sacro Promotorum.

Fonte: João Amaral Art

O SEGREDO DA VOLTA PELO LARGO

PORTUGUESES FORAM OS PRIMEIROS A DOMINAR A NAVEGAÇÃO EM ALTO-MAR.



ESSE CABO E O MEDO DA NAVEGAÇÃO ATLÂNTICA COMEÇARAM A SER VENCIDOS NA DÉCADA DE 1430, QUANDO O INFANTE DOM HENRIQUE, FILHO DO REI DOM JOÃO I, PASSOU A INCENTIVAR O DESENVOLVIMENTO DA CIÊNCIA NÁUTICA.

Figura 37: Navegação à Bolina rumo ao sul do Continente Africano.

Fonte: João Amaral Art

A CARAVELA ERA UM BARCO GENUINAMENTE PORTUGÊS, UMA ADAPTAÇÃO DOS CAIQUES ALGARVIOS, TÃO DO CONHECIMENTO DO INFANTE. SÓ TINHAM VELAS TRIANGULARES, LATINAS, E TINHAM A FACILIDADE DE NAVEGAR CONTRA O VENTO



SOB SUA INFLUÊNCIA, OS PORTUGUESES DESENVOLVERAM UMA SÉRIE DE TÉCNICAS E DE EQUIPAMENTOS QUE LHES PERMITIRIA REALIZAR ALGUMAS FAÇANHAS. UM DOS MAIS IMPORTANTES FOI A CARAVELA, EMBARCAÇÃO QUE, COM DUAS OU TRÊS VELAS TRIANGULARES, PODIA NAVEGAR "À BOLINA", ZIGUEZAGUEANDO "CONTRA O VENTO".

A ILHA IMAGINÁRIA

"BRAZIL", TERRA MITOLÓGICA DE ORIGEM CELTA, APARECIA EM MAPAS DA IDADE MÉDIA

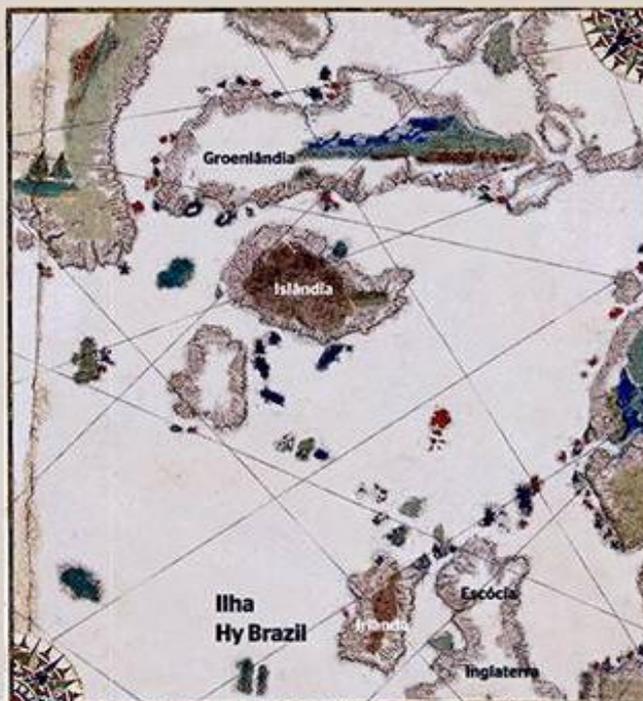


Figura 38: Caravela Latina e Ilha Brazil.

Fonte: João Amaral Art.

Depois de muitos estudos e tentativas conseguimos chegar a um bom termo de arte, destinada ao público alvo os estudantes das séries finais do Fundamental II (7º e 8º Anos) e Ensino Médio, chegando a este resultado.

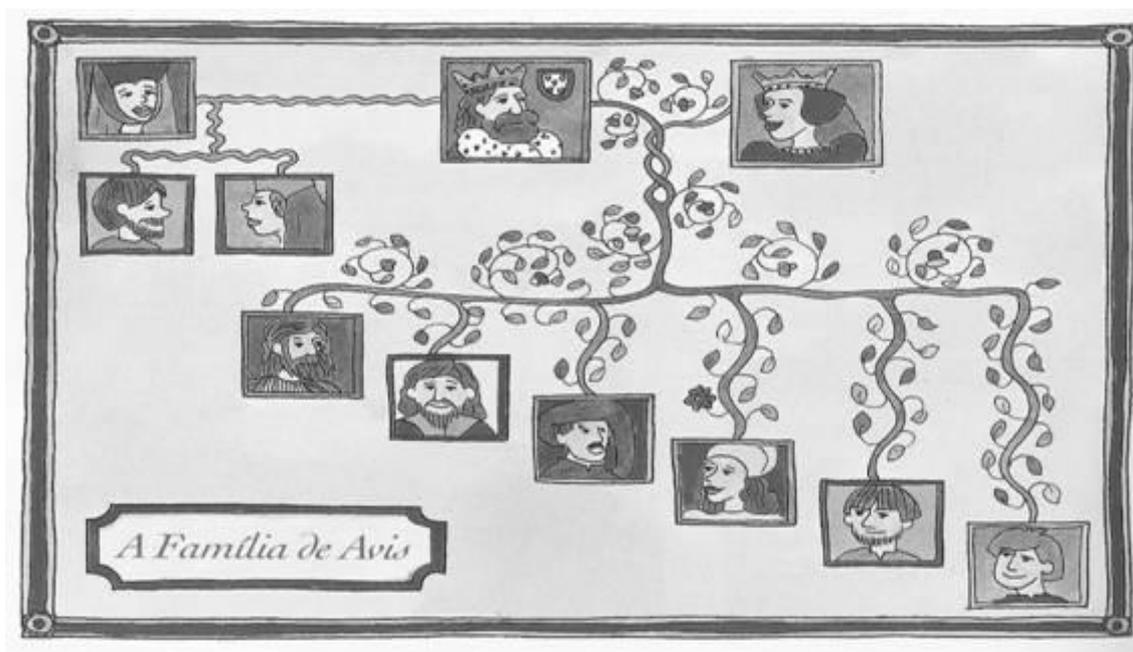


Figura 39: *Árvore Genealógica da Dinastia Avis.*

Fonte: João Amaral Art

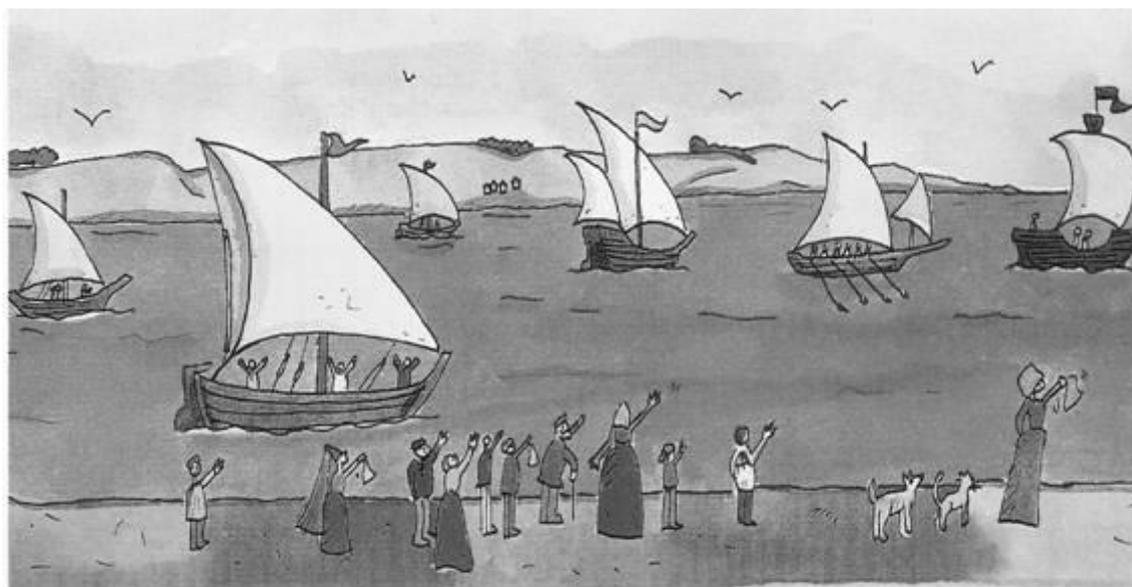


Figura 40: *Em 1415, o Infante D. Henrique, seu pai, D. João I, e seus irmãos D. Duarte e D. Pedro partiram para o Norte de África e conquistaram a cidade de Ceuta.*

Fonte: João Amaral Art.



Figura 41: O Infante em Sagres observa o mar.

Fonte: Fonte: João Amaral Art



Figura 42: D. Henrique explicava à Corte as oportunidades de ganho econômico através das conquistas ultramarinas portuguesas.

Fonte: Fonte: João Amaral Art



Figura 43: Situação social em Portugal às vésperas dos descobrimentos.

Fonte: Fonte: João Amaral Art.

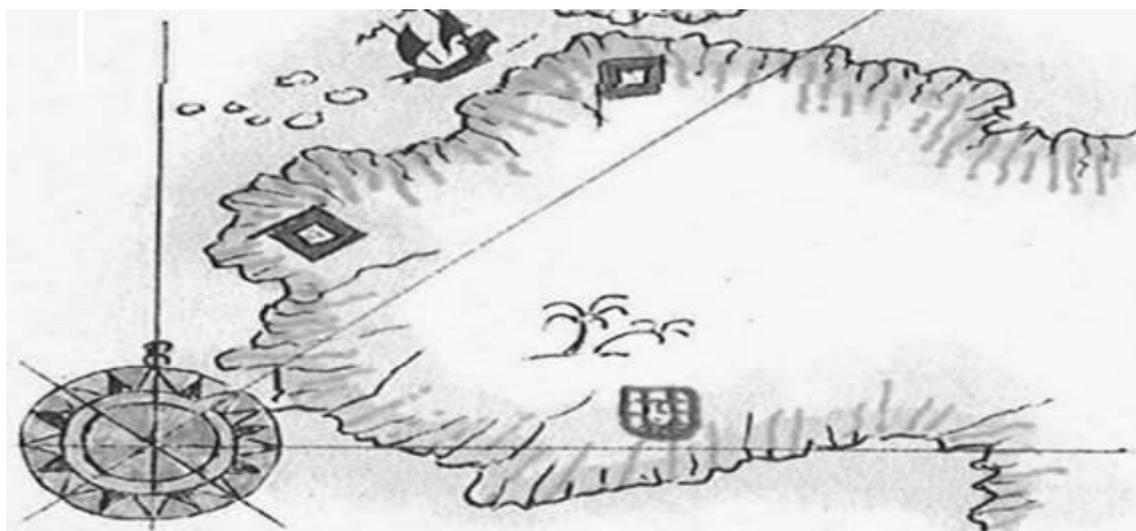


Figura 44: A conquista de Ceuta em 1415 marca o início das conquistas portuguesas no ultramar. O Infante em 1414 convenceu seu pai a montar a campanha para a conquista de Ceuta, na costa norte africana junto ao estreito de Gibraltar.

Fonte: Fonte: João Amaral Art.

Sobre a origem da Banda desenhada, BD, história aos quadrinhos ou história em quadrinhos, quadrinhos, gibi, HQ, revistinha ou historieta é uma forma de arte que conjuga texto e imagens com o objetivo de narrar histórias dos mais variados gêneros e estilos. São, em geral, publicadas no formato de revistas, livros ou em tiras publicadas em revistas e jornais. Também é conhecida por arte sequencial e narrativa figurada.

Ao longo do século XX, amadas Histórias em Quadrinhos ou HQ foram chamadas de “Nona Arte” dando sequência à classificação de Ricciotto Canudo²⁴⁶. O termo "arte sequencial" (traduzido do original *sequential art*), foi criado pelo desenhista norte americano Will Eisner²⁴⁷ com o fim de definir "o arranjo de fotos ou imagens e palavras para narrar uma história ou dramatizar uma ideia", é comumente utilizado para definir a linguagem usada nesta forma de representação. Hugo Pratt²⁴⁸ chamava de "literatura desenhada".

Nos Estados Unidos, onde é chamada de *Comics*, as HQ tornou-se popular no início do século passado, um aprimoramento importante ocorreu em nos anos de 1930, com o surgimento das bandas desenhadas de super-heróis cuja ponte foi o personagem *Superman* lançado em 1938. Este também é o período entre guerras²⁴⁹ onde o belga Hergé criou “*As Aventuras de Tintin*”²⁵⁰ se tornou um clássico do estilo da banda desenhada franco-belga conhecido como linha clara. No Japão, Osamu Tezuka popularizou o mangá após a Segunda Guerra Mundial.

Sobre ensino e aprendizado de História através de HQ’s reforçamos a importância das artes gráficas sequenciais. O cinema e as HQ’s são contemporâneas, originadas da rápida expansão industrial dos EUA no século XX. Classificadas como artes sequenciais os quadrinhos se utilizam de técnicas narrativas apropriadas do cinema, de forma análoga o cinema se apropria muito bem da linguagem e esquemas gráficos similares as HQ’s.

Assim como o cinema, os quadrinhos ou HQ’s se tornam uma arte de apelo popular (9ª Arte) e massificadora na concepção da Indústria Cultural²⁵¹. Ambos tiveram muita influência da

²⁴⁶ Em 1912, o intelectual italiano Ricciotto Canudo, propôs no seu Manifesto das Sete Artes e Estética da Sétima Arte que o cinema fosse considerado como a sétima arte, aumentando a lista precedente de Hegel. O manifesto foi publicado posteriormente em 1923 apresentando a seguinte listagem das artes: Arquitetura, Escultura, Pintura, Música, Dança, Poesia. Posteriormente: Cinema, Fotografia, Histórias em Quadrinhos, Video Game e Artes Digitais (as duas últimas de 3ª geração)

²⁴⁷ William Erwin Eisner (1917-2005) mais conhecido simplesmente como Will Eisner, foi um famoso e renomado cartunista americano criador do personagem “The Spirit”.

²⁴⁸ Desenhista italiano criador do personagem “Corto Maltese”.

²⁴⁹ O período Entre Guerras é uma fase da História do século XX que vai do final da Primeira Guerra Mundial até o início da Segunda Guerra Mundial, ou seja, entre 1918 a 1939. Este período é marcado por vários acontecimentos mundiais de extrema importância para entendermos a História mundial dos anos seguintes.

²⁵⁰ As Aventuras de Tintim é o título de uma série de histórias em quadrinhos criada pelo autor belga Georges Prosper Remi, mais conhecido como Hergé, em 1929. O herói das séries é o personagem Tintim, um jovem repórter e viajante belga.

chamada Pop Art²⁵², oriunda de uma gama de artistas contemporâneos. A visão reducionista e simplista de alguns educadores fez gerar uma certa marginalização do seu uso, condenando a leitura de quadrinhos por crianças e adolescentes, associando a grosso modo a violência, alienação e perversão moral da juventude.

Atualmente sua leitura estimula os alunos a compreenderem temas variados e complexos da sociedade e da História. Para os educadores em geral o grande desafio de nossos tempos é estimular a leitura e escrita dos jovens e crianças em geral. Conforme Marcus Venício Ribeiro.

“Num país onde a grande maioria da população não sabe ler ou mal entende o que lê (logo, não sabe também escrever), o ensino da História, e de outras disciplinas, deve, em consequência, vir acompanhado de investimentos permanentes em leitura, redação e reflexão, competências que as aulas expositivas e o tradicional sistema de perguntas e respostas não ajudam a desenvolver”.²⁵³

A disciplina História, ministrada nos ciclos finais do Ensino Fundamental, tem como, principal, desafio para os alunos: refletir, analisar e problematizar a história enquanto parte integrante da vida de cada aluno, de forma a possibilitá-los uma compreensão sistemática e crítica da realidade. O aluno deve ser conduzido pelo professor para que possa compreender o tempo histórico, as transformações e mutações da realidade.

O professor deve ser um mediador, que ensinará o aluno a estudar de forma a poder vir a compreender a própria realidade que lhe cerca, a questionar o mundo a seu redor, a não ter preguiça de exercer o senso crítico. Os alunos devem ser estimulados a utilizar questionamentos, Como? Por que? Para que? Cabe ao professor de História, planejar suas aulas de acordo com o que é vivido pelos alunos, deve contextualizar os acontecimentos

²⁵¹ O é termo usado para designar esse modo de fazer cultura, a partir da lógica da produção industrial. Significa que se passou a produzir arte com a finalidade do lucro. Para se obter lucro com o cinema, por exemplo, é preciso fazer um filme que agrade o maior número de pessoas. Dessa forma, criam-se alguns padrões, como o vilão e o mocinho, as histórias de amor, os finais felizes. No fundo, toda a produção artística fica padronizada e não há espaço para o novo. Nota do Mestrando

²⁵² Na década de 1960, os artistas defendem uma arte popular (pop) que se comunique diretamente com o público por meio de signos e símbolos retirados do imaginário que cerca a cultura de massa e a vida cotidiana. A defesa do popular traduz uma atitude artística contrária ao hermetismo da arte moderna. Nesse sentido, a arte pop se coloca na cena artística que tem lugar em fins da década de 1950 como um dos movimentos que recusam a separação arte/vida. E o faz através da incorporação das histórias em quadrinhos, da publicidade, das imagens televisivas e do cinema.

²⁵³ RIBEIRO, Marcus Venício. “*Não basta ensinar História*”. In: Nossa História. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, ano 1, nº6, abr. 2004.pg. 77.

passados no presente, deve pensar em conjunto com seus alunos. Assim como desenvolver novas ferramentas visando o aprimoramento do processo ensino-aprendizagem.

Entre os especialistas do assunto, não existe um consenso sobre qual o primeiro livro digital. Alguns apontam o *Thomisticus*, um índice anotado dos trabalhos de Tomás de Aquino, feito por Roberto Busa no final da década de 1940²⁵⁴. Esse fato é muitas vezes omitido, talvez porque o texto digitalizado era (pelo menos inicialmente) uma forma de criar um índice e concordância, ao invés de uma edição publicável. A principal vantagem do livro digital é sua portabilidade. Pode ser facilmente transportado em CD-ROMs, pen-drives e cartões de memória. Como se encontra no formato digital pode ser transmitido rapidamente por meio da Internet. Mas um dos grandes atrativos para livros digitais é o fato de já existirem softwares capazes de lê-los, em tempo real, sem sotaques robotizados e ainda converter a leitura em uma mídia sonora, como o MP3, criando audio-books.

Sobre a questão dos direitos autorais, assim como um livro tradicional, o e-book é protegido pelas leis de direitos autorais. Isso significa que eles não podem ser alterados, plagiados, distribuídos ou comercializados de nenhuma forma, sem expressa autorização de seu autor. No caso dos livros digitais gratuitos, devem ser observadas as regras e leis que regem as obras de domínio público ou registros de códigos abertos para distribuição livre.

Os formatos mais comuns de Ebooks são o PDF, HTML e o ePUB²⁵⁵. O primeiro formato necessita do conhecido leitor de arquivos Acrobat Reader ou outro programa compatível, enquanto que o segundo precisa de um navegador de Internet para ser aberto. O Epub é um formato de arquivo digital padrão específico para *ebooks*. Por ser um dispositivo de armazenamento de pouco custo, e de fácil acesso devido à propagação da Internet nas escolas, pode ser vendido ou até mesmo disponibilizado para download em alguns portais de Internet gratuitos.

²⁵⁴ PRIEGO, Ernesto. *Father Roberto Busa: one academic's impact on HE and my career*. The Guardian. Acessado em 14 de Julho de 2016.

²⁵⁵ MOTA, M. O.; GOMES, D. M. O. A. Uma análise do comportamento do consumidor na adoção de inovação tecnológica: uma perspectiva brasileira dos livros eletrônicos. *Revista de Negócios*, v. 18, n. 4, p. 3-16, 2013, disponível em <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/17691/uma-analise-do-comportamento-do-consumidor-na-adocao-de-inovacao-tecnologica--uma-perspectiva-brasileira-dos-livros-eletronicos/i/pt-br>>, acesso em 23/07/2016.

Partindo dessa premissa, concluímos a elaboração e disponibilização (em formato HTML) de um livro eletrônico ou e-book, baseado em uma HQ, com a temática da dissertação sobre D. Henrique e as Navegações Portuguesas, tendo como público alvo os alunos das séries finais do ensino médio e posteriormente os do 1º ano do ensino Médio. Também elaboramos alguns jogos utilizando o Programa Hot Potatoes²⁵⁶ (Quebra Cabeça e Palavras Cruzadas) e um tutorial destinados aos educadores potenciais usuários do referido produto.

²⁵⁶ O programa contém um pacote de seis ferramentas ou programas de autor, desenvolvido pelo Grupo de Pesquisa e Desenvolvimento do Centro de Informática e Média da Universidade de Victoria, Canadá.

6 CONCLUSÃO

O processo de construção desta dissertação foi um grande desafio, primeiramente pela responsabilidade de elaborar mais um estudo sobre um personagem histórico tão complexo e considerado ícone dos descobrimentos portugueses. Esta pesquisa procurou associar a imagem do Infante D. Henrique à construção de sua memória, elementos estreitamente próximos. A Crônica de Guiné de Zurara deu início ao mito, construindo a *aura* em torno do *Infante* como o modelo idealizado do cavaleiro cristão obcecado no combate ao islã e defesa e hegemonia da fé cristã. Foi D. Henrique para o cronista o construtor da grandeza do reino e poder da Dinastia de Avis, eclipsando inclusive seu pai D. João I e os demais irmãos. Com o passar dos séculos a imagem cavaleiresca foi acrescida pelos cronistas, como Damião de Góis e Rui de Pina, descrevendo-o como um estudioso de cosmografia e idealizador das conquistas do ultramar. A visão elaborada no contexto pós-medieval permitiu associar conhecimentos acadêmicos e articulação da ciência renascentista ao projeto expansionista lusitano.

A memória construída, através de seus feitos e também desventuras pessoais em prol de uma causa, o consagra como “primeiro inventor dos descobrimentos” epíteto formulado por Rui de Pina.²⁵⁷ Escritores de várias partes da Europa, mais especificamente ingleses, já no século XVII, passaram a destacar a ascendência britânica do Infante, seu parentesco com os *Plantagenetas*, via laços maternos de sua mãe Felipa de Lancaster. D. Henrique através de seu legado era um elementar instrumento para justificar a ampla expansão marítima dos estados nacionais e mercantis europeus no período.

Na associação entre o mito e a memória, durante o século XIX, o epíteto de D. Henrique “O Navegador” ganha força, embalado pelo romantismo e nacionalismo na Europa, as navegações portuguesas protagonizadas pelo Infante, agora eram vistas como obra coletiva da nação. O povo lusitano é resgatado como o verdadeiro herói, verdadeiros construtores das navegações e descobrimentos, enaltecidos na obra de Luís Camões “*Os Lusíadas*”. O Infante foi “repaginado” como o símbolo da força coletiva da nação para superar o desconhecido e construir o Império Ultramarino.

²⁵⁷ PINA, Rui de. “Chornica do senhor Rey D. Afonso V” in: Crônicas, Introdução e revisão de M. Lopes de Almeida, Porto, Lello & Irmão- Editores, 1977. Cap.CXLIV, p.793.

O *panegirista* Oliveira Martins e outros escritores românticos do período, já não descreviam o Infante como um simples mortal, suas virtudes eram de tamanha monta, que seu caráter, religiosidade, erudição e capacidade eram descritas sobre o manto da fantasia. Descrito como o messias que abriu as portas do futuro para Portugal e a própria humanidade através de seus feitos. Como dito anteriormente neste estudo, apesar poucas experiências marítimas de fato, ocorreu nas palavras de Peter Russell a aceitação universal do epíteto de “*O Navegador*” intrinsecamente associado à figura de D. Henrique.

A princípio tudo parecia indicar que as repúblicas italianas estariam mais vocacionadas para o projeto expansionista, haja vista o desenvolvimento de conhecimentos cartográficos e poderio econômico em decorrência do monopólio das especiarias orientais. A ação do Infante foi vista como determinante para o pioneirismo português, que municiado de conhecimentos náuticos apropriados de outros povos e culturas (judeus, árabes e moçárabes), sistematizou-os em prol do reino e de seus próprios projetos pessoais.

Por outro lado autores portugueses adeptos do positivismo criticaram com veemência o discurso laudatório sem medida como na obra “*Os Filhos de D. João*” de autoria de Oliveira Martins. Teófilo Braga, identificado com esta corrente relativizava o papel dos indivíduos na história, privilegiando assim as ações coletivas, das massas e da coletividade. O viés positivista evidenciava a “*evolução social*” nas palavras de Maria Isabel João.²⁵⁸

Teófilo Braga justificando sua concepção de história, afirmava. “Os caracteres individuais para serem compreendidos carecem das relações entre eles e o meio ou época em que actuaram reagindo ou cooperando na marcha dos acontecimentos”.²⁵⁹ O referido autor era admirador de personagens ilustres da história portuguesa como Camões, D. João II e o Marquês de Pombal em detrimento do *Infante*, que em suas palavras não era possuidor dos atributos inerentes a um estadista. Segundo Maria Isabel João (João 2004) o também açoriano, João Teixeira Soares, foi responsável pelas críticas mais ácidas e demolidoras contra D. Henrique. Denominava o Infante de “*eunuco*”, “*mau irmão*” e até “*mau pai*”

²⁵⁸ JOÃO, Maria Isabel . “*Mito e Memória do Infante D. Henrique*”. Câmara Municipal de Lagos, Comissão Municipal dos Descobrimentos, Lagos , 2004,p.49.

²⁵⁹ BRAGA, Teófilo. “As modernas Ideais na Literatura Portuguesa”. Vol. II, Porto, Legan & Genalioux., Sucés., 1882, p.381. In: FIDALGO, Andreia Lopes. “Francisco Fernandes Lopes (1884-1969), historiador do Algarve. Contributo para a historiografia henriquina”. Dissertação de Mestrado. Universidade do Algarve. 2012, p.101.

adotivo”. Recordando que D. Henrique adotara o sobrinho, o Infante D. Fernando (filho de D. Duarte), como filho adotivo e tornando-o seu herdeiro direto. Criticou também a nobreza de caráter do sobrinho-filho, além de seu pseudo *saber científico*²⁶⁰.

Para Maria Isabel João (2004), assim como Teófilo Braga, Antonio Cândido considerava que só duas coisas eram suficientemente fortes para comover o coração e fantasia popular, em suas palavras “heroicidade e suprema bondade do sacrifício”. Segundo ele o Infante D. Henrique “não foi heroe, nem sancto”.²⁶¹ Venceu em Ceuta e capitulou em Tânger. Seu censo de autopreservação sacrificou os irmãos, não socorreu D. Fernando no cativo em Tanger e não interviu na querela política e palaciana envolvendo o Infante D. Pedro e seu sobrinho e rei D. Afonso V. Seu silêncio não evitou a desgraça do irmão na fatídica Batalha em Alfarrobeira. Por tais eventos D. Henrique não seria merecedor de culto popular nem nacional, sendo ofuscado pelo martírio dos irmãos menos famosos.

No contexto do imperialismo e neocolonialismo nascente na Europa do século XIX, a mítica ao redor de D. Henrique visava resgatar as glórias de Portugal, em um momento de perda de influência frente às novas potências industriais na redefinição das fronteiras mundiais e reorganização da hegemonia política e econômica do continente no limiar do século XX. Nacionalismo lusitano tentaria associar a outrora supremacia de Portugal nas navegações construtor na noção de um imenso e poderoso império que abrangia de “*Ceuta a Timor*”. Novamente o imaginário construído ao seu redor, foi utilizado para lembrar tempos de glória.

Autores lusitanos de importantes biografias de D. Henrique, utilizadas neste estudo, como João Paulo de Oliveira Costa e Maria Isabel João acreditava, que em Lagos e não Sagres poderia existir uma “confraria” de pilotos, cartógrafos e marinheiros, enfim “homens do mar” sob as ordens do Infante D. Henrique. O cronista Damião Peres salientava que na carta de

²⁶⁰ JOÃO, Maria Isabel. “*Mito e Memória do Infante D. Henrique*”. Câmara Municipal de Lagos, Comissão Municipal dos Descobrimentos, Lagos, 2004.p.47.

²⁶¹ CÂNDIDO, Antônio. “O Infante D. Henrique discurso pronunciado no palácio de Cristal no dia 03 de Abril de 1889”. In: “Discursos e Conferências”, Porto, Empreza Litteraria e Typographica- Editora, s.d. p.249. In: JOÃO, Maria Isabel. “*Mito e Memória do Infante D. Henrique*”. Câmara Municipal de Lagos, Comissão Municipal dos Descobrimentos, Lagos, 2004, pp.45-46.

doação do exclusivo de comércio da Guiné, datada de 1443, apresenta menção ao Infante em suas atividades no local, de não somente explorar o além-mar como também a confecção de mapas que continham a águas e as Terras descobertas.

Sobre uma “Escola” de Lagos, João Paulo de Oliveira Costa (2009) afirma:

“Embora não possamos localizá-lo em Sagres, parece-me óbvio que o sucesso dos Descobrimentos henriquinos passou pela existência de um centro dinamizador de conhecimento, onde as informações recolhidas no mar podiam ser analisadas por homens de conhecimentos e de experiências variadas, e onde se encontravam as respostas técnicas, e mesmo científicas, indispensáveis para o prosseguimento das navegações em segurança. Não estou a falar, evidentemente, de um edifício destinado à lecionação, mas tão só de um espaço de convívio e de cruzamento de experiências e de saberes, que criou uma escola, entendida neste caso como um estilo próprio de navegação oceânica.”²⁶²

Independente dos equívocos historiográficos sobre a Escola de Sagres é inegável a força mística histórica da região de Sagres. Aquele lugar nos confins do Algarve, não deve ser esquecido como o local de refúgio do Infante, idealizado como um solitário de chapeirão burgúndio a espreitar o mar, idealizando novas conquistas em nome do reino, da cristandade e da própria memória. Nas palavras de Costa, “Sagres é, pois um local propício à evocação do Infante D. Henrique que ali terminou seus dias, bem como merece hoje ser admirado pelo mito a que deu corpo”.²⁶³

²⁶² COSTA, João Paulo Oliveira e Henrique, O Infante, Lisboa, Esfera dos Livros, 2009, p.298.

²⁶³ Idem, p. 297.

BIBLIOGRAFIA

ALBUQUERQUE, Luís de. “*Curso de História Náutica*”, Coimbra, Livraria Almedina, 1972.

ALBUQUERQUE, Luís de. “*Escola de Sagres*”, *Dicionário de História de Portugal*. Dir. de Joel Serrão, Vol. III, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1971.

BARRETO, Luís Filipe, “*Portugal Mensageiro do Mundo Renascentista*”, Quetzal, Lisboa, 1989.

BARROSO, Gustavo, “*o Brasil na Lenda e na cartografia Antigas*”, Cia. Editora nacional, Rio de Janeiro, 1993.

BERTOLLI, André Luís. “*O Cronista e o Cruzado: a revivescência do ideal da cavalaria no outono da idade média portuguesa (século XV)*”. Curitiba. 2009. pp. 143 e 144.

BERTOLI, André Luiz, “*Uma Leitura Possível da Crônica da Tomada de Ceuta, levando em conta a Representação do Infante D. Henrique nessa obra de Zurara*”. Sociedade em Estudos, Curitiba, 2007.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes (org.), “*O saber histórico na sala de aula*”, *Contexto*, São Paulo, 1998.

BOXER, C.R, “*O Império marítimo português (1415-1825)*”, Edições 70, LDA, Lisboa, 2014.

CÂNDIDO, Antônio. “*O Infante D. Henrique discurso pronunciado no palácio de Cristal no dia 03 de Abril de 1889*”. In: “Discursos e Conferências”, Porto , Empreza Litteraria e Typographica- Editora, s.d. p.249. In: JOÃO, Maria Isabel. “*Mito e Memória do Infante D. Henrique*”. Câmara Municipal de Lagos, Comissão Municipal dos Descobrimentos, Lagos, 2004, pp.45-46.

CASTRO, Therezinha de. “*Do Infante a Tordesilhas- Sistemática Geopolítica*”, In: Revista do Instituto Geográfico Histórico Militar do Brasil, Ano 55, nº 81, 1995. pp. 53-71.

CAMENIETZKI, Carlos Ziller. “*A Cruz e a Luneta: ciência e religião na Europa Moderna*”. Access, Lisboa. 2000.

CERTEAU, Michel de. *Operação historiográfica*: In: A escrita da história. São Paulo: Forense Universitária, 2002.

CERVANTES, Miguel de. *“D. Quixote de La mancha”*. Tradução e notas Miguel Serras Pereira. Alfragide: Leya, 2015.

CHARTIER, Roger. *“Por uma sociologia das práticas culturais”*. In: A História Cultural: entre práticas e representações. São Paulo: Difel, 1990. p.13-28.

CHAVES, Eduardo. *“O que é um software educacional?”*, Rio de Janeiro: Janeiro, 1987.

COELHO, Maria Helena, *“D. João I, o de Boa memória”*, Lisboa, Temas & Debates, 2008.

CORTESÃO, Jaime, *“A política de sigilo nos descobrimentos”*, Lisboa: Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1960.

CORTESÃO, J. *“Obras Completas”*. 1ed. , Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Lisboa, 1990.

CORTESÃO, Jaime. *“Os Descobrimientos Portugueses”*, II, Lisboa, Livros Horizonte, 1975.

COSTA, A. Fontoura da . *“A Marinharia dos Descobrimientos”*, Lisboa, 1939.

COSTA, João Paulo Oliveira e (dir.), *“A nobreza e a expansão”*. Estudos Biográficos, Cascais, Patrimônia Histórica, 2000.

COSTA, João Paulo Oliveira de. *“Henrique, O Infante”*, Lisboa, Esfera dos Livros, 2009.

DREYER, EIMBCKE, Oswald. *“O descobridor da terra”*, História e Histórias da Aventura Cartográfica. São Paulo: melhoramentos. EDUSP, 1972.

DOMINGUES, Francisco Contente. *“Navios Portugueses dos séculos XV e XVI”*. Cadernos do Museu da Vila do Conde. Câmara Municipal da Vila do Conde ,2007 p.7.

DUBY, GEORGE. *“As três Ordens ou Imaginário do Feudalismo”*. Coleção Nova História, Estampa ,1978.

FERNANDES, Fátima Regina. "*A participação da nobreza na expansão Ultramarina Portuguesa*". Estudos Ibero-Americanos, v.1.pp.107-124,2000.

FERNANDES, Fátima Regina. "*Estratégias de legitimação linhagística em Portugal nos séculos XIV e XV*", Revista da Faculdade de Letras. Série História, v.7, pp-263-284 ,2007.

FERNANDES, Fátima Regina. "*Teorias Políticas Medievais e Construção do Conceito de Unidade*". (UNESP – Impresso), v.28, , pp- 43-55, 2010.

FIDALGO, Andreia Lopes. "*Francisco Fernandes Lopes (1884-1969), historiador do Algarve. Contributo para a historiografia henriquina*". Dissertação de Mestrado. Universidade do Algarve. 2012.

GARCIA, José Manuel, *Sagres*, Vila do Bispo, Edição da Câmara Municipal de Vila do Bispo, 1990.

GODINHO, Vitorino Magalhães, "*a Vila do Infante*" In Ensaio II, 2º Ed., Lisboa, Sá da Costa, 1978.

JOÃO, Maria Isabel. "*Memória e Império. Comemorações em Portugal (1880-1960)*".Dissertação de Doutoramento em História. Universidade Aberta. Lisboa, 1999.

JOÃO, Maria Isabel. "*Mito e Memória do Infante D. Henrique*". Câmara Municipal de Lagos, Comissão Municipal dos Descobrimentos, Lagos, 2004.

JOÃO, Maria Isabel, "*O Infante D. Henrique na Historiografia*", Elo-Publicidade, Artes Gráficas, Lda. Lisboa,1994.

JOÃO, Maria Isabel. "*Sagres, lugar mítico na memória*". In: Des (a)fiando discursos. Homenagem a Maria Emília Ricardo Marques, Lisboa, Universidade Aberta, 2005, pp.409-422.

LE GOFF, Jacques. "*História e Memória.*" Tradução de Bernardo Leitão et. al. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.

LEGROS, Patrick et al. "*Sociologia do imaginário*". Frédéric Monneyron, Jean-Bruno Renard, Patrick Legros e Patrick Tacussel; tradução de Eduardo Portanova Barros. – Porto Alegre: Sulina, 2014 – 2ª ed. (Coleção Imaginário Cotidiano) 287 p.

LEITE, Duarte, “*História dos Descobrimentos. Coletânea de esparsos*”. Organização, notas e estudo final de Vitorino Magalhães Godinho, Lisboa, Editora Cosmos, 1958.

MARTINS, J.P Oliveira. “*História de Portugal*”. Lisboa: Guimarães & C. Editores, 1977.

MARTINS, J.P Oliveira. “*Os Filhos de D. João I*”. Lello & Irmão Editores. Lisboa, 1983.

MARQUES, A. H. de Oliveira, “*Breve História de Portugal*”, Lisboa, Editorial Presença, 2006.

MARQUES, A. H. de Oliveira, “*História de Portugal*”. Edições Ágora, Lisboa, 1973.

MARQUES, João Martins da Silva (Ed.) “*Descobrimentos Portugueses*”, 3 vols., Lisboa, Imprensa nacional – Casa da Moeda. 1988.

MATOSO, José. “*História de Portugal. A monarquia Feudal*”. Lisboa: Estampa. 1997.

MICHELAN, Kátia Brasilino. “*Olhares historiográficas acerca da tomada de Ceuta (1415)*”, Anais do XXI Encontro Estadual de História. ANPUH-SP, Campinas, Setembro, 2012.

MICHELAN, Kátia Brasilino. “*Ceuta, para além da terra dos mouros: fabricação histórica de um marco do império português (século XV e início do XVI)*” / Kátia Brasilino Michelin. – Franca: [s.n], 2013, 230f. Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual Paulista Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. Franca, 2013.

MOREIRA, Hugo Daniel Rocha da Silva. “*A campanha militar de Tânger*”. Dissertação de Mestrado em História Medieval e do Renascimento. Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto. 2009.

MOTA, A. Teixeira da. “*A Escola de Sagres*”. Lisboa, Separata dos Anais do Clube Militar Naval, 1960.

NASCIMENTO, Renata C. de Sousa. “*O combate em nome da fé nos relatos hagiográficos*”. Revista Crítica Histórica. Ano IV, nº 7, julho/2013 ISSN 2177-9961.

NASCIMENTO, Renata C. de Sousa. “*Os privilégios e os abusos da nobreza em um período de transição; o reinado de Afonso V em Portugal (1448-1481)*”. Opus cit., 2005, p.66.

NEMÉSIO, Vitorino. “*A Vida e Obra do Infante D. Henrique*”, Lisboa, 1959.

OLIVEIRA, Celina Couto. “*Ambientes informatizados de aprendizagem: Produção e avaliação de software educativo*”. Campinas, SP: Papyrus, 2001.

PERES, Damião, “*História dos Descobrimentos*”, Porto, Vertente, 1992.

PINA, Rui de. “Chornica do senhor Rey D. Afonso V” in: *Crónicas, Introdução e revisão de M. Lopes de Almeida*, Porto, Lello & Irmão- Editores, 1977. Cap.CXLIV, p.793.

RAMOS, Fábio Pestana. *Por Mares Nunca Dantes Navegados*. São Paulo: Contexto, 2008.

RAMOS, Fábio Pestana. *Naufrágios e Obstáculos enfrentados pelas Armadas da Índia Portuguesa: 1497-1653*. São Paulo: Humanitas, 2000.

ROCHA, Helenice Aparecida Bastos; SOUZA, Marcelo de; GONTIJO, Rebeca. “*A escrita da história escolar: memória e historiografia*”. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

RUCQUOI, Adeline. “*História Medieval da Península Ibérica*”. Lisboa: Estampa ,1995.

RUSSELL, Peter, “*Henrique, O Navegador*”, Tradução: Ana Carvalho. Lisboa, Livros Horizonte, LDA. 2004.

SANCEAU, Elaine. “*D. Henrique, o navegador*”. Porto. Livraria Civilização, 1960.

SANCEAU, Elaine. “*Descobrimentos henriquinos*”, 2ª edição. Porto. Civilização, 1962.

SANCHO, Juana. *Para uma tecnologia educacional*. Porto Alegre: ArtMed. , 1998.

SANTOS, João Marinho dos. “*A Guerra e as Guerras na Expansão Portuguesa: séculos XV e XVI*”. Edição: Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998.

SERRÃO, Joel (dir.). “*Dicionário de História de Portugal*”. Porto, Livraria Figueirinhas, 1981.

SILVA, Luciano Pereira da, “*A arte de navegar dos portugueses do Infante a D. João de castro*” (in História da Colonização portuguesa no Brasil, vol. I, 1921), Obras Completas, Vol. I, Lisboa, 1945.

SOARES, Luis. “*As navegações e a sua projeção na ciência e na cultura*”, Gradiva , Lisboa, 1987.

SOUZA, Thomaz Oscar Marcondes de. “*Ainda a suposta Escola Naval de Sagres e a Náutica portuguesa dos descobrimentos*”. Revista de História da Universidade de São Paulo. São Paulo 1953.

THOMAZ, Luís Filipe, “*A evolução da política expansionista portuguesa na primeira metade de Quatrocentos*” in De Ceuta a Timor, Carnaxide, Difel, 1994.

VASCONCELOS, António Maria Falcão Pestana de – A Nobreza e Ordens Militares - relações sociais e de poder. In Nobreza e Ordens Militares: relações sociais e de poder: (séculos XIV a XVI). Vol. 1. Porto: [Edição de Autor], 2008.

ZURARA, Gomes Eanes de, “*Crónica de Guiné*”, Introdução, novas anotações e glossário de José de Bragança , Porto, Livraria Civilização Editora, 1973.

ZURARA, Gomes Eanes de. “*Crônica da Tomada de Ceuta*”. S/e. Sintra: Publicações Europa-América, 1992.

ANEXOS

ANEXO A - ROTEIRO AULA 1 (EXPANSIONISMO COMERCIAL E MARÍTIMO DOS SÉCULOS XV E XVI)

Informações sobre a Aula

Público Alvo: 1º Ano Ensino Médio

OJETIVOS

O que o aluno poderá aprender com esta aula

- IDENTIFICAR os fatores que levaram as Monarquias Nacionais Europeias a se aventurarem pelos mares.
- ANALISAR a influencia das cidades italianas de Gênova e Veneza no comércio das especiarias.
- RELACIONAR a Formação dos Estados Nacionais Modernos e o Expansionismo Comercial e marítimo.
- IDENTIFICAR as inovações técnicas que contribuíram para o expansionismo marítimo.
- ANALISAR o papel da Igreja no contexto de Expansão da fé cristã no Oriente e no Novo Mundo.
- ASSOCIAR o Renascimento, Reforma Protestante, Contrarreforma, Formação dos Estados Nacionais e Absolutismo ao Expansionismo comercial e marítimo dos séculos XV e XVI.
- ANALISAR as consequências das grandes navegações avaliando o seu impacto político e econômico sobre velho e o novo mundo.

Duração das atividades: 100 minutos (2 módulos aulas)

Conhecimentos prévios trabalhados pelo professor com o aluno

- Noções sobre as estruturas básicas do Ocidente medieval.
- A formação do Estado português.
- Reconhecer e descrever o contexto histórico e geográfico da época, apontando os motivos que levaram o homem europeu às grandes navegações.
- A Renascença da cultura europeia nos séculos XIV ao XVI e os avanços científicos do período.

INTRODUÇÃO

O professor deverá introduzir o assunto em sala de aula salientando, em especial, as condições que favoreciam a Península Ibérica em um empreendimento além-mar. Entre elas, podem-se ressaltar: a ideia de uma continuação do processo de “Reconquista” com relação à costa africana; a centralização política; o desenvolvimento tecnológico avançado da Marinha e o conhecimento da ciência árabe; a posição geográfica estratégica e o interesse das camadas comerciais dos reinos ibéricos.

DESENVOLVIMENTO

Na primeira aula, será focado o Expansionismo Comercial e marítimo dos séculos XV e XVI. Para introduzir o assunto, sugerimos que seja distribuído o seguinte texto e assistir os seguintes vídeos, disponíveis em:

<http://mundoeducacao.bol.uol.com.br/historiageral/a-aventura-das-grandes-navegacoes.htm>

<http://www.sohistoria.com.br/ef2/navegacoes/>

<https://www.youtube.com/watch?v=cGVib-cflww>

<https://www.youtube.com/watch?v=SpokHFCsCoA>

<https://www.youtube.com/watch?v=cLqBziuYAll>

https://www.youtube.com/watch?v=9ZOySoP_I-Q

Imagens do Infante D. Henrique

<http://www.eidh.eu/magazine/wp-content/uploads/2015/09/infante.gif>

https://joaquimnery.files.wordpress.com/2010/12/dsc_0017.jpg

<http://www.pportodosmuseus.pt/wp-content/uploads/2012/09/padrao1.jpg>

A seguir, o professor poderá apresentar e promover um debate após a exibição das seguintes imagens sobre as viagens que culminaram com os descobrimentos e da conquista na costa africana, entre elas a da conquista de Ceuta em , em 1415, considerada pela historiografia como marco inicial da expansão marítima.

<http://slideplayer.com.br/slide/367683/>

<https://www.youtube.com/watch?v=ME7-PWebxyU>

Como sugestão de atividades lúdicas: a leitura e debate da HQ que estamos desenvolvendo sobre o Infante D. Henrique e a resolução dos seguintes PUZZLES (Quebra cabeça), links abaixo:

http://www.jogospuzzle.com/desafio-puzzle-de-aljubarrota-2_577ae8cdc7067.html

http://www.jogospuzzle.com/desafio-puzzle-de-infante-4_577c2f1586e71.html

http://www.jogospuzzle.com/desafio-puzzle-de-d-nunes-alvares-pereira_578f708444bb2.html

ATIVIDADES DE FIXAÇÃO

1) (CESGRANRIO) Foram inúmeras as consequências da expansão ultramarina dos europeus, gerando uma radical transformação no panorama da história da humanidade. Sobressai como UMA importante consequência:

- a) a constituição de impérios coloniais embasados pelo espírito mercantil.
- b) a manutenção do eixo econômico do Mar Mediterrâneo com acesso fácil ao Oceano Atlântico.
- c) a dependência do comércio com o Oriente, fornecedor de produtos de luxo como sândalo, porcelanas e pedras preciosas.
- d) o pioneirismo de Portugal, explicado pela posição geográfica favorável.
- e) a manutenção dos níveis de afluxo de metais preciosos para a Europa.

2) (UFRS) O processo de formação do Estado Nacional na Península Ibérica está diretamente ligado à Reconquista, que significou:

- a) cobrança de impostos efetivada pelas casas reinantes aos invasores turcos.
- b) formação de exércitos nacionais para enfrentar o particularismo feudal.
- c) luta dos cristãos para recuperar os territórios ocupados pelos muçulmanos.
- d) confisco dos bens da Igreja para aumentar o poder feudal.
- e) ocupação de territórios invadidos por proprietários rurais e pela burguesia comercial urbana.

3) (UNIRIO) Ao longo dos séculos XV e XVI desenvolveram-se na Europa as Grandes Navegações, que lançaram algumas nações à descoberta de novas terras e continentes. A expansão ultramarina acarretou o(a):

- a) fortalecimento do comércio mediterrâneo e das rotas terrestres para o oriente.
- b) fim dos monopólios reais na exploração de diversas atividades econômicas, tais como o sal e o diamante.
- c) declínio das monarquias nacionais apoiadas por segmentos citadinos burgueses.
- d) superação dos entraves medievais com o desenvolvimento da economia mercantil.
- e) consolidação política e econômica da nobreza provincial ligada aos senhorios e à propriedade fundiária.

4) (MACKENZIE)

*"Valeu a pena?
Tudo vale a pena
Se a alma não é pequena.
Quem quer passar além do Bojador
Tem que passar além da dor.
Deus ao mar o perigo e o abismo deu,
Mas nele é que espelhou o céu".*

(Fernando Pessoa)

O significado de "passar além do Bojador", nas primeiras décadas do século XV, é:

- a) ultrapassar a "barreira" que, segundo a tradição grega, era o limite máximo para navegar sem o perigo de ser atacado por monstros marinhos, permitindo aos navegantes portugueses atingir a Costa da Guiné.

- b) Conquistar Ceuta e encontrar o "Eldorado", lendária terra repleta de prazeres e riquezas, superando os mitos vinculados ao longo da Idade Média.
- c) Conquistar a cidade africana de Calicute, importante feitoria espanhola responsável por abastecer o mercado oriental de produtos de luxo.
- d) Suportar o escaldante sol equatorial, as constantes tempestades marítimas e o "mar tenebroso" das ilhas da América Central.
- e) "Dobrar" o Cabo da Boa Esperança, por Vasco da Gama, aventura marítima coberta de mitos e lendas sobre a existência do "Paraíso" ou "Éden".

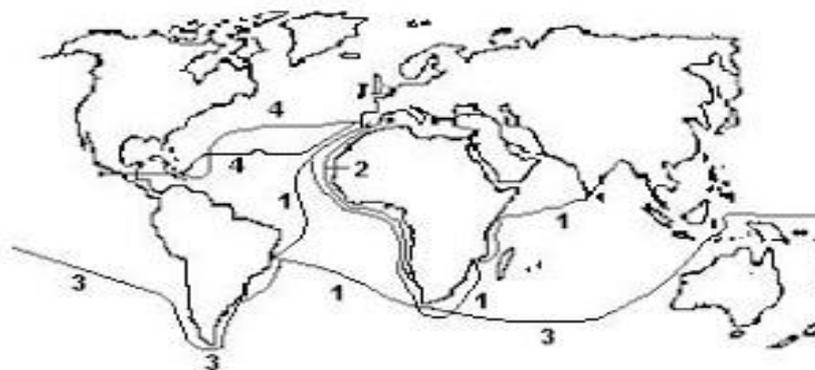
5) (UNESP) *"A conquista de Ceuta foi o primeiro passo na execução de um vasto plano, a um tempo religioso, político e econômico. A posição de Ceuta facilitava a repressão da pirataria mourisca nos mares vizinhos; e sua posse, seguida de outras áreas marroquinas, permitiria aos portugueses desafiar os ataques muçulmanos à cristandade da Península Ibérica."*

(João Lúcio de Azevedo. "Época de Portugal econômico: esboços históricos".)

De acordo com o texto, é correto interpretar que:

- a) a expansão marítima portuguesa teve como objetivo expulsar os muçulmanos da Península Ibérica.
- b) a influência do poder econômico marroquino foi decisiva para o desenvolvimento das navegações portuguesas.
- c) o domínio dos portugueses sobre Ceuta era parte de um vasto plano para expulsar os muçulmanos do comércio africano e indiano.
- d) a expansão marítima ibérica visava cristianizar o mundo muçulmano para dominar as rotas comerciais africanas.
- e) o domínio de territórios ao norte da África foi uma etapa fundamental para a expansão comercial e religiosa de Portugal.

6) (PUC-PR) *"Os navegadores dos séculos XV e XVI deixaram o Mundo menor e o Homem maior". Analise o mapa abaixo e relacione os roteiros com seus respectivos navegadores.*



- a) 1 - Pedro Álvares Cabral (1500) e 2 - Bartolomeu Dias (1488)
- b) 2 - Pedro de Covilhã (1487) e 3 - Fernão de Magalhães (1519)
- c) 1 - Vasco da Gama (1498) e 2 - Pedro Álvares Cabral (1487)
- d) 1 - Fernão de Magalhães (1519) e 3 - Américo Vespúccio (1519)
- e) 2 - Américo Vespúccio (1492) e 4 - Cristóvão Colombo (1492)

7) (Fatec) *"Popular e patriótica, a sublevação de 1363 despertaria as tensões mais profundas da sociedade portuguesa, na luta que se seguiu. De um lado, enfileiravam-se as tropas de Castela e dos senhorios mais poderosos. De outro, a burguesia mercantil, a pequena*

nobreza militar, o populacho das cidades e a 'arraia-miúda' dos campos. Os camponeses atacavam e saqueavam os castelos, vingando-se da prepotência fidalga e da miséria. Mas a decisão da luta estaria nas mãos dos ricos burgueses de Lisboa e do Porto. Estimulados por Álvaro Pais, estes abriram seus cofres: a decisão de quase dois anos de lutas, no campo de batalha, dependia muito de dinheiro para armar os seguidores do Mestre de Avis de fundos, para contratar arqueiros ingleses que enfrentassem a poderosa cavalaria castelhana. Durante o ano de 1384, as forças do 'Mestre', aclamado 'Defensor e Regedor do Reino', alcançaram inúmeras vitórias, apesar de atacadas por terra e por mar."

(MENDES Jr., Antônio, *Brasil - texto e consulta*. São Paulo, Brasiliense, s.d. v. 1, p. 47.)

A Revolução de Avis (1383/85), tratada no texto acima, possibilitou que Portugal tivesse uma posição pioneira na expansão marítima, em virtude:

- a) do domínio lusitano sobre as rotas que ligavam o mar Mediterrâneo aos centros comerciais do Mar do Norte.
- b) da influência que a burguesia mercantil passou a ter junto ao poder central.**
- c) da política seguida por D. Fernando, o Formoso, apoiando as expedições marítimas.
- d) da liberalização do processo político, como forma de superar a crise feudal.
- e) da perda de controle, pelo Estado centralizado, do capitalismo comercial.

8) (UFSM) *O ano de 1498 marca os quinhentos anos do Descobrimento do Brasil, pois, "Em 1498, D. Manuel ordenava que Duarte Pacheco Pereira navegasse pelo Mar Oceano, a partir das ilhas de Cabo Verde até o limite de 370 léguas [estipuladas pelo Tratado de Tordesilhas]. É esta a primeira viagem, efetivamente conhecida pelos portugueses, às costas do litoral norte do Brasil". (FRANZEN, Beatriz. A presença portuguesa no Brasil antes de 1500. In: ESTUDOS LEOPOLDENSES. São Leopoldo: Unisinos, 1997. p. 95.).*

Esse fato fez parte

- a) da expansão marítimo-comercial europeia, que deslocou o eixo econômico do Mediterrâneo para o Atlântico.**
- b) da expansão capitalista portuguesa, em sua fase mercantil-colonial plenamente consolidada no Brasil.
- c) do avanço marítimo português, tendo Duarte Pacheco Pereira papel relevante na espionagem e pirataria no Atlântico.
- d) do processo de instalação de feitorias no Brasil, pois Duarte Pacheco Pereira instalou a primeira feitoria, ou seja, São Luiz do Maranhão.
- e) das expedições exploradas do litoral brasileiro, cujo papel de reconhecimento econômico e geográfico coube a Duarte Pacheco Pereira.

ANEXO B - ROTEIRO AULA 2 (EXPANSIONISMO COMERCIAL E MARÍTIMO DOS SÉCULOS XV E XVI).

Informações sobre a Aula

Público Alvo: 7º Ano Ensino Fundamental

OBJETIVOS

O que o aluno poderá aprender com esta aula.

- IDENTIFICAR os principais elementos que levaram a Espanha e, principalmente, Portugal a se aventurarem pelos mares.
- COMPREENDER os motivos do pioneirismo Ibérico.
- COMPREENDER como a ciência árabe foi importante para o pioneirismo português.
- ANALISAR o contexto mercantil no estabelecimento de feitorias na costa africana.
- IDENTIFICAR as principais expedições do período: Colombo, chegada de Vasco da Gama à Índia, Fernão de Magalhães e a volta ao mundo.

Duração das atividades: 100 minutos ou 2 aulas.

INTRODUÇÃO

O professor poderá introduzir o assunto em sala de aula salientando, em especial, as condições que favoreciam a Península Ibérica em um empreendimento além-mar. Entre elas, podem-se ressaltar: a ideia de uma continuação do processo de “Reconquista” com relação à costa africana; a centralização política; o desenvolvimento tecnológico avançado da Marinha e o conhecimento da ciência árabe; a posição geográfica estratégica e o interesse das camadas comerciais dos reinos ibéricos.

DESENVOLVIMENTO

Na aula, será focado o pioneirismo português e o estabelecimento de feitorias na costa africana. Para introduzir o assunto, sugerimos que seja distribuído o seguinte texto, disponível em:

<http://www.mundoeducacao.com.br/historiageral/o-pioneirismo-portugues.htm>

O professor também poderá apresentar as seguintes imagens sobre as batalhas de conquista na costa africana, entre elas a da conquista de Ceuta, em 1415, considerada pela historiografia como marco inicial da expansão marítima.

Imagem1: [http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/c/c1/Infante D. Henrique na conquista de Ceuta.png](http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/c/c1/Infante_D._Henrique_na_conquista_de_Ceuta.png)

Imagem 2: <http://www.operacional.pt/wp-content/uploads/2015/09/Ceuta-Columbano-Museu-Militar.jpg>

Imagem 3: <http://www.eidh.eu/magazine/wp-content/uploads/2015/09/infante.gif>

Vídeo: <https://www.youtube.com/watch?v=VxrBOpV5Wqc>

Vídeo: <https://www.youtube.com/watch?v=VxrBOpV5Wqc>

Vídeo: <https://www.youtube.com/watch?v=RoGeBzIXCEc>

Como sugestão de atividades lúdicas: a leitura e debate da HQ que estamos desenvolvendo sobre o Infante D. Henrique e a resolução dos seguintes PUZZLES (Quebra cabeça), links abaixo:

http://www.jogospuzzle.com/desafio-puzzle-de-infante-4_577c2f1586e71.html

http://www.jogospuzzle.com/desafio-puzzle-de-aljubarrota-4_577ff9119f8ff.html

http://www.jogospuzzle.com/desafio-puzzle-de-mar-tenebroso_578f73f71c840.html

ATIVIDADES DE FIXAÇÃO

Os alunos poderão elaborar um Jornal Mural (Também um Blog ou Home Page caso a Instituição de ensino possua), com imagens e textos jornalísticos. O tema do jornal será as “O expansionismo Marítimo” e as notícias serão relacionadas às viagens e as descobertas realizadas pelos navegadores e exploradores dos séculos XV e XVI. Os textos deverão ser redigidos pelos próprios alunos e as imagens poderão ser extraídas em livros, jornais, revistas e imagens, textos infográficos da Internet. Elas poderão ser coladas no jornal mural e ser condizentes com o texto escrito. Após a elaboração do mural os alunos poderão fotografar as atividades e postar/compartilhar com os colegas na redes sociais.

ATIVIDADES:

1) *"Já no século XIV a.C., os fenícios, excelentes marinheiros, detinham o monopólio do comércio de especiarias no Mediterrâneo, a tal ponto que elas foram chamadas de 'mercadorias fenícias'. (...) as especiarias partiram para Roma provenientes do Egito, no início do século II a.C. (...). A cozinha medieval usava carnes em excesso, e tanto para conservá-las como para dissimular seu gosto, quando em princípio de decomposição, apelava obrigatoriamente para as especiarias (...). Os cruzados apaixonaram-se pelas especiarias por volta do século XI, quando chegaram à Terra Santa (...)."*

Adaptado de Fernanda de Camargo-Moro. "Veneza; O encontro do Oriente com o Ocidente". Rio de Janeiro: Record, 2003, p. 37, 39, 49, 53.

A busca de especiarias não ocorreu apenas na Antiguidade e na Idade Média. No início da Idade Moderna, foi um dos motivos da:

- a) exploração do litoral do Pacífico na América.
- b) intensificação do comércio no Mediterrâneo.
- c) decadência das cidades italianas.
- d) busca de novas rotas para as Índias.
- e) hegemonia da frota naval inglesa.

2) **Leia o mapa da expansão marítima europeia:**



Os pontos indicam a viagem de:

- a) **Pedro Álvares Cabral**
- b) Vasco da Gama
- c) Bartolomeu Dias
- d) Cristóvão Colombo
- e) Gil Eanes

3) Leia o mapa da expansão marítima europeia:



Os traços indicam a viagem de:

- a) Pedro Álvares Cabral
- b) **Vasco da Gama**
- c) Bartolomeu Dias
- d) Cristóvão Colombo
- e) Gil Eanes

4) *"Esta palavra já não pode ter o sentido original. No âmbito de uma História total, significa (e não pode significar outra coisa) a promoção do Ocidente numa época em que a civilização da Europa ultrapassou, de modo decisivo, as civilizações que lhe eram paralelas. No tempo das primeiras Cruzadas, a técnica e a cultura de árabes e chineses igualavam, e suplantavam até, a técnica e a cultura dos ocidentais. Em 1600 já não era assim."*

(Jean Delumeau)

A palavra a que se refere o autor e que designa um importante fenômeno histórico é

- a) Descobrimientos.
- b) Capitalismo.
- c) **Renascimento.**
- d) Iluminismo.
- e) Absolutismo.

5) Leia o mapa da expansão marítima europeia:



O traço contínuo indica a viagem de:

- a) Pedro Álvares Cabral
- b) Vasco da Gama
- c) **Bartolomeu Dias**
- d) Cristóvão Colombo
- e) Gil Eanes

6) Assinale a data abaixo que está INCORRETA:

- a) **1212 - Bartolomeu Dias dobrou o Cabo da Boa Esperança**
- b) 1492 - Colombo chegou ao continente americano
- c) 1494 - Assinatura do Tratado de Tordesilhas entre Portugal e Espanha
- d) 1513 - Balboa descobriu o Oceano Pacífico
- e) 1532 - São Vicente foi fundada por Martin Afonso de Sousa

7) O suposto centro de estudos náuticos criado pelo Infante D. Henrique no Algarves e questionado pela historiografia:

- a) Escola de Toledo
- b) Escola de Tanger
- c) **Escola de Sagres**
- d) Escola de Tradutores
- e) Liceu da Raposeira

8) Os versos abaixo descrevem um momento histórico ligado à

*” Quando o português chegou
Debaixo duma bruta chuva
Vestiu o índio
Que pena!
Fosse uma manhã de sol
O índio tinha despido
O português ”*

(Oswald de Andrade. "Poesias reunidas". 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972)

- a) **Expansão Marítima Europeia.**
- b) Revolução Industrial Inglesa.
- c) Crise do Antigo Regime.
- d) Guerra dos Cem Anos.
- e) Partilha Afro-Asiática.

ANEXO C - ROTEIRO AULA 3 (O PIONEIRISMO PORTUGUÊS NAS NAVEGAÇÕES)

Informações sobre a Aula

Público Alvo: 7º ANO Ensino Fundamental

Duração das atividades: 100 minutos ou 2 aulas.

OBJETIVOS

O que o aluno poderá aprender com esta aula.

- IDENTIFICAR os fatores que levaram ao pioneirismo português;
- ANALISAR as inovações técnicas utilizadas pelos portugueses para a expansão marítima;
- RELACIONAR os meios técnicos, militares e táticos utilizados pelos portugueses na conquista do norte da África;
- COMPREENDER os objetivos da expansão marítima.
- ANALISAR o contexto mercantil no estabelecimento de feitorias na costa africana.
- IDENTIFICAR os aspectos geográficos que contribuíram para as navegações atlânticas.

INTRODUÇÃO

O professor poderá introduzir o assunto em sala de aula destacando as condições históricas que favoreceram o reino de Portugal em um empreendimento além-mar. Entre elas, podem-se ressaltar: a ideia de uma continuação do processo de “Reconquista” com relação à costa africana; a centralização política (Crise Dinástica que culminou com ascensão de D. João I); o desenvolvimento tecnológico naval e o conhecimento da ciência árabe e judaica; a posição geográfica estratégica e o interesse das camadas comerciais de Portugal.

DESENVOLVIMENTO

Na aula, será focado o pioneirismo português e as conquistas territoriais no Ultramar. Para introduzir o assunto, sugerimos que seja distribuído o seguinte texto, disponível em:

<http://mundoeducacao.bol.uol.com.br/historiageral/o-pioneirismo-portugues.htm>

<http://www.historianet.com.br/conteudo/default.aspx?codigo=897>

<https://am3004.wordpress.com/expansao-maritima-europeia-1/>

<http://www.museutec.org.br/previewmuseologico/tecnicasdenavegacao.htm>

Imagens relacionadas à temática:

Imagem 1:

<http://4.bp.blogspot.com/-hg31NZNRcT4/TrLx7pUezpI/AAAAAAAAA6k/otwOBgk7Gss/s1600/Fim+do+Mundo.jpg>

Imagem 2:

<http://2.bp.blogspot.com/-FNteP8G7f74/UloLYL5OvLI/AAAAAAAAAWmM/v-hA01IIRVs/s1600/Pen%C3%ADnsula+Ib%C3%A9rica+com+Condado+Portugalense+e+Reinos+Espanh%C3%B3is.jpg>

Imagem 3:

<http://media.rtp.pt/treze/wp-content/uploads/sites/38/2015/10/vlcsnap-2015-10-12-17h31m23s139-750x422.png>

Em um segundo momento, pode-se focar a participação da Espanha nas grandes navegações destacando as principais expedições marítimas dos séculos XV e XVI (Chegada de Colombo à América, a Primeira Viagem de Circunavegação, e chegada lusitana às Índias). Mais informações sobre a temática sugerimos os vídeos abaixo:

<http://www.youtube.com/watch?v=4hoNdz56JgE>

<https://www.youtube.com/watch?v=94dY-QxjDiE>

<https://www.youtube.com/watch?v=x8V7y3tvJVk>

<http://www.youtube.com/watch?v=Xtv0VD676Wo&feature=related>

http://www.youtube.com/watch?v=J_sNgK3Ln50&feature=related

Como sugestão de atividades lúdicas: a leitura e debate da HQ que estamos desenvolvendo sobre o Infante D. Henrique e a resolução dos seguintes PUZZLES (Quebra cabeça), links abaixo:

http://www.jogospuzzle.com/desafio-puzzle-de-mar-tenebroso_578f73f71c840.html

http://www.jogospuzzle.com/desafio-puzzle-de-infante-4_577c2f1586e71.html

http://www.jogospuzzle.com/desafio-puzzle-de-mar-tenebroso_579116327bbf4.html

ATIVIDADES DE FIXAÇÃO

1) Por que Portugal foi o pioneiro nas navegações? Por que a Espanha iniciou-as mais tardiamente?

2) Enumere os objetos às suas utilidades ou funções.

I) *bússola*

II) *caravela*

III) *astrolábio*

- () tornava as viagens mais rápidas e seguras.
- () instrumento inventado pelos chineses, usado para a orientação.
- () instrumento usado para verificar a altura dos astros na linha do horizonte.

3. Observe no mapa as regiões da Costa Africana, onde há cerca de 550 anos os portugueses fizeram os primeiros contatos com seus povos. Encontre o nome de cada região no diagrama.



c	a	b	o	v	e	r	d	e	x	q	t	z	l	t
q	w	e	k	l	i	p	k	p	l	s	g	o	f	d
g	h	k	o	k	j	r	j	p	j	l	m	l	p	l
p	b	m	k	w	y	s	ã	o	t	o	m	é	q	a
z	c	g	h	y	m	g	x	l	d	n	p	l	k	h
f	b	u	k	j	h	g	r	f	c	r	c	f	p	a
m	q	i	y	h	x	m	j	o	p	q	z	a	u	b
t	f	n	q	z	t	n	r	p	n	b	o	q	k	e
q	u	é	n	b	v	f	t	q	z	o	p	l	m	t
b	w	b	i	k	m	a	d	e	i	r	a	c	v	b
h	u	i	k	l	r	f	g	h	u	i	k	o	l	o
c	a	b	o	d	a	b	o	a	k	s	p	w	u	i
j	n	s	k	r	f	e	s	p	e	r	a	n	ç	a
h	k	a	l	q	j	i	k	j	y	t	f	y	h	d
a	d	u	g	b	h	p	r	í	n	c	i	p	e	o

4) "O apoio financeiro da classe mercantil foi decisivo para o sucesso do movimento revolucionário, que faz surgir um novo Estado Nacional, mais forte e mais centralizado, e eminentemente mercantilista." O movimento revolucionário mencionado no texto e referente à História de Portugal está ligado:

- a) à ascensão do Mestre de Avis ao trono português;
- b) à atuação de Afonso Henrique de Borgonha, fundador do Reino de Portugal;
- c) à dominação dos Felipes sobre Portugal;
- d) à Reconquista cristã do território português aos árabes;
- e) à Restauração Portuguesa, que marca o fim da dominação espanhola.

5) Sobre as Navegações e os Descobrimentos, assinale a alternativa falsa:

- a) A Conquista de Ceuta foi o passo inicial para o início da expansão portuguesa.
- b) A Escola de Sagres foi um espaço para que jovens pudessem estudar e serem navegadores.
- c) A Espanha retardou a sua participação na Expansão Marítima porque estava ainda em luta com os mouros e em processo de unificação política.
- d) Com os Descobrimentos, o eixo-econômico transferiu-se do Mediterrâneo para o Atlântico.
- e) O que melhor explica o pioneirismo luso nas navegações é a posição geográfica de Portugal.